

Julho de 2007

61

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS

CONTEÚDO
LIVRE
DE PROPRIEDADE
INTELLECTUAL

**Os nefastos efeitos
do monocultivo na América Latina
As plantações de árvores
não são florestas**

Número 61, julho de 2009

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral de informação e debate sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte de nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, a diversidade cultural e o autogoverno, especialmente as comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accionecologica.org
Acción por la Biodiversidad
agenciabiodla@gmail.com
Campaña de la Semilla
de la Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
revbiodiversidade@centroecologico.org.br
GRAIN
carlos@grain.org
Grupo ETC
etcmexico@etcgroup.org
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rcbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy

Comitê Editorial

Carlos Vicente, Argentina
Ma. Eugenia Jeria, Argentina
Ciro Correa, Brasil
Maria José Guazzelli, Brasil
Germán Vélez, Colômbia
Alejandra Porras (Coeco-AT), Costa Rica
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
Ma. Fernanda Vallejo, Equador
Silvia Ribeiro, México
Magda Lanuza, Nicarágua
Martin Drago, Uruguai
Carlos Santos, Uruguai

Administração

Ingrid Kossmann
ingridbiodiversidad@gmail.com

Edição

Ramón Vera Herrera
constelacion@laneta.apc.org

Design e diagramação

Daniel Passarge, Claudio Araujo
danielpassarge@gmail.com
Amanda Borghetti (Brasil)
amanda.borghetti@yahoo.com.br

Impressão

CV Artes Gráficas LTDA.
paulo@cvartes.com.br

EDITORIAL

1

Plantações de árvores na América Latina

3

Colômbia

Triste história e triste futuro do negócio do dendê

8

Desertos verdes do sudoeste colombiano

12

Deslocamentos involuntários pelos agronegócios no Uruguai

15

Os desastres do abacaxi na Costa Rica

18

República Dominicana

Tomate industrial em Azua

20

Soja

As consequências inevitáveis de um modelo genocida e ecocida

23

A suposta democratização da soja

27

Brasil e os novos impérios açucareiros

30

UMA PANORÂMICA E MUITAS VISTAS

35

As plantações de árvores não são florestas

ATAQUES, POLÍTICAS, RESISTÊNCIA, RELATOS

44

Peru: depois da ampla mobilização amazônica são revogados os decretos de lei 1090 e 1064 | Equador: o "socialismo do século XXI" e a lei de soberania alimentar | Equador: "nenhum projeto de morte" | o mito do pinhão-manso | começa o furor por terras africanas | declaração do Monte Kenya: a crise global e a responsabilidade da África | biochar: colocar gasolina no fogo

Agradecemos enormemente a carinhosa e lúcida colaboração de todas as pessoas do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) e de Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC) com os quais este número tomou forma e profundidade. Sem eles, não teria sido possível.

As fotografias deste número foram tiradas no Brasil, Argentina, Colômbia e México. As fotos da Colômbia são de Javiera Rulli em Curvaradó, em uma missão de observação de plantações de dendê em 2007. As fotos do Brasil são parte do enorme esforço de documentação fotográfica de Leonardo Melgarejo, fotógrafo do *Jornal Brasil de Fato*, e mostram a devastação das plantações de soja e eucaliptos no Rio Grande do Sul. Melgarejo destaca que "depois do monocultivo de eucaliptos, a terra deixa de ser útil por muitos anos. A zona [das fotos apresentadas] foi, depois, oferecida como parte da reforma agrária, mas os camponeses recusaram essas terras como lugar para viver e preferiram voltar para a lona preta, na beira da estrada, e esperar outra oportunidade". As fotos da Argentina nos foram cedidas por Eduardo Manuel Sánchez, de Amigos da Terra Argentina. As fotos do México foram tiradas por Juan Ignacio Domínguez, em Chiapas.

Os desenhos de árvores e plantas foram feitos especialmente para este número pela artista mexicana Atziri Carranza, a qual continuará colaborando conosco. Os desenhos de Rini Templeton [Lucille Corinne Templeton] (1935-1986), podem ser consultados em www.riniart.org. É a segunda vez que Biodiversidade, sustento e culturas recupera parte de sua obra, e seguiremos publicando seus desenhos. Foram tirados do livro de John Nicols, et al, *El Arte de/The Art of Rini Templeton*. México, DF: Centro de Documentacion Rini Templeton y Seattle: The Real Comet Press, 1988.

As organizações populares e as ONGs da América Latina podem receber gratuitamente a revista. Contatar REDES-AT: biodiv@redes.org.uy / <http://www.grain.org/suscribe>

Convidamos a que se comuniquem conosco e nos enviem suas experiências, sugestões e comentários. Dirigir-se a Ingrid Kossmann ingridbiodiversidad@gmail.com Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. O material aqui coletado pode ser divulgado livremente, mas agradecemos que a fonte seja citada. Por favor, nos enviem uma cópia para nosso conhecimento.

Agradecemos a colaboração expressa da Fundação Siemenuu para este número especial sobre monocultivos e plantações de árvores e seus efeitos sobre o ambiente e as comunidades, em colaboração com o Movimento Mundial Pelas Florestas Tropicais (WRM) e Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC). Agradecemos também a colaboração da Cooperação ao desenvolvimento do Conselho da Moradia e Assuntos Sociais do Governo Basco.

Biodiversidad foi declarada de interesse público pelo Conselho Deliberativo do Município de Marcos Paz, Buenos Aires, Argentina.

Desta vez não mostramos aqui o que retrata a capa, mas uma mata com a primeira luz da manhã preenchendo os espaços entre as árvores. A capa, por sua vez, retrata uma plantação, que quisemos desenhar para realçar sua montagem, sua antinaturalidade.

As plantações de árvores não são florestas. Foi dito e se repete à exaustão. Por isso, na capa, vemos o horizonte interminável que associamos com os monocultivos, sejam de árvores ou de cultivos industriais. Desertos verdes, como dizem no Brasil e no Uruguai. “Soldados plantados”, dizem com um tom irônico os lendários mapuches do Chile e da Argentina, há séculos defensores de seus territórios e de suas florestas – da invasão de grandes proprietários que impõem monocultivos de árvores e uma vida injusta em todos os sentidos.

As plantações de árvores não são florestas porque nas florestas tudo vive.

As florestas são uma trama de tempos, fluxos, tamanhos, escalas. São enclaves de diversidade manifesta e a potencialidade de toda a sua trama; presenças naturais e sobrenaturais, espécies biológicas e saberes ancestrais que se combinam para dar sentido a tudo isso que em vários planos vive: mananciais, arroios, torrentes, animais, bactérias, fungos, um sem-fim de plantas de todos os tamanhos, nutrientes dos solos e muitas árvores. Um complexo sistema de temperaturas e umidades que propicia a regeneração contínua. Para dizê-lo com o filósofo John Berger, o mais importante é a “entre-floresta”.

Uma floresta é o que existe entre suas árvores, entre sua densa vegetação secundária e suas clareiras, entre seus ciclos de vida e suas diferentes escalas de tempo – que vão da energia do sol aos insetos que vivem por um dia. Uma floresta é também um lugar de encontro entre os que nela penetram e algo inominável e atento que espera atrás de uma árvore ou no matagal... o intrincado das trilhas que se entrelaçam, das energias que se cruzam numa floresta - os rumos dos pássaros, os insetos, os mamíferos, os esporos, as sementes, os répteis, as samambaias, os líquens, as larvas, as árvores, e um sem-fim mais – não tem comparação... Cada uma das energias que cruzam opera em uma floresta com sua própria escala de tempo. Da formiga ao carvalho. Do processo da fotossíntese ao processo da fermentação.*

As plantações de árvores, por sua vez, são lugares de existência artificial, industrializada. O homogêneo é crescente, asfixiante. Por serem áreas projetadas (fá-



Foto: Movimento Mundial pelos Bosques Tropicais, Bosqueen, Costa Rica

bricas agrícolas), suas espécies e estrutura estão drasticamente simplificadas para produzir somente algumas mercadorias: madeira, lenha, resina, óleo, frutas... combustível?! Não há animais, não há vegetação secundária, não há emaranhados, mas sim agrotóxicos suficientes para envenenar áreas extensas. Como dizem os mapuches: “Debaixo das fileiras de árvores plantadas não cresce nada. Tampouco é um lugar que os pássaros escolham para fazer ninhos, nem animal algum. Essas plantações não expulsam só o ser humano, mas também o resto da natureza. Essas árvores têm a ver com a baixa do nível dos rios”.

E hoje nos ameaçam com a produção de combustíveis agroindustriais, ou de matéria-prima para queimar e produzir um carvão que pomposamente chamam de “biochar”, que os engenheiros [e os incautos] alegam que passará ao solo e salvará a humanidade diminuindo magicamente o aquecimento global. E o paradoxo é que são as plantações as que contribuem para o aquecimento global, para a destruição das cadeias, ciclos e teias de vida, esgotam a água e os nutrientes, aumentam a salinidade e a acidez dos solos. Agora, as árvores transgênicas podem exacerbar tais problemas e provocar graves colapsos. Foram criadas inclusive árvores transgênicas que são uma ameaça ainda maior, pois seu desenho genético incorpora um componente inseticida que poderia erradicar muitas espécies de insetos essenciais para o adequado funcionamento dos ecossistemas.

Dedicamos este número a documentar os efeitos nocivos dos monocultivos de árvores (pinus, eucalipto ou dendê), e a devastação que os monocultivos em geral acarretam. Neste número discutimos a cana-de-açúcar, o abacaxi, o tomate e um dos mais terríveis cultivos industriais conhecidos: a soja, que se expande de forma impressionante por vastas regiões, que hoje são conhecidas como a “república da soja”, e que vai da Bolívia ao Paraguai, Brasil, Argentina e até o Uruguai.

Documentamos a devastação, mas também os interesses que se movem por trás desse impulso de padronizar e destruir como maneira de obter lucros. Talvez fosse interessante incursionar pelos conhecidos ardis da indústria papelreira ou das famosas ofertas de bônus de carbono – na realidade sistemas que vendem às grandes empresas a permissão para contaminar, para emitir dióxido de carbono. Dizer permissão soa leve: são quase como as antigas indulgências religiosas – pagar com dinheiro pelos pecados, neste caso a contaminação, para ficar livre deles. Os créditos de carbono são na realidade “direitos de contaminação” e sobem ou baixam na bolsa de valores segundo as regras conhecidas do mercado.

Nunca é demais falar da expansão das plantações de árvores de crescimento rápido (às custas de pradarias, terras agrícolas, matas e florestas) para convertê-las em celulose, madeira ou combustíveis agroindustriais.

Assim, insistimos. As plantações de árvores não são florestas. Os monocultivos (sempre industriais, por natureza) não são cultivos: são fábricas agrícolas. A transgressão brutal das escalas humanas e da trama de ciclos e processos que são a vida sempre implica perdas terríveis e injustiças que devem ser combatidas.

BIODIVERSIDADE

* “Mirando cuidadosamente” em *Con la esperanza entre los dientes*, Ítaca-La Jornada, México, 2006.

Plantações de árvores na América Latina

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

As plantações de árvores em grande escala estão se estendendo em praticamente todos os países da região.

Essas plantações, sejam para celulose, madeira, óleo, combustível ou outros objetivos, estão provocando uma série de graves impactos sociais e ambientais que afetam as comunidades locais.

O tipo de plantação que é um problema crescente está caracterizado por ser um monocultivo, por sua grande escala e sua uniformidade: dezenas ou centenas de milhares de hectares de uma só espécie plantadas em blocos homogêneos da mesma idade.

Em nossa região ocorrem fundamentalmente três tipos de tais monocultivos: de pinus, de eucalipto e de dendê, que, por suas características, podem ser agrupadas em duas: plantações madeireiras e de óleo.

Plantações madeireiras

Baseiam-se em uma só espécie (normalmente eucalipto ou pinus), selecionada pelo seu rápido crescimento, uniformidade e alto rendimento de madeira. Consistem em blocos da mesma idade e requerem uma preparação intensiva do solo, fertilização, espaçamento regular, seleção genética, clonagem, eliminação de plantas competidoras mediante métodos mecânicos ou químicos, uso de agrotóxicos e colheita mecanizada em rotações curtas.

Esses monocultivos em grande escala estão sendo promovidos em toda a América Latina, onde o rápido crescimento das árvores e o baixo preço da terra e da mão de obra se combinam para que a madeira resulte especialmente barata. Na medida em que as florestas, as pradarias e os solos agrícolas são invadidos por essas extensas plantações, os resultados se traduzem, país após país, em empobrecimento, expulsão rural, degradação ambiental

(solo, água, flora, fauna, paisagem) e crescente oposição em nível local. Como fato agravante adicional, constatou-se que as plantações impactam desproporcionalmente a vida das mulheres (ver mais informações sobre impactos no caderno encartado).

Políticas e atores que promovem os monocultivos de árvores. A atual expansão dos monocultivos de árvores não é algo que tenha acontecido casualmente porque alguns governos tiveram a idéia. Pelo contrário, é o resultado da ação de um conjunto de atores que planejaram promover tais plantações.

Sua origem remonta à década de 1950, quando a FAO se tornou o organismo ideólogo do modelo de monocultivos de eucaliptos e pinus em grande escala (como parte da chamada Revolução Verde promovida por esse organismo). A FAO define as plantações como “florestas”, e desde então tal definição tem servido à indústria plantadora para disfarçar seus destrutivos





"Plantação-código de barras", de Stig (www.shtig.net) para o relatório *De quem é a natureza?*, do Grupo etc (www.etcgroup.org)

Os Estados se responsabilizaram por assegurar – sem custo para as empresas – o controle social e, sempre que fosse necessária, a repressão da oposição local. Não é por acaso que o grande incentivo ao “florestamento” teve lugar no Chile durante a ditadura de Pinochet nos anos setenta e no Brasil durante a ditadura militar dos anos sessenta

monocultivos sob a roupagem verde da “plantação de florestas”.

Nas décadas seguintes entram em ação outros atores – o Banco Mundial, FMI, BID, processos das Nações Unidas relacionados com as florestas - painel intergovernamental sobre florestas (IPF), foro intergovernamental sobre florestas (IFF) e foro das Nações Unidas sobre florestas (UNFF), agências bilaterais como GTZ e JICA, empresas de consultoria como a finlandesa Jaakko Pöyry – que contribuem com argumentos, conhecimentos técnicos, pesquisas e financiamento para convencer os governos das bondades do modelo.

Como resultado dessas influências externas, os governos do Sul acabaram configurando políticas de Estado de promoção das plantações florestais, já definidas e em grande medida copiadas na maioria dos países – com leves variantes -, tendo como destino os mercados de exportação.

De acordo com as condições de cada país, as políticas de Estado adotaram diversas formas de promoção, desde subsídios diretos (tais como isenções de

impostos, restituição parcial do custo de plantação) e indiretos (créditos baratos de longo prazo, construção de infraestrutura, pesquisa). Ao mesmo tempo, os Estados se responsabilizaram por assegurar – sem custo para as empresas – o controle social e, sempre que fosse necessária, a repressão da oposição local. Não é por acaso que o grande incentivo ao “florestamento” teve lugar no Chile durante a ditadura de Pinochet nos anos setenta e no Brasil durante a ditadura militar dos anos sessenta.

Novos mecanismos de promoção.

Como se os incentivos existentes à promoção de plantações não fossem suficientes, a Convenção sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas converteu-se em outro ator importante na promoção do “florestamento” em grande escala, na medida em que habilita os países industrializados a “compensar” suas emissões de dióxido de carbono mediante o estabelecimento de plantações florestais em países não industrializados. O mecanismo de mer-

cado dos “bônus de carbono” constitui-se, assim, em um novo subsídio para as plantações de árvores.

Por sua vez, o novo negócio dos agrocombustíveis constitui outro estímulo à promoção do “florestamento” em grande escala, criando uma nova oportunidade de mercado para cultivos de árvores, como o eucalipto, para a produção de etanol celulósico. No que se refere especificamente a isso, em uns vinte países se está trabalhando na manipulação genética de árvores e microorganismos para tornar economicamente rentável a produção de etanol celulósico a partir da manipulação genética, apesar dos graves perigos dessas tecnologias para os ecossistemas nativos. Em nossa região, tais experimentos estão sendo levados a cabo – com apoio governamental – por grandes empresas nacionais e estrangeiras no Brasil e no Chile.

A certificação como mecanismo de engodo. Devido às numerosas denúncias a respeito dos impactos das plantações florestais, alguns mercados do Norte começaram a exigir garantias de que os produtos importados tivessem sido produzidos de maneira social e ambientalmente sustentáveis. A resposta das empresas florestais foi apelar à certificação voluntária de suas plantações com base em dois padrões: FSC (Forest Steward Council) e PEFC (Programme for the Endorsement of Forest Certification). Sob este último padrão foi desenvolvido um selo no Brasil (Cerflor) e outro no Chile (Certyfor). Em ambos os casos se nota a falha original no uso das palavras “floresta” ou “forest” (floresta em inglês) nos próprios nomes dos padrões, incluído o termo “forestación”. Ou seja, para esses padrões de certificação, as plantações são “florestas”. Por essa e muitas outras falhas, neste momento existem amplas áreas de plantações certificadas em nossa região – todas elas têm sido duramente questionadas e catalogadas como um mecanismo para enganar os consumidores escondendo o caráter destrutivo das mesmas.

Plantações de dendê

Durante as últimas décadas, o cultivo de dendê – também chamado palma africana – veio se expandindo de forma acelerada em um número crescente de países do Sul, dentre os quais se contam muitos de nossa região. Essas plantações estão causando graves problemas para as populações e para o meio ambiente locais, chegando em muitos casos a desembocar em conflitos sociais e violações dos direitos humanos.

Apesar de os dois principais produtores mundiais se encontrarem na Ásia



Crescimento sobre os tocos de eucalipto em uma antiga plantação. Rio Grande do Sul, Brasil.

Foto: Leonardo Melgarejo

(Malásia e Indonésia), o cultivo do dendê está crescendo aceleradamente na América Latina, com plantações no México e na América Central (Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá), ou no Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Suriname e Venezuela. A única razão pela qual não se estendeu até o Cone Sul foi a limitação climática, que não torna possível seu cultivo nessa zona.

Um monocultivo que impacta as pessoas e o ambiente. À medida que a área plantada aumenta, aumentam em igual medida os impactos ambientais e sociais que o cultivo provoca.

Um dos principais impactos é a apropriação de amplas áreas de terras até então em posse de populações indíge-

**21 de setembro:
Dia Internacional contra
os Monocultivos de Árvores**

A partir de uma iniciativa da Rede Contra o Deserto Verde do Brasil, no ano de 2004 foi escolhido o 21 de setembro – Dia Nacional da Árvore no Brasil – como data significativa para comemorar em nível internacional a luta contra os monocultivos florestais. Desde então, somam-se cada vez mais organizações e indivíduos que realizam distintas atividades no mundo inteiro para se opor à expansão dos monocultivos de árvores em grande escala. Quem quiser somar-se a essa iniciativa pode fazer contato com o secretariado da **RECOMA** (Rede Latino-Americana Contra os Monocultivos de Árvores): recomala@gmail.com

nas, afrodescendentes ou camponesas, que delas obtinham seus meios de vida. É comum que isso gere processos de resistência diante desse despojo, normalmente enfrentados com o aparato repressivo do Estado e das próprias empresas que cultivam o dendê. À violação do direito à terra se soma, então, a violação de uma ampla cadeia de direitos humanos, incluindo o direito à vida, como constatado em particular na Colômbia.

Em quase todos os casos os monocultivos industriais de dendê se instalam em áreas de matas. Pode-se generalizar que, por trás de toda plantação industrial de dendê, há um processo de desmatamento mais ou menos grave.

As obras de drenagem do terreno têm impactos sobre a água, problema que se agrava com a aplicação de agrotóxicos e os processos erosivos resultantes da capina do terreno. Tudo isso resulta em processos de contaminação e sedimentação, que têm consequências sobre as espécies aquáticas que ali habitam, atingindo as populações locais que se abastecem de água e alimentos da mesma.

Exploração e contaminação industrial. À perda das fontes tradicionais de trabalho somam-se as más condições de trabalho nas plantações, onde à periculosidade soma-se o uso generalizado de agrotóxicos, que tem impacto, em primeiro lugar, sobre os trabalhadores (muitas vezes mulheres).

Além disso, as indústrias processadoras impactam a qualidade das águas pela liberação de grandes quantidades de efluentes – para cada tonelada de óleo são geradas 2,5 toneladas de efluentes – que em muitos casos contaminam os cursos de água por não cumprirem as exigências legais relativas ao seu tratamento.

Os motores do avanço do dendê. Apesar de todos os impactos constatados, o cultivo do dendê continua se expandindo em mais e mais países. A razão é que constitui um investimento muito rentá-

vel para o setor empresarial – nacional ou estrangeiro – que investe nessa atividade.

A rentabilidade surge da combinação de mão de obra barata, terra a baixo preço, inexistência de controles trabalhistas e ambientais efetivos, disponibilidade de financiamento e apoios, o curto período que leva entre o plantio e o início da colheita e um mercado em expansão, em particular nos países do Norte.

Trata-se de um cultivo orientado à exportação, o que explica o apoio dos governos e de organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e de bancos privados que se beneficiam economicamente investindo no setor.

Aos destinos tradicionais do dendê (cosméticos, sabões e alimentos), somou-se recentemente o uso de seu óleo para produzir biodiesel, o que significa um novo atrativo à expansão de plantações.

A necessária maquiagem verde. As reiteradas denúncias dos graves impactos sociais e ambientais desse cultivo – e o resultante questionamento dos consumidores – forçaram a indústria a iniciar um processo denominado Mesa Redonda sobre Óleo de Dendê Sustentável (Roundtable on Sustainable Palm Oil-RSPO).

A RSPO tem entre seus membros empresas muito conhecidas, normalmente associadas a impactos sociais e ambientais negativos, como Cargill, Unilever, Cognis, Corporación Financiera Internacional, British Petroleum, Syngenta e Bayer.

O processo da RSPO foi duramente rechaçado por organizações de todo o mundo como “mais outra tentativa de ‘lavagem verde’ da agroindústria”, já que não é possível que um modelo de monocultivos em grande escala, que destrói os meios de vida das populações locais – chegando inclusive à sua expulsão e repressão – e que tem graves impactos nas águas, solos, flora e fauna, possa receber um selo que certifique sua “sustentabilidade”.

O crescimento da resistência

O destrutivo avanço dos monocultivos de árvores tornou inevitável o surgimento de processos de resistência. Assim, no Brasil, país que conta com ao menos 6 milhões de hectares plantados (principalmente com eucaliptos), surgiu uma rede chamada Alerta Contra o Deserto Verde, que agrupa uma ampla gama de organizações indígenas, de afrodescendentes, camponesas, de agricultores sem terra, sindicatos, acadêmicos, ambientalistas, etcétera. Mais recentemente, no

a organizações ambientalistas, que se opõe ao avanço plantador, tanto de pinus e eucaliptos como de dendê. Na Colômbia e Venezuela há uma longa história de lutas, em particular contra as plantações madeireiras da empresa Smurfit Kappa Cartón, de capitais irlandeses e holandeses.

Por sua vez, a Colômbia foi o cenário de atrozes matanças e migrações forçadas vinculadas ao dendê e da heróica luta atual de comunidades locais para recuperar seus territórios. A Costa Rica também conta com uma longa

Plantação de eucaliptos, Rio Grande do Sul, Brasil.

Foto: Leonardo Melgarejo



sul do Brasil (Rio Grande do Sul em particular), surgiu um forte movimento (MoGDeMA) contra o avanço dos monocultivos. No caso do Chile (com mais de 2 milhões de hectares plantados com pinus e eucaliptos), o movimento de oposição teve como principal protagonista o povo mapuche, de cujo território grande parte foi violentamente usurpada pelas empresas plantadoras. No Uruguai (com 1 milhão de hectares plantados), criou-se uma Iniciativa Nacional pela Suspensão do Florestamento. No Equador existe um forte movimento camponês, indígena e de afrodescendentes, aliado

tradição em matéria de lutas contra os monocultivos de árvores. Em outros países a oposição organizada é ainda incipiente, tal como nos casos da Argentina, Bolívia, Paraguai e da maior parte dos países da América Central, mas em todos os casos já existem organizações trabalhando para evitar a instalação ou expansão de plantações e coordenando atividades com os demais países da região. Um dos mecanismos para tal coordenação é a Rede Latinoamericana contra os Monocultivos de Árvores (RECOMA), que inclui organizações de todos os países da região. ❀

No Brasil, país que conta com ao menos 6 milhões de hectares plantados principalmente com eucaliptos, surgiu a Alerta Contra o Deserto Verde, uma ampla gama de organizações indígenas, de afrodescendentes, camponesas, de agricultores sem terra, sindicatos, acadêmicos, ambientalistas

Triste história e triste futuro do negócio do dendê

Héctor Mondragón

8



Curvaradó, Colômbia. Foto: Javier Rull

Despojo e superexploração. O dendê chegou à Colômbia nas mãos de grandes proprietários que se aproveitaram da terra acumulada em regiões como o Magdalena Medio, depois do grande deslocamento de camponeses causado pela violência de 1946 a 1958.

As empresas de dendê, das quais a principal era a Industrial Agraria La Palma – Indupalma, da família Gutt, impuseram a superexploração dos trabalhadores. Os sindicatos conseguiram realizar as primeiras lutas por seus direitos e a resposta foi a repressão, a ilegalização das greves e dos conselhos de guerra contra os dirigentes. Em setembro de 1971, atribuíram aos líderes sindicais, através de uma farsa, o assassinato de um chefe de pessoal da Indupalma, pelo qual permaneceram na cadeia durante quatro anos até que conseguiram provar plenamente sua inocência. (Edgar Caicedo, *Historia de las luchas sindicales en Colombia*. Ediciones CEIS, Bogotá, 1985, p. 196)

Em 1977, a greve na Indupalma foi cercada de circunstâncias dramáticas, pela intervenção do grupo guerrilheiro M-19, que sequestrou o diretor e exigiu a assinatura do acordo coletivo com os trabalhadores, divulgado em 14 de setembro, dia da greve geral que se denominou na Colômbia “Parada Cívica Nacional” (Caicedo 1985, p. 245).

A primeira fase do dendê no país encerrou com o fim do ciclo produtivo das primeiras plantações: as empresas declararam, então, falências fictícias para não reconhecer os direitos econômicos dos trabalhadores e destruir os sindicatos. Quando alguns trabalhadores quiseram receber as terras das empresas como salários e prestações que não lhes haviam pago, se deram conta de que limpar uma terra com palmeiras altas e velhas é mais caro do que comprar outra terra, e deixa danos permanentes no solo.

Na terra dos outros. Pela experiência de 30 anos, as empresas de todo o mundo preferem agora cultivar em terras alheias, ou melhor, estragar terras alheias, o que, além do mais, lhes permite evadir impostos territoriais e estabelecer supostas “alianças estratégicas” ou “associações produtivas” com os camponeses e indígenas que entregam a terra, de modo que, além de dar-lhes suas terras, lhes dêem sua mão de obra sem contrato de trabalho, como supostos “sócios”.

A maioria dos trabalhadores deixou os sindicatos e teve que formar “cooperativas de trabalho associado”, estabelecidas, como no caso do açúcar, para ignorar o contrato laboral, aparentando um contrato entre a empresa e a cooperativa. A empresa já não paga a seguridade social dos trabalhadores, os quais devem buscá-la nos sistemas públicos de assistência à população pobre, como o Sisbén da Colômbia, e ficam sem auxílios nem aposentadoria.

Como afirma a Associação Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ACVC), essas plantações são “um triste exemplo do coquetel de latifundismo com aspirações de eficiência ou modernidade, que ao pretender ser produtivo não renuncia, mas sim, ao contrário, se reafirma em sua origem excludente e monopolista do uso da terra”. A ACVC acrescenta: “Trata-se, com esse sistema, de aumentar os rendimentos monetários por hectare sem alterar em absoluto a estrutura de posse da terra. Os novos se-

nhores feudais apresentam as alianças produtivas, que não são outra coisa senão a parceria maquiada. As alianças são o remédio legal para se esquivar das obrigações com os trabalhadores agrários carentes. Ao tornar sócio o trabalhador, o latifundiário economiza em diárias e elimina as horas extras e as prestações sociais. A classe proprietária considera que a administração das alianças deve ser mantida por eles mesmos ‘devido à sua experiência’. Em outros casos, os neolatifundiários propõem sociedades aos pequenos e inclusive médios proprietários e produtores, induzindo-os a se associarem aos projetos de monocultivo, mediante um sistema de endividamento com o sofisma da ‘economia camponesa do dendê’. Na realidade, trata-se de contar com uma oferta permanente de matéria-prima sem ter nenhuma vinculação trabalhista entre os latifundiários que controlam os processos de elaboração e comercialização e os camponeses empobrecidos” (WRM, “Colombia: incentivo económico perverso para la plantación de palma aceitera”. *Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales*, boletim 47, Montevideu, 2001).

As empresas conseguiram uma situação excepcional ao evadir o custo da terra e os impostos, reduzir substancialmente os salários e eliminar o pagamento de prestações sociais. A sociedade assume o custo ambiental da exploração do dendê, enquanto as empresas embolsam os benefícios.

As transnacionais comerciantes e consumidoras do óleo vegetal, como a Unilever, decidiram tornar-se as principais beneficiárias propiciando o plantio de dendê em todo o mundo tropical: começaram pela Malásia e Indonésia e hoje as plantações se estendem a Camarões, Nigéria e outros países da África, América Central e América do Sul, o que conduziu a uma tendência à baixa dos preços internacionais do óleo, que beneficia essas transnacionais.

Os desastres ecológicos foram grandes nas florestas, especialmente na Malásia e Indonésia. A situação mais grave aconteceu em 1998, quando uma nuvem de fumaça, resultante da queima das florestas, cobriu esses países. Enquanto isso, os povos indígenas, especialmente na ilha de Bornéu, eram os prejudicados diretos pela destruição e despojo de seus territórios.

Agora, quando o negócio do dendê vinha em declínio, a alta extraordinária dos preços do petróleo dá um novo estímulo aos plantadores de dendê. Espera-se multiplicar as plantações para produzir biodiesel. O negócio é pintado como o mais extraordinário da história, e até se garante que terá magníficos efeitos ecológicos.

Para os países e regiões produtores, os efeitos podem chegar a ser muito negativos. Sofrerão a destruição da floresta e da vegetação nativa, reduzindo a biodiversidade; os solos sofrerão à medida que cada plantação de dendê cumpra seu ciclo produtivo e se deva eliminar os troncos por métodos químicos; se as plantações se expandissem como se pretende, o fariam em prejuízo da seguridade e da soberania alimentar das populações locais, porque os agricultores deixariam de produzir cultivos ali-



Foto: Javier Rulli

mentos para a população e, em troca, se concentrariam em produzir “combustíveis limpos” para os Estados Unidos e a Europa (Elizabeth Bravo e Mae-Wan Ho, “Las nuevas repúblicas del biocombustible”, *Red del Tercer Mundo* 30, Montevideu, 12 de junho de 2006).

Dendê e paramilitarismo. Na Colômbia, os megaprojetos de dendê, como outros, estiveram estreitamente associados à expansão do paramilitarismo. A rápida concentração da propriedade da terra entre 1981 e 2006 teve objetivos especulativos, pois os grandes proprietários não cultivam a maioria das terras que dominam. Mas o dendê lhes ofereceu o pretexto e o negócio adequado para se apoderarem de terras de camponeses e especialmente de afrocolombianos.

Os paramilitares colombianos seguiram o modelo da máfia calabresa denominada *'ndrangheta*, que consiste na Itália na expropriação mafiosa: a coação armada para que os pequenos proprietários vendam terras em zonas que vão se valorizar, a apropriação dos subsídios da Comunidade Européia, em especial os entregues aos produtores de azeitona e azeite de oliva, e a apropriação de áreas para cultivos ilegais ou dos cultivos ilegais (Frank Furet, “La *'Ndrangheta*”, *Banc Public* 126, Bruxelas, janeiro de 2004). A convergência entre as AUC e a máfia calabresa não é uma casualidade. Objetivos e métodos coincidem. Mas o que na Itália é máfia tradicional relegada à ilegalidade pelo desenvolvimento capitalista, que pode utilizá-la, mas não a reconhece como sua, na Colômbia é parte essencial do sistema de posse da terra que segue vigente desde a conquista espanhola e que, com frequência, desloca violentamente o camponês para a floresta, convertendo-o em colono e em ocupante de territórios indígenas.

No modelo agrícola da máfia calabresa, ao despojo de terras valorizáveis se acrescenta a apropriação dos subsídios agrícolas da União Européia e em especial dos destinados às plantações de oliveiras. Neste caso, também o que na Itália é máfia aqui se desenvolve como virtude na forma de capitalismo burocrático. Recebem os créditos do Banco Mundial, os subsídios do Estado, as isenções de impostos “para o desenvolvimento de projetos produtivos em sistemas de produção de caráter empresarial”, subordinando os pequenos produtores a esses projetos se querem receber o subsídio: o subsídio aparentemente entregue aos pequenos, fluirá realmente para projetos empresariais, dos “empresários eficientes de San Alberto” de que falava o presidente Uribe na campanha eleitoral.

A patente colombiana desse procedimento capitalista burocrático, a tem a oliveira do trópico, o dendê. O negócio para o “empresário” é ideal: não tem obrigações trabalhistas porque os trabalhadores são sócios; se os trabalhadores camponeses receberam terras ou se entregaram sua terra, tampouco terá o empresário que pagar imposto territorial; e, para completar, como o preço internacional do óleo tem uma tendência à baixa, o “sócio” camponês arca com as perdas, incluindo a grave deterioração do solo. É a experiência da Malásia. Finalmente, o pequeno perde uma terra que já não servirá para a agricultura e nem para ele, mas sim para os projetos não agrícolas de investimento dos sócios maiores.

Na situação colombiana, a rentabilidade das plantações de dendê adquire um sentido diferente, na

medida em que em várias regiões a expansão do dendê está ligada com a economia da cocaína, e o investimento inicial em viveiros e anos de espera para produzir é possível graças à pré-existência de grandes capitais acumulados no narcotráfico ou de pequenas poupanças, fruto da produção de coca. Nesse sentido, a expansão do dendê resultou em uma forma eficiente de lavar dinheiro sob a proteção e o fomento estatal e internacional. Se pelo menos isso fosse destinado a substituir definitivamente a economia da cocaína, teria ao menos esse efeito positivo, mas o domínio de ambos os negócios pelo paramilitarismo articula os dois em um e os liga ao despojo das terras dos afrocolombianos e de outras comunidades rurais. Contudo, essa máquina continua sendo fomentada pelo Estado colombiano e pela “comunidade internacional”.



Foto: Javiera Rujli

A legislação a favor do dendê e outras plantações é abundante. Estão isentas de imposto de renda de acordo com a Lei 939 de 2004 e o Decreto 1970 de 2005. De acordo com a Lei 939, o biodiesel está isento de imposto sobre as vendas e do imposto ao óleo combustível para motor. O Plano Colômbia e o Banco Mundial estabeleceram programas de fomento ao dendê. Projetos de lei atualmente em curso prevêem subsídios e investimentos estatais.

Plano Pastrana. O ex-presidente da Colômbia, Andrés Pastrana, em 1º de maio de 2001, na Malásia, ofereceu três milhões de hectares para cultivar den-

dê na Colômbia. O projeto que ele apresentou a empresários malaios presentes na conferência organizada pela Asian Strategy Leadership Institute (ASLI) buscava ser desenvolvido com investimentos do país asiático.

“A extensão dos cultivos de dendê se transformou em um verdadeiro propósito nacional, para que, com ele cheguem o progresso, o investimento e o desenvolvimento social a amplas zonas da Colômbia que hoje estão prontas para se unir ao cultivo e ao processamento desse bem primário”, disse.

O desenvolvimento desses macroprojetos, aos quais ofereceu vincular investimentos da Malásia, se faria com núcleos de produção de pelo menos 20 mil hectares, cada um com usina de beneficiamento para extrair o óleo. O investimento por cada núcleo foi estimado em 70 milhões de dólares, a executar principalmente através da Promotora de Projetos de Plantio de Dendê - Propalma SA, da qual participam 43 empresários do setor-, da Proexport e da Coinvertir.

Pastrana gestionou com o Banco Mundial um crédito para fomentar plantações de dendê, e das oito zonas selecionadas para o programa cinco eram de domínio dos grupos paramilitares (Urabá, Córdoba-Sucre, Cesar, Magdalena Medio e centro-norte do Meta) e em uma zona havia franca expansão desses grupos (leste de Caldas-norte do Tolima-no-este de Cundinamarca).

Em 1998, havia na Colômbia 145 mil hectares plantados com dendê e, atualmente, há mais de 300 mil, um crescimento superior a 100%. Apesar da política das empresas processadoras de não serem as proprietárias das terras das plantações, esse é um cultivo de grande propriedade e, de fato, um terço está em áreas de mais de dois mil hectares e outro terço em áreas entre 500 e dois mil hectares. O controle paramilitar e a repressão política conseguiram que não apareça a organização diferenciada de empresas processadoras e provedores, e todos se agrupam na Fedepalma.

Projeto Gaivotas 2. O Projeto Gaivotas 2 que Uribe promoveu tanto, na realidade se relaciona com megaprojetos de origem japonesa, previstos há 30 anos, e que incluem a privatização do rio Meta e a apropriação de extensos territórios de Meta, Casanare e Vichada. Uma etapa preparatória de 30 anos foi cumprida pelos paramilitares, que concentraram a propriedade em poucas pessoas, apesar de ainda terem o obstáculo das reservas indígenas, às quais propõem entregar 600 mil hectares.

O megaprojeto cobriria três milhões de hectares com dendê e pinus caribe. Seu impacto ecológico



Atziri Carranza

II

seria enorme. Infelizmente, empresários espanhóis e da União Européia se uniram a esse plano.

O governo espera unir esse projeto à reinserção dos paramilitares e convertê-los em força de duplo papel: mão de obra barata e disciplinada e controle político-militar da fronteira com a Venezuela.

Quando o preço do biodiesel cair, a ecologia que permite a vida indígena terá se destruído, e a região ficará nas mãos dos de sempre.

Resistência. São três as fontes de resistência contra esses projetos. A resistência dos trabalhadores, tanto a reduzida vanguarda que com grande sacrifício e luta manteve suas organizações sindicais, como aqueles que se viram obrigados a constituir “cooperativas” e que, como se demonstrou em janeiro de 2005, em Cesar, também podem fazer greves bem sucedidas e voltar contra os empresários a ficção da ausência de contrato de trabalho, pois suas greves não podem ser declaradas ilegais. A resistência de indígenas, afrocolombianos e camponeses, que defendem seus territórios e direitos fundamentais. O movimento ambientalista internacional, que em todo o mundo está denunciando os nefastos impactos ecológicos da febre do biodiesel e do dendê.

Unir essas três fontes e transformar suas propostas em um movimento nacional e mundial fará possível que as pessoas, as culturas e as florestas não sejam consumidas como biodiesel, e que possamos ter um futuro agradável para a natureza, os indígenas, os afrocolombianos e os trabalhadores da Colômbia. ✎

Este é um fragmento de “Colombia, caña de azúcar y palma aceitera, biocombustibles y relaciones de dominación”, que foi publicado no *Boletín de la Red por una América Libre de Transgénicos*, número 289, 29 de novembro de 2007.

Desertos verdes do sudoeste colombiano

Diego Alejandro Cardona

I 2

As plantações florestais, ou desertos verdes, como são chamadas por parte dos movimentos sociais, são motivo de preocupação e mobilização, por seus graves impactos sociais, ambientais, culturais, econômicos e políticos sobre territórios e comunidades locais.

Analisar a situação provocada pelos monocultivos florestais de pinus e eucalipto no sudoeste colombiano, especialmente na região andina dos departamentos do Vale do Cauca e Cauca, nos aproxima da problemática que os desertos verdes geram. Não se trata de uma situação isolada. Esse caso representa uma realidade comum em todos os territórios afetados pela ocupação e expansão dos monocultivos florestais em toda a região andina do país. Não obstante, os impactos em cada região dependem, obviamente, das características locais, do sistema de ocupação e expansão empregado por empresas e/ou de projetos florestais que operam de forma similar, e que afetam e destroem elementos fundamentais para as formas de vida locais-tradicionais.

Estratégias de ocupação territorial. Um dos impactos mais relevantes nas regiões é a perda de soberania, territorial, alimentar, política, e sobre o patrimônio ambiental (água, solo, biodiversidade), uma soberania que deixa de estar em mãos das comunidades quando empresas ou projetos florestais ocupam as terras com plantações, impondo as regras ou condições para o uso e aproveitamento do território. A ocupação de que se fala se produz mediante diferentes estratégias, todas elas com as mesmas implicações:

Compra de terras: É uma prática comum das empresas florestais. Esse é o caso da Smurfit Kappa Cartón de Colombia SA, proprietária de boa parte da terra de vários municípios do sudoeste, e que, por exemplo, diz em seu almanaque institucional de 2007 que ocupa mais de 10% do território de vários municípios.

A compra de terras continua sendo uma prática por parte dessa multinacional, o que aumenta as porcentagens de concentração na posse da terra em regiões onde os camponeses reclamam e ingressam com processos de adjudicação para garantir sua permanência no território – caso evi-

dente nos municípios de Guacarí e Buga (Vale do Cauca), onde a empresa tentou, em 2006, comprar várias fazendas de particulares para estabelecer plantações, com a clara oposição das comunidades locais, que atualmente movem um processo de solicitação dessas mesmas propriedades junto ao Instituto Colombiano para o Desenvolvimento Rural (Incoder).

Arrendamento de terras: Outra forma de ocupação e controle territorial é arrendar terras, que, apesar de permanecerem registradas como propriedade de um terceiro, ficam sob o condicionamento, uso e restrição das empresas florestais, com a atenuante de que, por se tratar de cultivos permanentes, a ocupação é por longos períodos de tempo, dependendo da espécie cultivada (8 a 15 anos), apesar de que em muitas zonas se encontrem plantações de mais idade. O uso intensivo do solo e sua consequente degradação induzem muitos proprietários a vender as terras às empresas florestais após o período de arrendamento, obviamente por um preço mais baixo do que o esperado por parte dos proprietários, por se tratarem de solos com maior grau de degradação depois do uso intensivo com plantações.

Contratos de sociedade em conta de participação: Essa figura jurídica é empregada na bacia do rio Chinchiná (Caldas), no caso de plantações florestais implementadas como sumidouros de carbono ou Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) Florestais. O que se propõe aos proprietários é destinar todas ou parte de suas terras para o estabelecimento de plantações florestais, enquanto o projeto que as promove, Procuena, se encarrega de conseguir fundos públicos e outorgar créditos para a atividade, além de gestionar a negociação de créditos de carbono. Ainda que possa parecer uma opção benéfica, os resultados após mais de sete anos de aplicação mostram o contrário: impossibilidade de decidir sobre o uso e manejo das terras plantadas, danos nas microbacias, desmatamento para o estabelecimento de monocultivos florestais, falta de informação clara e precisa sobre as implicações do projeto, entre muitos outros efeitos que são analisados detalhadamente na publicação referida.



Privatização da água: Os notórios impactos sobre as fontes e a disponibilidade hídrica fazem parte dos manifestos e reivindicações das comunidades afetadas. As empresas costumam responder que tais afirmações carecem do respaldo de pesquisas científicas. Mas se trata de uma “privatização por apropriação” que tem impactos sobre o recurso hídrico e as comunidades: a água é privatizada por parte de particulares que se “apropriam” da água, “privando” as comunidades locais de seu acesso, ou seja, restringindo o acesso ao bem comum.

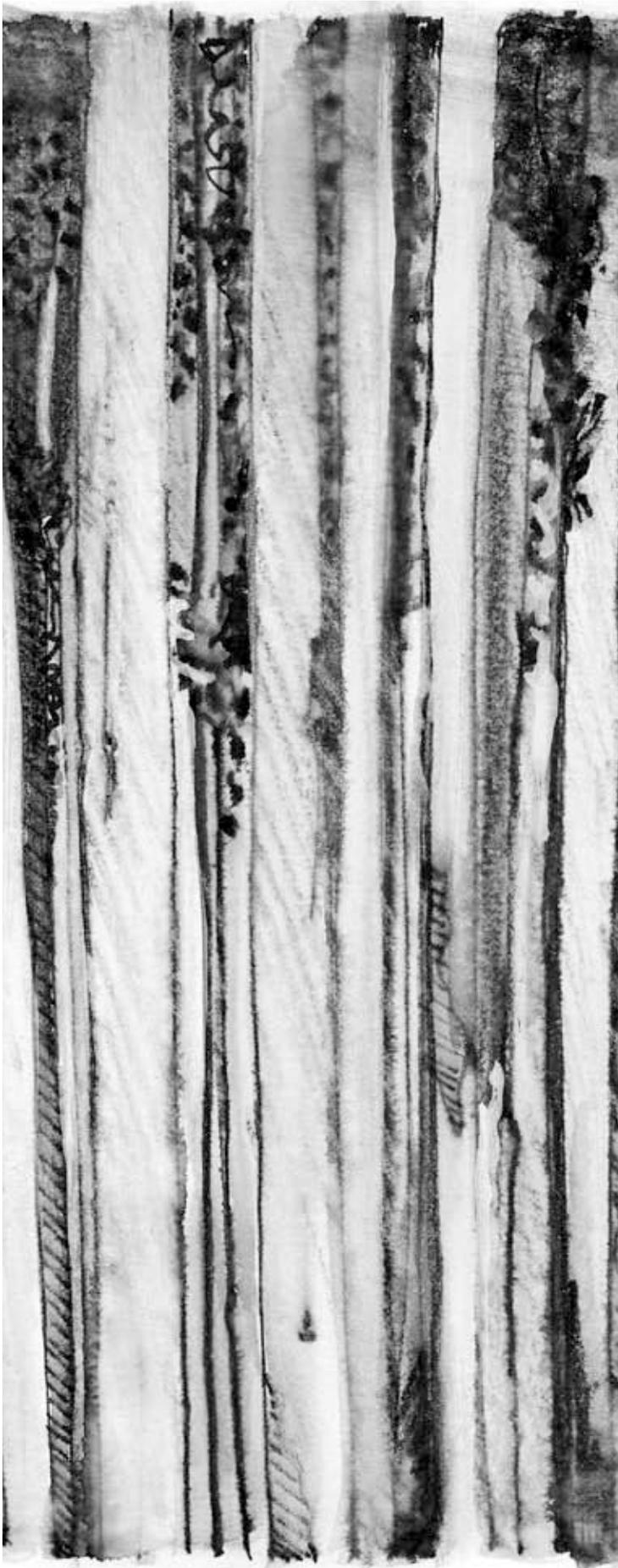
As plantações de pinus e eucalipto no sudoeste da Colômbia se encontram fundamentalmente nas zonas médias das cordilheiras central e ocidental, zonas que coincidem com os locais de maior concentração de comunidades rurais e de nascentes de fontes de água e recarga de aquíferos. Assim, pois, as plantações se instalam em locais com abastecimento de água, a fim de garantir seu crescimento e desenvolvimento. Finalmente, afetam a quantidade, a qualidade e o acesso de água para as comunidades locais.

As pesquisas que as empresas florestais realizam insistem em afirmar que não existem alterações dos ciclos hidrológicos e que, pelo contrário, as plantações aumentam e regulam as vazões nas bacias; as evidências ratificam o contrário. Um inventário de cursos e fontes desaparecidos poderia mostrar como esses cursos que já não existem se encontram no meio de plantações florestais de pinus ou eucalipto, realidade que pode ser constatada no caso do desa-

parecimento da Quebrada Vanegas no Corregimiento de Costa Rica (município de Ginebra - Vale do Cauca). Essa fonte de água dispunha de uma vazão permanente e era usada para abastecer os moradores locais, prática comum até trinta anos atrás, quando a nascente e parte do leito ficaram imersos dentro de uma plantação de eucalipto, com o que a vazão começou a diminuir, sendo inexistente na atualidade.

Em termos de qualidade e acesso, pode-se citar o caso da Quebrada Bomboná, no Corregimiento de Cumarco (município de Sevilla - Vale do Cauca). Essa corrente faz parte das fontes de água que abastecem o aqueduto rural da região, mas, da mesma forma que em outros casos, sua nascente hoje em dia se encontra no meio de uma plantação florestal, violando claramente a Lei 99 de 1993 que declara essas zonas como de proteção especial, uma vez que infringe a normatização que exige a proteção de 100 metros ao redor das zonas de nascentes de água. A situação provocou a mobilização comunitária, que, ao encontrar parte do curso extinta e a existência de contaminação proveniente dos produtos e práticas de manejo da plantação, tomaram medidas. Atualmente há um processo que demanda a responsabilidade da empresa florestal ante a autoridade ambiental e a Procuradoria Ambiental, solicitado pelo Conselho do município.

O acesso restrito às fontes de água se relaciona com o conflito de “ocupação territorial”. Ou seja, o fato de uma alta porcentagem das nascentes e leitos



Atziri Carranza

encontrar-se no meio de zonas ocupadas por “desertos verdes” impossibilita o acesso pleno e efetivo das comunidades locais a suas fontes de água, restringindo a soberania para o manejo de seus territórios, fato que é evidente ao percorrer as estradas rurais, as quais antes eram de uso comunitário e agora são estradas de aproveitamento florestal com avisos de circulação proibida em áreas privadas, como no caso do município de Sevilla, no Vale do Cauca.

A destruição e degradação dos territórios nessa região são inegáveis e podem ser constatadas em documentos e pronunciamentos oficiais a respeito, por exemplo a Resolução 360 de 26 de agosto de 1994, expedida pela Corporação Autônoma do Quindío (CRQ), que sancionou a Reflorestadora Andina (filial da Smurfit Kappa-Cartón de Colombia SA) ao estabelecer que “a responsabilidade da companhia reflorestadora está plenamente estabelecida toda vez que descumpriu os requisitos técnicos e legais estabelecidos pela CRQ... situações que provocam a alteração do meio ambiente, degradando os solos pela queima e perda da camada vegetal protetora e afetando gravemente a folhagem da mata natural, conduta que se considera atentatória e grave contra a conservação e proteção dos recursos naturais”.

Essa decisão, que prova o desmatamento de florestas nativas para estabelecer plantações florestais em grande escala, se repete no caso do projeto Procuena, onde alguns dos contratos reportam a existência prévia de cobertura florestal em áreas que depois foram destinadas a plantações, o que significa que desmataram para dar lugar ao monocultivo.

Quando esses conflitos começam a se concentrar em um território específico, e desaparecem formas de produção e trabalho, há destruição do tecido social, fechamento de escolas, supressão de estradas e meios de transporte (entre outros efeitos acarretados pelas plantações), se chega ao impacto mais drástico: “o deslocamento e a desterritorialização das comunidades locais”, que abandonam os territórios diante das transformações provocadas pelo modelo, que não dá lugar às formas tradicionais e sustentáveis de habitar o território. Isso significa o desaparecimento paulatino dos povos e culturas indígenas e camponesas. 🌿

Deslocamentos involuntários pelos agronegócios no Uruguai

Patricia P. Gainza e Mariana Viera Cherro

Introdução. A expansão dos monocultivos na América Latina é consequência da consolidação de um projeto produtivo, extrativo e de transferência da Natureza dos países do Terceiro Mundo aos países industrializados em função da acumulação de lucros. Orquestrada pelos grandes blocos econômicos, essa forma de produção foi imposta em muitos países da região pela mão das empresas transnacionais – o Uruguai não é exceção – e invade não só as formas de trabalho, mas também as construções cultural e subjetiva das comunidades afetadas. Altera as formas de verem a si mesmas e de se relacionarem com o meio em que convivem.

No caso uruguaio, é uma constante a venda ou arrendamento da terra às empresas do agronegócio para tais monocultivos. O efeito são deslocamentos involuntários que, como outros processos migratórios, são a consequência de decisões políticas, econômicas, sociais e ambientais que são enfrentadas de maneira diferente segundo as condições dos diversos coletivos.

Na América Latina, as migrações são produto da destruição das florestas, da implantação dos monocultivos, da mineração, das mudanças climáticas, e têm origem no colonialismo, na colonização econômica e no racismo ambiental.

No caso da agricultura familiar uruguaia estamos diante de um processo de desterritorialização que se produz, não por essas famílias pertencerem a “todos os lugares”, mas pelo contrário, como diz Octavio Ianni, “já não são de lugar nenhum”. São mobilizados, des-

locados dos lugares onde desenvolveram sua vida, em muitos casos há mais de 50 anos.

Um processo de pesquisa-ação participativa realizado durante o ano de 2008 com vítimas do deslocamento pelos agronegócios de soja e florestal (publicado sob o título *Estamos rodeados*,*) recolheu os testemunhos das pessoas afetadas sobre os impactos do desenvolvimento dessa lógica produtiva e financeira dos agronegócios sobre algumas populações rurais do Uruguai, especificamente nos departamentos de Rocha e Rio Negro.

A maioria não compra campos e vai para a periferia de Rocha. Isso é o mais triste, porque terminam sem nada.
(Pequeno criador de gado da Serra de Rocha)



Foto: Eduardo Manuel Sánchez

*As plantações de
árvores não são ruins
apenas para o gado,
secam a água, a sugam,
já não há nascentes.
Meu filho sai a caçar
porcos que matam
nossas ovelhas. Aqui
há um círculo, estamos
cercados. Rodeados.
Venderam estâncias
para plantar árvores e
plantaram por tudo.*
(Agricultora familiar
de Rocha)

Erosão causada pelas raízes dos eucaliptos.

Foto: Leonardo Melgarejo



Ponto de Partida. A nova modalidade de ocupação do espaço rural, denominada monocultivo, seja de soja ou eucaliptos, gera deslocamentos de populações e uma subsequente violação a seus direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Buscamos, então, as razões apresentadas por mulheres e homens rurais para arrendar ou vender suas terras e para não fazê-lo, as trajetórias migratórias daqueles que venderam suas terras e os fatores prévios que levaram a tal decisão – enfatizando aqueles de tipo produtivo e os impactos sobre a posse da terra, a subjetividade e os aspectos culturais, a saúde, a perda de serviços e outros.

Enfatizar os monocultivos de soja e as plantações de árvores deve-se à ampla incidência que essas duas expressões do agronegócio tiveram no Uruguai nas últimas décadas e à sua importante projeção para o futuro. O crescimento das explorações florestais na década de 1990 foi de 570%. A isso se soma o cada vez maior número de fábricas de processamento de polpa de celulose que gestionam sua instalação no Uruguai. O crescimento da soja foi exponencial, passando de 8 mil hectares em 1998 para 600 mil hectares na atualidade, e sua exportação cresceu de 10.848 toneladas em 2000 para mais de 700 mil em 2008.

Foram enfocadas localidades seguindo o aumento na quantidade de terras arrendadas ou vendidas na última década, a existência de mudanças no uso do solo, o deslocamento de outros tipos de produção mais sustentáveis em termos sociais, ecológicos, econômicos e culturais, os dados sobre mobilidade populacional em cada um desses territórios e a existência de redes sociais na zona. Isto nos levou aos departamentos de Rocha e Rio Negro: espaços onde desenvolvemos este intercâmbio com as e os pequenos produtores familiares.

Impactos sobre as famílias. Ao longo do processo se encontrou uma ampla série de impactos e consequências des-

ses tipos de produção sobre a vida, a cultura e a saúde dos homens e mulheres: perda da posse da terra, impacto sobre outros tipos de produção, perda de identidade rural, desvalorização do estilo de vida rural imperante, perda de soberania alimentar, alteração da paisagem e sentimento de enclausuramento e isolamento, escassez de água, más condições de sanidade nos arredores e surgimento de pragas, diminuição ou perda de serviços, impactos pelo uso de agroquímicos, inexistência de novas fontes de trabalho, insuficiência de políticas públicas para a produção familiar e a alimentação, escassez de recursos econômicos, necessidade de buscar oportunidades de melhor qualidade de vida (que inclui acesso a direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, e serviços e lazer), entre outros.

A emigração das famílias do campo uruguaio em decorrência do aumento dos hectares dedicados à soja e ao florestamento, em algumas situações envolve aspectos volitivos – mas em nenhum caso é voluntária. A venda ou arrendamento dos campos para esses dois agronegócios são, em todos os casos explorados, consequência de ter que enfrentar condições ambientais e produtivas adversas, para as quais tampouco o Estado dá as respostas que os pequenos agricultores familiares esperam e necessitam.

A ampla maioria das famílias que deixa o campo o faz em condições de precariedade, o que coloca em xeque a realização de seus direitos econômicos, sociais e culturais, e também afeta a dimensão cultural e de pertença. Isso provoca um rompimento do tecido social que, em algumas zonas, especificamente na Sierra de Rocha, começa a se rearmar em torno de alguns produtores jovens que se assentaram nestes últimos anos com empreendimentos, em sua maioria, de tipo turístico. De qualquer forma, encontramos uma corrente generalizada à desarticulação da pertença a essa cultura e a esse lugar.

É indispensável que o Uruguai retome um debate sobre o território, as

formas de ser e estar nos territórios que devemos defender e promover, e os direitos coletivos sobre o mesmo. Isso é fundamental para construir as soberanias alimentar e energética de nosso povo.

O abandono dos projetos produtivos vinculados à agricultura familiar é avaliado pelas pessoas entrevistadas como uma perda de sentido em seu papel sócio-econômico-cultural, no sentido amplo: referente ao que “se fez a vida toda”, ou “só o que sabem fazer”.

O empobrecimento da agricultura familiar em pequena escala continua e o vínculo identitário com a vida agrária continua se desvalorizando perante outras formas de vida. As novas gerações abandonam cada vez mais o meio rural, e os que tentam retomá-lo encontram muitos entraves para consegui-lo, como o elevado preço da terra.

Os agricultores familiares do Uruguai se veem obrigados a abandonar suas terras porque são rodeados por grandes empresas transnacionais ou grandes produtores que compram centenas e milhares de hectares para monocultivos ou porque vão ficando sozinhos no campo (com as repercussões que isso tem na perda de serviços públicos) até que a situação se torna insustentável. O deslocamento desses agricultores desde seus territórios originais gera movimentos que, em primeira instância, vão até as periferias das cidades mais próximas. Esse é só o primeiro passo. Quem sente a pressão das periferias e na maioria das vezes não tem acesso aos serviços básicos (enquanto seus direitos são violados), começa a vislumbrar novos caminhos, e a cultura migratória se estabelece como mais uma estratégia de sobrevivência.

A presença e as políticas predadoras das empresas transnacionais nos territórios e na Natureza dos países latino-americanos são a principal causa das migrações para o norte e sul-sul. A única forma de deter esses processos (baseada no atendimento de direitos)



é garantir a posse da terra às pessoas e famílias que nela trabalham. Somente políticas inclinadas a construir e fortalecer a soberania alimentar e a diversificar a agricultura para o autossustento e os mercados locais, com base nos saberes, na cultura e nas preferências locais, deterão o êxodo das famílias do campo para o norte global. ✨

REDES-Amigos da Terra Uruguai *Estamos rodead@s: agronegocios, derechos humanos y migraciones. El caso uruguayo.* Informe elaborado por Patricia P. Gainza e Mariana Viera Cherro, Tradinco, SA, Montevideu, 2009.

Eu fui deslocado para os campos baixos ou matas onde há menos riscos [de que as colméias sejam atingidas pelos químicos utilizados na produção de soja]. Não sei até quando, porque os espaços são cada vez menores.

(Produtor apícola de Paysandú)

Os desastres do abacaxi na Costa Rica

Isaac Rojas
COECOCEIBA-Amigos da Terra Costa Rica

O cultivo do abacaxi na Costa Rica abrange mais de 60 mil hectares. Esse monocultivo se estendeu por todo o país de forma acelerada. Em 2004, a área total do cultivo era de 23 mil hectares e, de acordo com dados de várias instituições, seu crescimento foi de mais de 300% nos últimos nove anos. A exportação de abacaxi gerou mais de 2 milhões de dólares. Essa quantia

mostra o lucro que o setor privado, como Dole, teve. Da mesma forma que todos os demais monocultivos, esse não se caracteriza por transferir riqueza econômica às comunidades onde se situa e, muito menos, por contribuir na construção e melhoramento de condições que resultem em uma melhor qualidade de vida.

Esse monocultivo provoca muitos impactos diferentes:

- Elimina as práticas agrícolas tradicionais e com isso vários cultivos essenciais para a soberania alimentar de diversas comunidades deixaram de ser plantados.
- Concentra terras nas mãos de grandes corporações.
- Propicia pragas que afetam o gado e as pessoas, como a mosca do chifre.
- Modifica e contamina os rios, secam poços de água e secam e desaparecem riachos.
- Prejudica a saúde das pessoas pelas pulverizações constantes que realizam sobre as plantações de abacaxi.
- Desaparecem as florestas e com elas enorme quantidade de biodiversidade.
- Na área trabalhista, não se respeita a jornada estabelecida por lei, as condições de trabalho não são as melhores e ocorre a subcontratação para evitar o pagamento de encargos sociais (o direito das pessoas trabalhadoras). Existe perseguição àqueles que tentam se organizar através da constituição de um sindicato.
- Cortou-se um grande número de árvores cujas sementes podem chegar aos cultivos de abacaxi: se uma dessas sementes chega aos Estados Unidos, o abacaxi não é aceito, pois isso é considerado bioterrorismo, razão pela qual aqueles que produzem abacaxi optaram por cortar as árvores.



Atziri Carranza

- O abacaxi também impacta negativamente as florestas de outra forma: grande parte da madeira produzida no país é destinada à confecção de embalagens onde são colocados os abacaxis para sua exportação.

Como vemos, os impactos são múltiplos e diversos e, além disso, comuns entre todos os monocultivos.

As comunidades que são invadidas por esse monocultivo se localizam em regiões empobrecidas do país, pelo que, as empresas do abacaxi se apresentam como um fator de desenvolvimento que oferece trabalho, dá um pouquinho de dinheiro para arrumar a escola ou o salão comunitário e, em alguns casos, chega até a arrumar estradas... para o seu próprio benefício e atividade. Em várias comunidades, algumas pessoas trabalham sob condições difíceis nas empresas de abacaxi, já que não há mais alternativa.

Desde vários meses atrás, a principal estrada que conduz à região atlântica do país foi bloqueada por diversas comunidades afetadas pelo monocultivo do abacaxi. Repetidamente, todas as semanas durante um dia inteiro, as comunidades de El Cairo, La Francia, Luisiana e Milano protestam porque sofrem há mais de dois anos os impactos do monocultivo do abacaxi. Um dia, autoridades chegaram a suas casas e lhes disseram que não podiam usar a água que lhes chegava pelo aqueduto público, pois estava contaminada com bromacil e mais outros 25 químicos que são usados para pulverizar o monocultivo do abacaxi, que depois é exportado para a Europa e os Estados Unidos. Hoje em dia, a água possui oito vezes mais contaminantes que há dois anos atrás, e foram encontrados 4,8 microgramas de bromacil por litro, quando a quantidade aceita nos Estados Unidos é de apenas 0,6 microgramas por litro. Desde que lhes disseram que não podiam utilizar sua água, em média uma vez por dia, um caminhão pipa visita essas comunidades para abastecê-las: enchem latões que depois têm que carregar até suas casas para poder cozinhar, tomar banho

e beber. Se não cumprem esse ritual, simplesmente não bebem água. Seis mil das pessoas afetadas trataram de buscar alguma solução: falaram com a titular do Ministério da Saúde, e a senhora ministra não fez nada mais do que dizer que está tudo sob controle e que não há perigo em beber a água... e está certo. Você poderia beber um copo de água e não morrer, mas, se tem que fazê-lo todos os dias, o que acontecerá com os efeitos cumulativos? Tampouco podem reclamar às empresas de abacaxi, porque certamente algum familiar seria despedido - e onde encontrar trabalho em comunidades que foram abandonadas pelo governo há vários anos? Então, não é difícil que as pessoas contem que voltaram a beber água porque a que os caminhões pipa lhes deixam não é suficiente, ou porque cansaram de esperar, e não é, portanto, raro encontrar pessoas com alergias, manchas e feridas na pele. Mas sempre lhes dizem que a situação já está quase resolvida e que voltarão a ter água para suprir suas necessidades básicas. E para que, de quebra, se cumpra o discurso de que o acesso à água potável é um direito humano.

Além disso, o abacaxi é o novo cultivo “de ouro” protegido pelo tratado de livre comércio com os Estados Unidos e a América Central e em vias de sê-lo com o novo tratado comercial que se “negocia” com a União Européia. Assim, as transnacionais terão mais direitos para continuar plantando abacaxi com a cumplicidade de governos que atuam como defensores da destruição e da morte.

Enquanto isso, na Europa continuam comendo abacaxi por ser saudável comer frutas e também porque o abacaxi é saboroso, ao mesmo tempo que alguns grupos estão informando sobre os desastres do monocultivo do abacaxi na Costa Rica. Os governos (como o da Alemanha) têm uma campanha massiva onde dizem às pessoas, coma frutas, coma saudável. Assim, quando algumas pessoas pensam que comem saudavelmente, outras têm que se virar para poder ter água. É verdade esse velho ditado que diz que enquanto uns comem o abacaxi, a outros nos dói a barriga. 🌿



Foto: Carlos Vicente

Desde vários meses atrás, a principal estrada que conduz à região atlântica do país foi bloqueada por diversas comunidades afetadas pelo monocultivo do abacaxi.

Repetidamente, todas as semanas durante um dia inteiro, as comunidades de El Cairo, La Francia, Luisiana e Milano protestam porque sofrem há mais de dois anos os impactos do monocultivo do abacaxi

Tomate industrial em Azua

Luis Cabrera

20

Há mais de trinta anos, a província de Azua, na República Dominicana, é a principal zona produtora de tomate industrial do país. Existem três grandes companhias que processam tomate para o mercado nacional e durante cinco meses do ano dominam a economia local e a vida das famílias camponesas e da população trabalhadora da região.

Azua tem uma população de uns 200 mil habitantes cuja principal fonte de renda é a atividade agropecuária. O Vale de Azua tem uma superfície de 19 mil hectares com vocação agrícola, e na zona de montanha se encontra uma área com vocação agroflorestal. Azua tem um clima quente e até 1976 não contava com uma grande fonte de água. Cultivavam-se bananas, mandioca, feijão-vagem, melão e pimenta, entre outros. Em 1974, se iniciou o plantio de tomate industrial. Em 1976, com a construção do canal do Yaque del Sur, a economia tornou-a uma das principais províncias produtivas da região sul do país. O governo dominicano proveu canais de irrigação, e se desenvolveu um plantio intensivo de tomate. O êxito da produção leva as companhias que tinham suas plantações e processamento na região norte do país a instalar suas fábricas em Azua.

O plantio do tomate na região se inicia em outubro, e o ciclo de cultivo é de 120 dias. Os tomates são processados para produzir diferentes derivados de tomate, como massa, catchup, conserva e vinagre. Os produtos são vendidos em mercearias e supermercados em todo o país e, em menor quantidade, são exportados ao país vizinho, o Haiti.

Nos anos oitenta e noventa, o tomate foi produzido com um grande pacote tecnológico de inseticidas, fungicidas e herbicidas muito fortes, muitos dos quais estão proibidos hoje em dia.

Como acontece muitas vezes, os grandes agroempresários maximizam seu capital à base de uma alta produtividade sem dar grande importância ao que possa ocorrer à população e ao ambiente. Esse pacote tecnológico não somente prejudica a saúde dos trabalhadores e contamina as águas da região, também elimina a maioria dos insetos benéficos. Em 1994 se encontrou muita mosca branca (*Bemisia ta-*

baci). A partir de então, o ecossistema da província se desequilibrou, o que provocou grandes doenças nas plantações de tomate e na maioria dos cultivos de hortaliças como a berinjela, o quiabo, a pimenta, o melão, o pepino e a melancia, entre outros.

Mecanismos de financiamento. A grande maioria das famílias camponesas de Azua não tem títulos definitivos de terra própria – algumas têm glebas de reforma agrária (processo que iniciou nos anos setenta), e outras trabalham em glebas comunitárias. Para tornar real a permanência do tomate industrial como uma aposta para a economia do país e poder desenvolver seus agronegócios, os empresários desenvolveram uma estratégia com o apoio de seus aliados (principalmente no Ministério da Agricultura).

A estratégia é assinar contratos com os produtores para o financiamento, e, portanto, o controle do processo de cultivo. As empresas financiam uma maior parte do investimento do plantio: desde preparar a terra até o transporte do produto da gleba até onde se realiza a pesagem. Na hora do pagamento pela colheita, os custos são descontados do produtor, com os juros correspondentes, depois de pesá-la.

Os pequenos e médios produtores que as empresas financiam são denominados “agricultores tomateiros” e se dividem em 3 tipos: agricultor A, B e C, de acordo com a regularidade com que plantam e com sua produtividade. Os produtores de tomate que não assinam contratos de financiamento com as empresas se chamam “tomateiros independentes” e devem assinar contratos de venda com as companhias. Para garantir o recrutamento dos produtores e ter superfícies consideráveis que lhes permitam êxito na colheita de cada ano, as agroempresas não

só atraem os produtores integrados com adiantamentos e outras modalidades como o nivelamento e o preparo do solo com máquinas; mas também têm um técnico a seu serviço para cada determinada área de cultivo.

O financiamento das empresas inclui o suprimento de todos os insumos agrícolas, que se aplicam às glebas mediante brigadas de trabalhadores, providas pelas empresas, usando um aparelho chamado de bomba estacionária. A indústria adianta recursos para cada etapa das atividades agrícolas, controlando assim as aplicações e o manejo em cada uma das plantações. O fato de adiantar dinheiro ao agricultor em troca do plantio estabelece uma dependência que ao final cria problemas quanto à luta por melhores condições.

Além disso, as agroempresas costumam violar as normas e as leis trabalhistas. Quando os trabalhadores tentam sindicalizar-se, são despedidos e não voltam mais.

O papel do Estado. É bem sabido que os últimos cinco governos no poder descuidaram da zona rural, em especial dos pequenos e médios produtores agropecuários. A fim de se livrar do que eles chamam de “a carga camponesa”, preferem que o setor privado seja quem assuma o papel que corresponde ao Estado.

No caso do tomate, o governo, através do Ministério da Agricultura, decidiu apoiar as processadoras de tomate dando-lhes todas as facilidades para que se mantenham no campo produzindo, mesmo que

21



A mão de obra. É certo que o tomate é uma fonte de emprego em um país onde reina o desemprego, mas esse emprego é injusto e parcial, pois a safra tomateira dura só uns 120 dias, e o resto do ano as comunidades continuam com problemas de desemprego. Além disso, principalmente são três grupos populacionais os que são aproveitados como empregados: os migrantes haitianos, as mulheres e as crianças.

As agroindústrias têm uma quantidade considerável de empregados controlados por elas mesmas: trabalhadores agrícolas em suas propriedades privadas (na sua maioria haitianos), trabalhadores nas fábricas de processamento, e transportadores, entre outros. Ao final de cada safra de tomate, alguns permanecem para o processamento de outros cultivos (milho e guandu), mas uma grande proporção é despedida pelas limitações de trabalho.

os camponeses paguem pelos efeitos do desajuste e da crise no setor. A política é proteger o investimento privado enquanto aumenta cada dia mais seu capital.

As indústrias criaram um modelo de autoprotecionismo a seu favor (desde o Estado) com o argumento de investir e de criar empregos na zona rural, sobretudo nas comunidades onde se produz tomate.

Em decorrência da crise da mosca branca pelos efeitos da degeneração do solo, se criou um conselho de Manejo Integrado de Pragas (MIP), presidido pelos técnicos dos agroempresários. O conselho manejava a política das resoluções para a aplicação do veto: a proibição de todo o cultivo hospedeiro da mosca branca (melão, melancia, pimenta, berinjela, feijão-vagem) durante os três meses anteriores ao plantio do tomate (julho a setembro).



Os gastos do veto, devido ao qual se eliminam em torno de 70 a 80 mil tarefas de cultivo por ano em Azua, são cobertos pelas agroempresas processadoras – estas pagam o combustível dos veículos e as diárias dos militares que vigiam a zona. Em termos reais, é um preço que se paga pela proteção ao empresariado, e é por essa razão que, por mais de 16 anos, as indústrias maneiram o plantio a seu critério sem levar em conta os produtores e nem suas organizações. Consciente dessa realidade, desde 1992 interveio a Federação de Camponeses Independentes “Mamá Tingó” (Fecainmat) reclamando os direitos dos produtores e produtoras e lutando pela justiça.

A Federação Mamá Tingó.

A Fecainmat surgiu em 1989 por razões de necessidade organizacional para dar resposta aos grandes problemas na zona rural de Azua e no país. Agrupou cinco organizações de base de pequenos e médios produtores e produtoras agropecuários e de camponeses sem terra na luta pela terra e pelo apoio à produção agropecuária por parte do Estado.

A Federação integrou-se ao tema do tomate em 1992, em coordenação com a Junta de

Usuários de Irrigação do Vale de Azua, para fazer mudar a regra do jogo. Lançou-se uma luta que terminou com a ocupação das instalações da agroempresa Famosa e do centro de maquinaria e equipamento da Secretaria de Agricultura (Prosema). O resultado foi um acordo no qual se aumentou o preço do tomate pago ao produtor e se conseguiu a participação no Conselho do Manejo Integrado de Pragas e nas discussões onde se determina o destino do tomate.

Essa ação fez com que os contratos entre os produtores e as agroempresas, onde se regem as normas da safra, se definam entre ambas as partes,

incluindo os custos de produção e o preço do tomate. Provocou a formação da Comissão Tripartite, composta pelas agroindústrias, pela Secretaria de Agricultura e pela Fecainmat como representante dos camponeses e camponesas.

A Comissão Tripartite tem as funções de conhecer tudo relativo à produção e à comercialização do tomate, de conhecer o contrato que rege o plantio de cada ano, e de estabelecer os convênios da importação de tomate em caso de déficit.

A posição da Fecainmat. A Federação de Camponeses Independentes Mamá Tingó está consciente do perigo do tomate como monocultivo, mas não pode negar que dinamiza a economia da província. A Federação acredita que o que se necessita é um manejo distinto do pacote tecnológico usado no plantio para eliminar a dependência dos agroquímicos, implementando rotações de cultivos que reduzam os impactos do monocultivo.

A família Corripio, dona da agroindústria Victorina, é a principal acionista de um jornal nacional (o *Listin Diario*), de um canal de televisão (*Telen Antilla*, canal 2), e atua em outros meios com a promoção de outros negócios de sua propriedade, como estabelecimentos comerciais de eletrodomésticos e ferragens. Portanto, é difícil que o movimento camponês tenha voz nos meios de comunicação nacionais. Comunicadores solidários contribuíram com materiais importantes à luta camponesa, como o vídeo documental *Tingó, bajo el sol de Azua*, realizado nos anos noventa com base na proposta da Fecainmat.

Em Azua, o movimento camponês ainda não tem força suficiente para sair do monocultivo do tomate industrial – o qual afeta a vida dos camponeses do país e dos imigrantes haitianos. No entanto, com a participação dos camponeses e camponesas de Azua, do país e do mundo, o setor camponês pode exigir com maior força organizacional que se faça o mais justo possível.

Como disse Mamá Tingó, líder camponesa assassinada em 1974 durante o brutal regime do governo de Joaquín Balaguer: “A terra é para quem a trabalha”. ✿

Unidade e Lutar por um Viver Melhor

Luis Cabrera, secretário de organização da Federação de Camponeses Independentes Mamá Tingó (Fecainmat) de Azua, e coordenador geral da Articulação Nacional Camponesa, República Dominicana. Editado por William Austen Bradbury, técnico da Coordenação Regional do Caribe dos Veterinários sem Fronteiras.

O vídeo *Tingó, bajo el sol de Azua*, pode ser visto em: <http://www.vimeo.com/4988855>

As consequências inevitáveis de um modelo genocida e ecocida

GRAIN

Treze anos de soja na Argentina. A ampla experiência adquirida na Argentina depois de treze anos de imposição do cultivo de soja transgênica resistente ao glifosato dá ao resto do mundo a oportunidade de aprender a lição e não repetir os erros, nem permitir as imposições que possibilitaram que a Argentina se convertesse, em apenas uma década, em uma “republica sojeira”.

Em 1996, de maneira absolutamente dissimulada e antidemocrática, permitiu-se a introdução da soja transgênica da Monsanto em nossos campos. Sem estudos de impacto ambiental independentes, sem nenhum tipo de consulta pública, sem nenhuma discussão parlamentar nem legislação que a avalize. Uma simples disposição da Secretaria de Agricultura criou, em 1991, a Comissão Nacional Assessora de Biotecnologia Agropecuária (Conabia), que, desde então e com ampla participação das corporações, “assessorou” a secretaria sobre a aprovação de OGM.

Agora, mês após mês, vivemos na Argentina a emergência de um novo problema socioambiental devido à invasão territorial produzida pela imposição do monocultivo de soja transgênica pelas mãos da Monsanto e de um punhado de proprietários de terra e associações empresariais de plantio.

Os impactos das pulverizações, o desmatamento, o deslocamento de camponeses, a falta de alimentos, as inundações e secas, as novas enfermidades, são moeda corrente nas notícias, mas que somente através de alguns meios alternativos aparece relacionada com a “sojização”.

Tudo isso decorre do estabelecimento de uma visão fragmentada dos problemas, na qual as causas profundas dos mesmos são escondidas ao analisá-los ou mostrá-los, muitas vezes de maneira sensacionalista, mas sempre isolados e produzidos quase como “fenômenos naturais”.



Soja no Rio Grande do Sul, Brasil.
Foto: Leonardo Melgarejo

Por isso a prioridade fundamental é recuperar a visão integral da problemática. Somente olhando e analisando a totalidade e a complexidade da situação será possível chegar a alguma conclusão útil para avançar em alguma direção e sair da roda destrutiva na qual o modelo de agronegócio-soja-transgênicos nos meteu.

Depois de treze anos de expansão do cultivo da soja transgênica na Argentina, as consequências socioambientais são uma verdadeira catástrofe. Apresentamos uma breve recapitulação dos dados concretos que falam da tragédia da soja no Cone Sul.

Na Argentina, serão plantados na próxima safra 18 milhões de hectares de soja transgênica com a técnica do plantio direto.



Soja no Rio Grande do Sul, Brasil.
Foto: Leonardo Melgarejo

Depois de passar mais de uma década negando o surgimento de plantas espontâneas resistentes, a Monsanto, através de seu vice-presidente, admitiu esse fato e propôs uma solução: substituir toda a soja resistente ao glifosato por uma nova herbicida: o dicamba – de fato ainda mais tóxico que o glifosato

Essa superfície representa mais de 50% da superfície agrícola do país.

Praticamente 100% da soja que se cultivará é soja transgênica resistente ao herbicida glifosato (soja RR).

A soja RR é propriedade da Monsanto, a maior empresa de sementes do mundo e também a criadora do glifosato, o herbicida que se deve utilizar para plantar a soja RR. A Monsanto controla 90% das sementes transgênicas que se comercializam em nível mundial.

A Monsanto declarou que os lucros gerais aumentaram 44% em 2007, em relação ao ano anterior, e 120% no ano de 2008, em relação a 2007.

Neste ano serão aplicados mais de 200 milhões de litros de glifosato sobre toda a superfície cultivada com soja na Argentina, enquanto no ano de 1996 eram utilizados 13,9 milhões de litros.

O produto comercial cujo princípio ativo é o glifosato (Roundup) contém ainda uma série de coadjuvantes que aumentam notavelmente a sua toxicidade, fundamentalmente o surfactante POEA (polioxietil amina), cuja toxicidade aguda é de 3 a 5 vezes maior que a do glifosato.

Claro que esse uso intensivo de glifosato já provocou o surgimento de muitíssimas plantas espontâneas resistentes ao glifosato. Algumas das já documen-

tadas são: *Hybanthus parviflorus*, *Parietaria debilis*, *Viola arvensis*, *Petunia axillaris*, *Verbena litoralis*, *Commelina erecta*, *Convolvulus arvensis* (Cordade-viola), *Ipomoea purpurea*, *Iresine difusa* e, recentemente, o *Sorghum halepense* (Capim massarombá), que, por ser uma planta espontânea muito difícil de controlar, despertou grande alarme.

Depois de passar mais de uma década negando o surgimento de plantas espontâneas resistentes, a Monsanto, através de seu vice-presidente, admitiu esse fato e propôs uma solução: substituir toda a soja resistente ao glifosato por uma nova soja resistente a um novo herbicida: o dicamba – de fato ainda mais tóxico que o glifosato.

Além disso, serão utilizados outros herbicidas e agrotóxicos para controlar plantas espontâneas e pragas do monocultivo de soja, já que o plantio direto requer a aplicação de outros herbicidas antes do plantio da soja: entre 20 e 25 milhões de litros de 2-4-D, outros seis milhões de litros de atrazina e uns seis milhões de litros de endossulfan.

Essa chuva de agrotóxicos produz tremendos impactos sobre a saúde da população, animais domésticos, e cultivos alimentícios, e contamina solos, cursos de água e o ar em toda a extensão do

cultivo de soja. Somam centenas os casos denunciados por diversas organizações e pesquisadores nos quais estão perfeitamente documentados os impactos dos agrotóxicos nas comunidades e em suas produções.

A difusão pública dessas denúncias levou a que, recentemente, a Associação Argentina de Advogados Ambientalistas solicitasse à Corte Suprema de Justiça da Nação a proibição da pulverização com glifosato.

Esse avanço desenfreado da soja aconteceu apesar de, segundo recentes pesquisas da Universidade de Kansas, a soja RR produzir entre 6 e 10% menos que a soja convencional.

O monocultivo de soja repetido ano após ano nos campos produz uma intensa degradação dos solos, com uma perda de 19 a 30 toneladas de solo em função do manejo, da inclinação do solo e do clima.

Cada colheita de soja extrai, ano a ano, milhares de toneladas de nutrientes de nosso solo, que são exportados. Só como exemplo, podemos dizer que a cada ano se vão com a soja um milhão de toneladas de nitrogênio e 160 mil toneladas de fósforo.

Também, cada colheita de soja que se exporta leva cerca de 42,5 bilhões de metros cúbicos de água a cada ano (dados da safra 2004/2005), dos quais 28,19 bilhões correspondem ao pampa úmido.

Anualmente, são desmatados na Argentina mais de 200 mil hectares de florestas nativas pelo avanço da fronteira agrícola devido fundamentalmente à expansão do monocultivo de soja.

Considerando que cada 500 hectares de soja necessitam de um trabalhador rural, é evidente a expulsão de trabalhadores rurais e camponeses dos territórios onde se cultiva.

Os grandes produtores de soja estão obtendo lucros extraordinários. O Grupo Los Grobo, que declara cultivar 150 mil hectares na Argentina e em todo o Cone Sul (Paraguai, Brasil e Uruguai), aposta em controlar 750 mil hectares.

O modelo sojeiro produz uma enorme concentração da terra em poucas mãos,

seja pela aquisição da terra por grandes produtores ou pelo seu arrendamento pelos “Pools de Plantio”. Como consequência, nos últimos dez anos foram perdidos mais de 20% dos estabelecimentos produtivos.

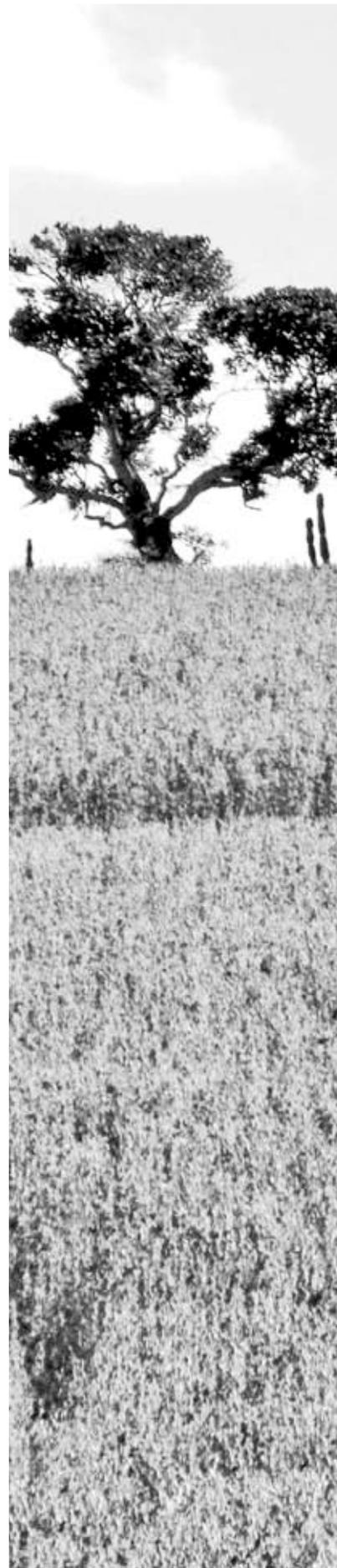
A consequência óbvia dessa concentração é que diminuiu de maneira dramática a produção de alimentos básicos para nosso povo. Para citar só um exemplo: o número de explorações leiteiras diminuiu 50 por cento entre 1988 e 2003, passando de 30 mil para 15 mil.

No caso do algodão, sua produção diminuiu 40% na província de Chaco e 78% na província de Formosa como consequência do avanço da soja.

Milhares de camponeses são expulsos violentamente de suas terras para a imposição desse modelo e são criminalizados por resistir aos desalojamentos e ao avanço da soja. O Mocase-vc e o Movimento Nacional Camponês Indígena permanentemente denunciam a perseguição de camponeses do movimento por resistirem à expulsão de suas terras feita de forma violenta para impor o cultivo de soja.

Finalmente, é fundamental ter presente que a introdução da soja transgênica na Argentina foi o mecanismo eleito pela Monsanto para inundar de transgênicos o Cone Sul, já que foi a partir da Argentina que se comercializou de maneira ilegal a soja transgênica para o Brasil, Paraguai e Bolívia (países nos quais o cultivo dos transgênicos estava proibido), inundando esses países de transgênicos e impondo, assim, a partir da contaminação, a República Unida da Soja que pouco tempo depois aparecia em publicidade da Syngenta.

Quem governa a República Unida da Soja? As fracas tentativas das frágeis democracias latino-americanas para colocar algum limite ao poder econômico dominante, gerado por décadas de globalização e neoliberalização econômica, levaram nos últimos meses um golpe contundente com a perversa aliança dos grandes proprietários de terra com as corporações do agronegó-



cio que estão atuando de maneira brutal em todos os países do Cone Sul.

Não se trata aqui de fazer um juízo sobre os governos democráticos da região, nem de avaliar sua capacidade de transformação da realidade ou seu compromisso com os povos latino-americanos. Deixamos isso para os povos que através de seus próprios processos vão respondendo e criando espaços para responder e construir novas realidades.

Porém, acreditamos que não é possível passar por cima de alguns fatos, alguns notoriamente públicos e outros que apenas ocupam algumas colunas nos meios de comunicação; todos aparentemente desconectados entre si, mas profundamente ligados em uma raiz comum que é a de submeter os povos, controlar sua agricultura e sua alimentação ocupando e destruindo seus territórios.

Um fio comum perpassa todas essas notícias e se fortalece como metáfora instrutiva das pretensões desses setores: a soja transgênica e sua invasão de territórios no Cone Sul procura ser, de fato, a “República Unida da Soja”.

Assim, o locaute (greve patronal) dos sojeiros proprietários de terra da Argentina que ocorreu em 2008 mostrou o caminho do que depois, na Bolívia, se transformou em uma feroz agressão, carregada de ódio, desprezo pela vida humana e racismo contra os povos originários.

Ali aparece em cena como um dos principais dirigentes da “Meia Lua” o presidente do Comitê Cívico pró Santa Cruz, Branco Marinkovic, que “casualmente” é um dos grandes produtores de soja da região.

Nos dias de plena retomada democrática que encheu de esperanças o povo paraguaio, o país se viu também brutalmente abalado pela repressão contra camponeses, que inclusive levou à morte o camponês Bienvenido Melgarejo, e com os grandes proprietários anunciando que vão recorrer às armas para defender seus latifúndios.

No Uruguai, em meio a leves pressões governamentais para estabelecer restrições sobre o aumento das áreas para

o cultivo de soja com a criação de um Plano de Produção Agrícola, também os grandes sojeiros fizeram ouvir sua voz e espalharam ameaças nos grandes meios de comunicação.

A partir de suas autoridades, o Brasil já se rendeu aos transgênicos e transformou a CTNBIO numa porta de aprovação automática de tudo o que as corporações desejam.

O Uruguai levantou a moratória à aprovação de novos transgênicos e abriu assim as portas para o ingresso das “novas” mercadorias transgênicas da Monsanto. Não é por acaso que a soja transgênica aparece em muitas notícias: é simplesmente um instrumento do controle corporativo da agricultura e do controle territorial que chegam pela mão das agroempresas e de seus patrões, os grandes produtores e as corporações transnacionais.

É claro que cada um desses atores tem mecanismos de ação diferenciados: as corporações permanecem silenciosas e fazem seus negócios enquanto investem enormes somas em publicidade nos meios de comunicação de massa de forma a tê-los sempre a seu favor e que nunca sejam publicados neles os questionamentos públicos que recebem. Também são quem conseguem os apoios dos Estados Unidos naqueles casos em que se necessita da intervenção política direta ou por debaixo do pano.

Por outro lado, os grandes produtores sojeiros são os que fazem o trabalho sujo com outro grau de brutalidade, mas sempre demonstram brutalmente seu desprezo pela vida e pela dignidade humana para se consagrar ao único deus que conhecem: o Deus Dinheiro. Então, eles sim podem interromper estradas, desabastecer cidades, assassinar camponeses ou dividir um país.

A República Unida da Soja permanece com suas muralhas altas e seu reino de especulação e morte no poder. Pode ser que, atrás da queda do muro financeiro do capitalismo global, também comecem a cair as muralhas dessa República. Os povos estão prontos para continuar tomando conta de suas vidas e de sua alimentação. 🌱

Para aprofundar

Biodiversidad en América Latina y el Caribe, <http://www.biodiversidadla.org>

Campanha Paren de Fumigar <http://www.grr.org.ar/campanapdf/index.php>

GEPAMA <http://www.gepama.com.ar/>

GRAIN, <http://www.grain.org>

Fundación Proteger <http://www.proteger.org.ar/soja>

Instituto de Investigaciones Gino Germani http://www.iigg.fsoc.uba.ar/pub_rural.htm

La Soja Mata <http://www.lasojamata.org/es>
Redaf <http://redaf.org.ar/noticias/?p=329>

RR, La cosecha Amarga <http://www.rrlacosechaamarga.blogspot.com/>

Soja para Hoy, Hambre para mañana <http://sojahambre.blogspot.com/>

Vídeo Hambre de Soja http://www.dailymotion.com/video/xu9kc_hambre-de-soja

A suposta democratização da soja

Jorge Eduardo Rulli

Digamos mais uma vez, porque é importante tomar plena consciência: as sojas RR, geneticamente modificadas, são parte de um pacote tecnológico composto por herbicidas e outros tóxicos, e determinadas tecnologias agrícolas (como o plantio direto) que, a partir dos anos noventa, instalaram na Argentina um modelo produtivo de grande escala e enorme dependência de insumos. As consequências sociais e ambientais dessa agricultura industrial com transgênicos foram realmente devastadoras para nosso país. Além do desaparecimento de mui-tíssimos milhares de pequenos e médios produtores, milhões de argentinos se viram obrigados a migrar do campo para a cidade, expulsos de seus povoados e arrancados de seus modos de vida tradicionais, para se instalar nas periferias urbanas de pobreza extrema. Aí, passaram a ser sustentados por planos assistenciais pagos com as retenções sobre a soja, e tiveram que se alimentar nos refeitórios para indigentes e nos refeitórios escolares, com a mesma soja transgênica que a Argentina produzia como ração para os porcos e as galinhas da Europa e da China.

Como cultivo para exportação, a soja ajudou uma minoria de proprietários de campos a sair das dívidas que tinham e lhes permitiu alcançar padrões de vida jamais imaginados. A nova paisagem argentina passou a ser a dos desertos verdes dos monocultivos: os pequenos povoados desapareceram, e também inumeráveis ofícios e práticas culturais, como os fazedores de cercas, os construtores de galpões e grande parte dos pequenos produtores de leite. Desapareceu a família rural, a tradição, e definha nas periferias urbanas a antiga cultura rural. A fronteira agropecuária se expandiu e, varrendo as florestas e a vida camponesa, chegou às florestas de *yungas*, empurrando a cana e os pomares de limões até os pés dos morros.

O preço da terra tornou impensável a criação de gado, ao menos tal como a conhecíamos. Agora, o gado se amontoou nos *feedlots* [confinamentos] ou se marginalizou nas zonas de charcos, em ilhas ou em lugares onde o processo hegemônico de agricultura não podia se impor por carecerem de terras aptas. A prática de uma agricultura sem rotações, somada a intensas e reiteradas pulverizações de tóxicos, liquidaram boa parte do fósforo, dos nu-

trientes e da vida microbiana dos solos argentinos. Alguns ecossistemas, como o do Chaco ou do norte de Santa Fé, colapsaram, o câncer se converteu em epidemia, e a Argentina bateu recordes de colheitas e de crianças nascidas com malformações, porque suas mães tiveram contato com os venenos ou foram pulverizadas durante a gravidez. Nos marcos da chamada globalização, o caso argentino é emblemático da nova submissão às corporações, da instalação de um modelo produtivo que, por seus extensos danos colaterais, perpetua um verdadeiro genocídio sobre a própria população.

Favoreceu-se o modelo dos agronegócios, que partia do conceito de fazer da agricultura um negócio e não uma forma da existência no campo como tinha sido anteriormente com os produtores de porte médio.



Soja no Rio Grande do Sul, Brasil. Foto: Leonardo Melgarejo



Foto: Leonardo Melgarejo

Os espaços de produção de alimentos e os espaços de comercialização de alimentos frescos desapareceram, em benefício das cadeias agroalimentares e da industrialização de tudo aquilo que constitui a comida dos argentinos. Atualmente, o trabalho precário abastece, em grande parte, o reduzido mercado de verduras e hortaliças, enquanto o modelo agroexportador se reconfigura em direção a novos parâmetros de produção e de dependência global em relação às grandes corporações. As atuais crises do campo ocultam, sob o circo midiático das políticas eleitorais, o aprofundamento do atual modelo. Estamos a meio caminho entre a republiqueta da soja forrajeira e a republiqueta dos biocombustíveis e da biogenética, estágio no qual primarão definitivamente os grandes “pools” [ou fideicomissos agropecuários], o complexo óleo sojeiro, os grandes “feedlots” [destinados à engorda intensiva de gado], os frigoríficos, as refinarias de agrocombustíveis e os exportadores [...] De fato, há muito tempo que todo o país depende de uma discussão sobre os direitos de exportação, mas jamais se escutou um exportador falar do assunto. Aparentemente, estão bem de acordo com as políticas existentes, de tal forma, dizem os especialistas, que na Argentina ganham até 50 vezes o que ganhariam em outros mercados de exportação, sem ter controles significativos sobre as atividades que realizam.

Por outro lado, a insistência da esquerda local sobre a propriedade da terra e para que se levante a ordem da reforma agrária, como solução ao problema da crescente sojização, confunde o pensamento da opinião pública e se torna absolutamente funcional ao modelo imposto pelas corporações. A menos que estejamos nos referindo à propriedade

do domínio da terra que ocupam desde antigamente pequenos camponeses de províncias interiores, estaremos tirando o foco da atenção da necessidade de desativar o modelo para levá-lo, como em uma operação distrativa, aos confins do modelo, onde se expande a fronteira da agriculturização compulsiva, e as situações podem ser sumamente dramáticas, mas nunca decisivas. A insistência na ordem de reforma agrária por parte de uma determinada esquerda, sem o acompanhamento explícito do conceito de soberania alimentar, esconde a aspiração inconfessável de ampliar o atual modelo de monocultivos transgênicos com novos contingentes de setores rurais, em uma operação que denominamos com sarcasmo: a “democratização do modelo sojeiro”.

Hoje a questão passa, clara e determinantemente, pelo uso e não pela propriedade da terra, já que nenhum grande capitalista, ao preço atual da terra, aceitaria manter semelhantes capitais imobilizados, quando seu dinheiro se reproduz mais facilmente nos serviços, na intermediação ou no uso da terra alheia, a qual empobrece sem maiores consequências para o próprio patrimônio. O problema surge da consolidação do modelo da soja, canalizando os desocupados da agricultura para lutas sociais. Dessa forma, facilitou a instalação do modelo atual, assistencial e clientelista, modelo social complementar e indispensável aos planos corporativos que precisam apenas do território e dos bens naturais: biocombustíveis, mineração com cianeto, florestas implantadas e pasta de papel. Hoje, as corporações não precisam das direitas, mas sim de governantes e líderes que se ocupem do social e que estejam convencidos, tal como convém às empresas, de que a fome do mundo pode ser solucionada com mais e mais biotec-



Foto: Leonardo Melgarejo

nologia. As corporações necessitam líderes com os quais possam negociar as novas regras do domínio internacional, líderes que administrem a fragmentação atual da sociedade e que acentuem a crescente desintegração das identidades e dos interesses nas novas metrópoles da pobreza, conglomerados urbanos em processo de se tornar favelas, sempre à beira do colapso ambiental e submersos na insegurança, particularmente na insegurança alimentar.

Nas novas sociedades globalizadas, a consciência cidadã perde a força submersa no consumo de imagens, enquanto a política parece ter se transformado em um modo de vida em que uns poucos fazem negócios, e outros muitos asseguram para si um magro salário daqui até as eleições. O resto parece disposto a optar, mais uma vez, entre a Coca ou a Pepsi. A maior parte dos intelectuais permanece agoniada pela sua própria história, em um mecanismo de negação dos fracassos, que somente sabem ler como derrotas, mecanismo que os conduz a persistir de novo no mesmo erro ou em erro similar.

As alas progressistas da esquerda latino-americana, manifestamente anacrônicas em épocas de mudanças climáticas e de evidente esgotamento dos recursos de vida do planeta, rechaçam compreender a importância da ecologia na luta dos povos. E essa contumaz convicção na neutralidade das ciências e das tecnologias, herdada dos mitos dos séculos XVIII e XIX, os torna funcionais aos interesses das corporações e ao modelo de globalização e pós-globalização.

Enquanto isso, as novas pragas globais, surgidas dessas sinistras esterqueiras e fossas sépticas da nova e gigantesca indústria de produção confinada de carnes, espalham o terror nas populações

do planeta como se fossem ameaças apocalípticas e possibilitam imensos negócios para as corporações dos medicamentos. Gigantismo das produções, da bioindústria, dos monocultivos com transgênicos, desaparecimento da biodiversidade, ausência do Estado, desproteção crescente dos povos, contaminação e decréscimo dos sistemas imunológicos são os resultados inevitáveis desses modelos que são impulsionados tanto a partir das direitas quanto das esquerdas. Precisamos escapar dessas armadilhas e persistir na busca de novos caminhos. Somos, cada vez mais, os que participam da empreitada de salvar o planeta e recuperar escalas e modos de vida que respeitem nossa própria humanidade. Nessa batalha pela vida, não existem tarefas menores, e o sentido da responsabilidade pessoal é um dos instrumentos mais formidáveis que podemos comprometer na luta. Daí a importância da conscientização e das práticas ecológicas que milhões de pessoas estão incorporando: novos hábitos de reciclagem, re-uso e reutilização; substituir as sacolas plásticas, desmedicalizar a própria saúde, produzir os próprios alimentos, reproduzir árvores e espalhá-las, comprar de pequenos produtores em mercados locais e adequar a alimentação aos frutos da estação, evitando em tudo o que for possível os produtos industrializados. Estamos no bom caminho e somos cada vez mais numerosos, nem sequer nos propomos ganhar, mas sim termos feito do caminho a batalha pela vida. Não conseguem nos vencer. ❁

A versão completa deste editorial (3 de maio de 2009) pode ser consultada na página eletrônica do programa de rádio *Horizonte Sur*, transmitido pela 870 AM da Radio Nacional, Buenos Aires, Argentina, <http://horizontesurblog.blogspot.com/>

Brasil e os novos impérios açucareiros

GRAIN

30

Uma das tendências mais destrutivas da agricultura nos últimos vinte anos é a expansão das plantações de soja no cone sul da América Latina. Agressivamente, as empresas que estiveram na ponta desse “auge” agora se movem para a cana-de-açúcar e fixam a mira nas grandes extensões de terra dos países do sul, onde produzir açúcar pode ser muito barato. Se não houver resistência, é provável que se tenha que enfrentar graves impactos: a produção local de alimentos será menosprezada, haverá expulsão de mão de obra e deslocamento de comunidades, ou ficarão expostos a crescentes níveis de agrotóxicos. As agroempresas estrangeiras afiançarão seu controle do açúcar. Analisamos a confluência entre o avanço da cana-de-açúcar geneticamente modificada e as transformações da indústria açucareira no Brasil, com alguns vislumbres do panorama global.

Em apenas 10 anos, quase todo o pampa argentino e enormes extensões de florestas e terras agrícolas no Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai foram convertidos em desertos verdes, em monocultivos de soja. O auge da soja na América Latina proporcionou locais de produção barata e abundante ao pequeno grupo de gigantes cerealistas mundiais que dominam o comércio internacional de sementes oleaginosas e o mercado de alimentos comerciais. Essas empresas, como a Cargill, a ADM e a Bunge, também fizeram bilhões de dólares com a venda dos fertilizantes químicos exigidos, enquanto outras grandes companhias estrangeiras, como a AGCO e a John Deere, obtiveram abundantes benefícios com a venda de tratores. A Monsanto e a Syngenta obtiveram lucros recordes vendendo sementes modificadas geneticamente e seus agrotóxicos.

A invasão da soja baseou-se em um modelo de produção que utiliza sementes modificadas geneticamente para aguentar enormes doses de herbicidas químicos. A Monsanto colocou as sementes e os herbicidas, enquanto a nova geração de companhias agrícolas, dirigidas por empresários urbanos, arrendou ou absorveu grandes extensões de terra e administrou a produção. Todas as vezes que esse modelo foi aplicado, os pequenos agricultores e os camponeses foram expulsos e as comunidades locais ficaram devastadas pelo êxodo rural e pela contaminação com produtos químicos.

A experiência com a soja no cone sul mostrou às grandes agroempresas transnacionais o modo de lucrar com a expansão da agricultura industrial nos países em desenvolvimento e lhes abriu a porta a uma nova era de conquista. O açúcar, um cultivo com uma longa história de destruição ambiental e cultural, e de crua exploração humana, bem poderia ser o próximo promotor de um auge ao estilo da soja, sobretudo porque no campo já há novos cultivos de cana-de-açúcar transgênica.

A hora dos agronegócios. Hoje, 70% do abastecimento mundial de açúcar provém da cana-de-açúcar. A cana está plantada em uns 15 milhões de hectares em mais de 100 países da região tropical e subtropical.

O Brasil agora é o maior produtor mundial de açúcar e, de longe, o maior exportador de açúcar. Em torno de três quartas partes da expansão da produção de cana-de-açúcar nos últimos dez anos ocorreram no Brasil, onde a superfície dessa cultura cresceu em média 300 mil hectares por ano, entre 2000 e 2007 – uma taxa equivalente à expansão do cultivo de soja no país. Em 2008, a superfície de cana-de-açúcar registrou um notável aumento de 14%. Uma proporção considerável da produção de cana-de-açúcar do Brasil é destinada à indústria local de etanol, mas grande parte continua fluindo até o mercado mundial. Mais da metade das expor-

tações mundiais de açúcar não refinado provêm do Brasil. No início dos anos noventa, representavam somente 7%.

O aumento monumental dos agrocombustíveis configura uma tendência decisiva na atual produção mundial de açúcar, que é considerada uma das matérias-primas mais rentáveis na produção de etanol. O mercado mundial de etanol cresce em grande velocidade, na medida em que vários mercados importantes de combustíveis utilizados nos transportes colocam em vigor exigências de determinadas porcentagens de etanol misturado com a gasolina (ou estão por fazê-lo). Isso fez crescer bastante a demanda de açúcar, e, por sua vez, essa demanda expande a produção mundial de açúcar. As grandes agroempresas introduzem essa perspectiva na produção mundial e embolsam os lucros.

Também há novos atores na indústria do açúcar, sobretudo na produção de etanol. A Cargill, que já controla 15% do comércio mundial do açúcar, realizou há pouco grandes investimentos na produção de cana-de-açúcar no Brasil e no México e empreende projetos conjuntos de refinarias e/ou etanol na Síria, Índia e El Salvador. Inclusive a ADM, rainha do etanol de milho dos Estados Unidos, realizou seu primeiro grande investimento em cana-de-açúcar brasileira em 2008, um projeto de colaboração que engloba duas usinas de açúcar/etanol e plantações em grande escala. O mesmo ocorre com as empresas de energia e recursos naturais com sede no Norte e no Sul, sejam grandes atores consolidados – como a BP – ou capitalistas menores do setor de mineração.

No panorama há uma grande expansão na produção mundial de açúcar, concentrada geograficamente e em mão de um pequeno número de empresas que atuam integradas verticalmente em cadeias mundiais de produção e distribuição.

O auge açucareiro do Brasil. É aí onde as tendências da produção mundial de açúcar mais se fazem sentir. Ali, a indústria açucareira está cada vez mais concentrada em poucas famílias, conhecidas no Brasil como os barões do açúcar, e em algumas companhias estrangeiras, que habitualmente atuam associadas entre si. Com a enxurrada de investimentos estrangeiros no setor açucareiro do Brasil – 9 bilhões de dólares, em 2006, só para produzir etanol – os barões do açúcar consolidaram sua posição e reestruturaram suas empresas com a finalidade de captar esses fluxos de investimento. Alguns inclusive colocaram seus negócios familiares na bolsa de valores brasileira. É frequente que os investidores estrangeiros detenham as participações majoritárias



ou as ações minoritárias, ainda que em alguns casos deixem os barões do açúcar supervisionarem as operações agrícolas.

As usinas de propriedade estrangeira processaram 12% da cana-de-açúcar brasileira durante 2007-2008, enquanto no início da década processavam menos de 1%. Se forem incluídas as usinas em que os capitais estrangeiros têm a minoria acionária, essa cifra salta para 23%. Hoje é possível identificar apenas alguns poucos conglomerados – redes de empresas transnacionais e famílias do açúcar – que

controlam grande parte dessa indústria. Os três principais estão constituídos em torno da Cosan, Crystalsev e Copersucar, que, de acordo com Maurílio Biagi Filho, diretor da Crystalsev, possuem em torno de um terço das usinas açucareiras do Brasil.

Com o auge açucareiro do Brasil, a produção moveu-se do nordeste do país para o centro sul, onde a terra é mais apta para a produção mecanizada. Milhões de hectares do Cerrado, uma região do Brasil comparável à Amazônia pela riqueza de sua biodiversidade, foram derrubados para abrir espaço à nova produção canavieira. As usinas dessa região são responsáveis agora por 90% da produção açucareira do Brasil, da qual em torno de 60% são convertidos em etanol. A região transformou-se na base do poder da indústria, e, com forte apoio do governo do presidente Lula, os barões do açúcar dessa zona – com sólidas conexões políticas – e seus sócios estrangeiros puderam facilmente impor seus planos de expansão e converter enormes superfícies de terra agrícola e florestas para a produção de cana-de-açúcar.

Apesar da crise financeira mundial diminuir o ritmo das coisas, a Corporação Financeira Internacional do Banco Mundial, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Brasil, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento criaram fundos para permitir a expansão e consolidação da indústria. Também se estabeleceram recentemente vários fundos de investimento privados, com bilhões de dólares destinados à compra de terra no Brasil para convertê-la à produção de cana-de-açúcar. Alguns deles são o fundo Radar Propriedades, dirigido pela Cosan, o fundo Calyx, dirigido pela Louis Dreyfus, e o fundo BrasilAgro, dirigido pela Cresud, companhia da qual é proprietário o barão argentino da soja, Eduardo Elsztein. Não é de surpreender que aumentem os conflitos pela terra nos lugares onde a cana-de-açúcar está se expandindo, juntamente com a violência infligida àqueles que se atrevem a resistir.

O modelo de produção que os conglomerados do açúcar buscam aplicar no Brasil é de grande escala e integração vertical. Três quartas partes da terra plantada com cana-de-açúcar no país são propriedade das usinas açucareiras ou estão arrendadas por elas, e os 60 mil produtores independentes do Brasil, com áreas de menos de 150 hectares, representam apenas 27% da produção nacional. As condições de trabalho nas plantações canavieiras são tristemente famosas por sua brutalidade e, conforme aumenta o poder das companhias, exploram ainda mais os diaristas, aos quais geralmente pagam por tarefa, pela quantidade de cana que cortam. A média de

As atuais companhias açucareiras no Brasil: Guarani e CNAA

Açúcar Guarani. É a filial brasileira da transnacional francesa do açúcar, Tereos, que mantém um estreito controle sobre seu abastecimento de açúcar. Um terço do mesmo provém de suas próprias plantações, onde o nível de colheita mecanizada aumentou de 32%, em 2004, para 80% em 2008. O resto é contratado com fornecedores externos, que devem utilizar variedades de cana-de-açúcar da companhia e aderir aos seus sistemas para o preparo do solo, semeadura, colheita e manejo das doenças. A Guarani é uma das poucas açucareiras do Brasil que assinaram um contrato de abastecimento de etanol sustentável com a produtora sueca de etanol Sekab, que exige a mecanização total da produção.

Companhia Nacional de Açúcar e Alcool (CNAA). Em 2007, a Goldman Sachs comprou 19% da segunda maior produtora de açúcar, a Santa Elisa, parte do conglomerado Crystalsev. A Santa Elisa e a Goldman Sachs uniram-se em um projeto de 300 milhões de dólares com a companhia internacional de comércio exterior Global Foods Holding e com o Grupo Carlyle. O projeto conjunto é a CNAA, que se supõe deve instalar quatro grandes usinas de açúcar e refinarias de etanol, o que a converte em um dos três maiores produtores de açúcar/etanol do Brasil. Os representantes da companhia dizem que ela se expandirá para as áreas “mais novas” de cultivo de cana, na região centro sul, e que a Crystalsev administrará a distribuição interna enquanto a Global Foods Holding organizará o comércio internacional. A CNAA beneficiou-se de uma recente injeção de empréstimos: 270 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento e mais de 200 milhões de dólares do BNDES. Duas usinas já estão funcionando e uma terceira está sendo construída. No início de 2009, a Carlyle aumentou a sua participação na companhia e converteu-se no dono majoritário, ao mesmo tempo em que a Santa Elisa foi afastada da estrutura administrativa. Hoje, a CNAA é dirigida por um fundo controlado totalmente por estrangeiros, que reúne o Grupo Carlyle, a Goldman Sachs, a Global Foods Holding e a Discovery Capital.

toneladas de cana cortada por dia na região de São Paulo duplicou, das 5-6 toneladas nos anos oitenta para 10-12 toneladas atualmente – o que se calcula que representa 12 mil golpes de facão diários. Desde 2000, os cortadores de cana da região aumentaram sua produtividade em 11,9 %, mas seu ganho aumentou tão somente 9,8% no mesmo período. Todos os anos morrem trabalhadores de esgotamento, e o trabalho forçado continua sendo uma prática generalizada na indústria. A Comissão Pastoral da Terra informa que, em 2008, 2.164 trabalhadores foram liberados de condições de trabalho forçado nas plantações de cana do Brasil.

O modelo de produção também se torna mais industrial: máquinas, novos cultivares e insumos químicos fornecidos pelas agroempresas. O auge da cana é a razão principal pela qual quadruplicou o mercado de agrotóxicos no Brasil entre 1992 e 2006, atingindo um valor de mais de 5 bilhões de dólares em 2007. Também se gera um novo, enorme e crescente mercado para as companhias estrangei-



Rini Templeton

ras que controlam o mercado de tratores no Brasil. A mecanização reduz a necessidade de mão de obra, liberando em parte as companhias açucareiras das demandas dos trabalhadores e da crescente crítica internacional pelas condições de trabalho nas plantações canavieiras. É também uma forma de evitar a prática comum da queima dos campos antes de realizar a colheita manual, o que tem grande peso como argumento dos méritos ambientais do etanol brasileiro. De fato, o critério “sustentabilidade” elaborado pelos importadores de etanol da União Européia e seus abastecedores brasileiros exige a mecanização, e, nesse sentido, o governo brasileiro introduziu, em 2007, um protocolo que implicará eliminar a queima de campos em 20% das propriedades de cana-de-açúcar até 2010, e em 100% até 2020.

Em resumo, a expansão da cana-de-açúcar no Brasil caracteriza-se por um grande controle empresarial, conversão rápida e em grande escala da terra e um modelo industrial de produção baseado na exploração da mão de obra e em que as agroempresas forneçam maquinaria moderna e insumos. O Brasil é o epicentro do auge mundial da produção de cana-de-açúcar e, no cenário internacional, tornou-se o principal proponente do etanol de cana-de-açúcar, oferecendo financiamento, investimentos e tecnologia brasileiros a todos os países do mundo que se envolvam em produzi-lo.

A Monsanto incursiona no açúcar brasileiro e mais além. Uma parte chave da história da expansão da cana brasileira foi o desenvolvimento de variedades destinadas à produção de etanol, que se procurou adaptar à região centro-sul. A maioria dessas variedades foi desenvolvida pelo Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), uma instituição semiprivada que esteve controlada pela Copersucar, mas que agora é de um grupo que figura entre as principais usinas de açúcar do país. O CTC costumava cobrar direitos de quem não era seu membro, mas agora nega, a quem está fora de sua estrutura, todo acesso a suas variedades, que equivalem a mais da metade da produção de açúcar do país.

Porém, um novo ator acaba de aparecer competindo pela posição do CTC. A CanaVialis, a maior companhia mundial de cultivo de cana-de-açúcar dentro do setor privado, foi criada em 2003, por vários produtores públicos com financiamento do conglomerado brasileiro Votorantin, junto com uma companhia irmã, a Allelyx, dedicada à biotecnologia em cana-de-açúcar. A CanaVialis trabalha para as principais companhias açucareiras, as quais a contratam para que desenvolva variedades específicas para



elas. A CanaVialis firmou há pouco um acordo de 25 milhões de dólares com a Cosan para instalar 10 estações de pesquisa e desenvolver variedades de cana. Também desenvolveu variedades de cana-de-açúcar para a plantação que a Odebrecht tem em Angola. A CanaVialis disse que suas variedades abarcam agora pelo menos 15% da superfície de cana-de-açúcar do Brasil.

A Monsanto, a maior companhia de sementes do mundo, não deixou a jogada passar. Em 2007, associou-se com a CanaVialis e a Allelyx para desenvolver variedades de cana-de-açúcar modificadas geneticamente resistentes ao glifosato (Roundup Ready). No final de 2008, decidiu comprar ambas as companhias por 280 milhões de dólares, o que repentinamente catapultou a Monsanto a ser a maior companhia de cultivo de cana-de-açúcar do mundo.

É claro que a Monsanto usará a rede de clientes comerciais da CanaVialis e sua coleção de germoplasma como plataforma para a introdução generalizada de cana-de-açúcar transgênica. A cana-de-açúcar, diferentemente da soja, é perene, e o habitual é que os agricultores replantem aproximadamente a cada cinco anos e depois utilizem toletes, não sementes. Assim, a Monsanto planeja vender suas variedades seguindo o modelo da CanaVialis – trabalhando mediante contratos e sociedades com as principais usinas, que utilizarão as variedades em suas próprias plantações produzindo sob contrato com seus provedores. O mesmo modelo poderia, então, aplicar-se facilmente fora do Brasil.

A outra cara do açúcar. A produção de cana-de-açúcar tornou-se tão industrializada e integrada ao sistema empresarial da alimentação que frequentemente não se reconhecem outras formas de produção e uso. Mas as comunidades têm usos totalmente diferentes – e importantes – com base na cana-de-açúcar. Quando não está refinada e tratada quimi-

camente, a cana-de-açúcar é na realidade um cultivo altamente nutritivo, rico em vitaminas e minerais. Fornece uma fonte alimentícia importante que leva a uma enorme economia alimentar de pequena escala – desde os fabricantes de rapadura na Índia até os vendedores de rua que vendem caldo de cana em quase todos os países tropicais do mundo.

Na Colômbia, como em toda a América Latina, as comunidades têm uma larga tradição de organizar engenhos de açúcar comunitários, nos quais processam o caldo de sua cana-de-açúcar local em um produto concentrado chamado rapadura. Os camponeses e agricultores locais mantêm suas próprias variedades de cana-de-açúcar adaptadas a suas terras. Mas, a recente expansão da cana-de-açúcar industrial ameaça destinar suas já restritas terras ao etanol, quando é aí onde as comunidades produzem sua própria cana-de-açúcar. Além disso, pelo menos na Colômbia, as regulamentações governamentais para a indústria do açúcar procuram penalizar a produção local de rapadura e concentrar a indústria do açúcar nas mãos de grandes companhias.

Comunidades como essas se interpõem no caminho da cana-de-açúcar transgênica e correm mais risco de perder suas terras por sua expansão, de perder seu trabalho pela mecanização da produção de açúcar, de ser contaminadas pelos herbicidas e de que seus cultivos tradicionais de cana se contamiem com transgênicos. Correm mais riscos pelos possíveis efeitos adversos sobre a saúde derivados dos transgênicos, já que consomem a cana-de-açúcar em sua forma pura, pois para elas é uma fonte nutritiva, não somente um adoçante.

É importante tomar uma posição contra a cana-de-açúcar transgênica e o açúcar transgênico. Opor-nos à expansão do açúcar empresarial que ocupa terras agrícolas que os camponeses poderiam utilizar para a produção local de alimentos. Rechaçar a industrialização e desumanização de um cultivo alimentício que tem um significado cultural e econômico importante para numerosas comunidades. Os diaristas, os camponeses e outros produtores de alimentos das regiões tropicais e subtropicais dependem da cana-de-açúcar como fonte alimentícia e base de seu sustento. A confabulação entre as agroempresas e os governos (que buscam redesenhar o mapa mundial da produção de açúcar) e a introdução da cana-de-açúcar transgênica somente piorarão e intensificarão os problemas. ✿

As plantações de árvores não são florestas

Com a finalidade de entender as alternativas aos monocultivos, convocamos novamente as vozes de muitos lugares. Reunidas, iluminam a resistência às plantações de pinus, eucaliptos, dendê e qualquer variedade de árvores que, sendo ou não transgênicas – mas se o são, pior –, têm graves efeitos sobre o entorno natural e social onde se estabelecem, além de aprofundar o modelo desigual que tem submerso o mundo em várias crises simultâneas com as quais tais empresas seguem lucrando. Quase todos os fragmentos a seguir foram providos pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), que conta com um boletim que difunde suas pesquisas de muitos anos.

As árvores das florestas têm uma vida longa. Seu sistema de raízes é extensivo e interage com numerosas espécies na biota do solo, as quais são cruciais para reciclar, armazenar e manter os nutrientes no ecossistema florestal. Por cima do solo, as árvores proporcionam sombra, casa e alimento a comunidades indígenas e a quase 2 milhões de espécies de insetos, aves, mamíferos, outras plantas, epífitas, fungos e bactérias.

Todos os seres humanos dependem das florestas de uma ou de outra forma, seja com água limpa, habitat, alimento, plantas medicinais e como santuários recreacionais e espirituais.

A maioria delas, especialmente as florestas tropicais, são essenciais para o ciclo da água, que leva

a chuva até os cultivos. Regulam a temperatura da Terra, evitando que alguns lugares sejam muito quentes ou muito frios. As florestas absorvem dióxido de carbono e produzem oxigênio; nesse sentido são os “pulmões” do planeta.

A substituição das florestas por plantações de árvores provocará um desastre ecológico para nosso planeta, especialmente agora que o aquecimento global está se acelerando dramaticamente.

Os monocultivos de árvores constituem uma ameaça aos ecossistemas florestais naturais biodiversos. Os nomes que as comunidades locais colocam nas plantações industriais são reveladores. O eucalip-



Foto: Leonardo Meigarejo

to é a “árvore egoísta” porque suas plantações removem nutrientes do solo e consomem tanta água que os camponeses não podem cultivar arroz nos campos adjacentes. Os mapuches do Chile se referem às plantações de pinus como “soldados plantados”, porque são verdes, estão em fila e avançam. No Brasil, as plantações de árvores são “desertos verdes”, e na África do Sul as chamam o “câncer verde”. Por todo o hemisfério sul, as organizações e redes estão se opondo ativamente às plantações industriais de árvores em suas terras. Ao anterior, soma-se a ameaça da utilização massiva de árvores transgênicas, que intensificarão os problemas das plantações industriais e a oposição das comunidades locais. Um informe conjunto do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais e Amigos da Terra Internacional aponta que os cientistas que dizem “melhorar” árvores mediante modificação genética estão na realidade trabalhando para “melhorar a



Foto: Leonardo Melgarejo

rentabilidade das empresas” que financiam suas pesquisas. E destaca: “Do ponto de vista biológico não há melhora alguma. Uma árvore com menos lignina é melhor ou pior que uma normal? Claramente é pior, pela resultante perda de força estrutural que a torna suscetível a sofrer sérios danos durante as tempestades de vento. É uma “melhora” uma árvore resistente a herbicidas? Não é, pois permite a pulverização extensiva com herbicidas, que afeta o solo onde está a árvore, destrói a flora local e repercute sobre a vida silvestre. Que utilidade pode ter para os seres vivos uma árvore sem flores, sem frutos e sem sementes? Não proporcionará alimento a miríades de espécies de insetos, pássaros e outras espécies que dependem disso para se alimentar. É uma melhora uma árvore com propriedades inseticidas? É um perigo para muitas espécies de insetos que, por sua vez, são parte de cadeias alimentares maiores”. *Mae Wan Ho e Joe Cummings, “Árboles transgênicos, la última amenaza”, www.ecoport.net/content/view/full/45904*

Grandes empresas desmatam a Amazônia legal para plantar eucalipto e transformá-lo em carvão vegetal destinado a suas siderúrgicas na região. Põem abaixo a floresta tropical mais rica do mundo em biodiversidade e implantam o monocultivo de eucalipto, sem nenhuma diversidade vegetal, e o transformam em carvão, que aumenta o aquecimento global. Enquanto as empresas se agigantam, a nação fica com o peso da degradação ambiental.

A Amazônia é vítima de um ecocídio em função da ganância do capital. Se a sociedade não pressiona e o governo não age, no futuro haverá ali um

novo Saara, com graves consequências para a sobrevivência da humanidade e da Terra. *Frei Betto, “Amazônia, ecocídio anunciado”, <http://alainet.org/active/22088>*

Os processos de recuperação territorial mapuche em Neuquén enfrentam o crescente embate do capital florestal e petrolífero. Também entram em contradição as lógicas de relação com o território.

A comunidade mapuche Gelay Ko fica perto da cidade de Zapala, a escassos 30 quilômetros, na zona central da província de Neuquén. Trata-se de um espaço geográfico para a vida durante as épocas frias, já que as comunidades estão com o gado nas terras altas da montanha durante o verão. Nesse ir e vir os mapuches se veem atingidos pela cobiça do capital e pelo abuso estatal.

Silvia Chaleo é werkén (porta-voz) da comunidade mapuche Gelay Ko. Como wérken participa da Confederação Mapuche Neuquina, uma organização que reúne cerca de 62 comunidades em toda a província.

A prática do pastoreio que o povo mapuche tradicionalmente realiza implica o traslado, algo que hoje se vê gravemente dificultado. “Culturalmente praticamos a transumância, que consiste em estar durante o inverno em lugares mais quentes (invernada) e no verão nos trasladar aos lugares mais altos, chamados de áreas de temporada de verão. É uma prática ancestral que o povo mapuche tem; é proteger o meio onde vivemos, o espaço territorial, porque acreditamos que temos que deixar o território descansar”. Esse traslado manifesta um tipo de relação oposto ao que o capitalismo impõe hoje,

que se expressa mediante a extração permanente e sem pousio. A comunidade Gelay Ko agora está na zona do rio Litrán, um espaço no qual mais de sete comunidades da zona central realizam a temporada de verão, e onde vêm crescendo as situações de conflito, “porque uma das políticas de encurralamento que os governos neuquino e nacional promoveram é a venda de tudo o que consideraram apto para o turismo ou para o florestamento”, explica Silva Chaleo. Mais de vinte e sete *parajes* locais que hoje estão em árdua disputa. “Nossa comunidade vem desde sempre passar a temporada de verão nesses territórios, que consideramos como próprios, para o pastoreio de animais. Viemos, de fato, de uma história de encurralamento e de avassalamento significativos, que coube a nossos idosos viver. Dezenove anos atrás, criou-se a Corporação Florestal Neuquina (CorFoNe), como parte das políticas do estado provincial para o florestamento de grandes espaços que antes eram utilizados para a temporada de verão”. Esse modelo florestal que implantou espécies exóticas (sobretudo pinus “ponderosa” e “oregón”) teria severas consequências para a região.

Uma parte da produção dessas plantações é destinada à industrialização da madeira. No entanto, não só em Neuquém, mas em toda a Patagônia, há imensas quantidades de pinus exótico esperando ser cortadas. Pesquisadores ligados às assembleias ambientais denunciaram a possibilidade da instalação de papelerias no sul argentino. “*Argentina: Resistencia a forestales y petroleras en el Puelmapu*”, Agência de Notícias Biodiversidadla, <http://www.biodiversidadla.org/content/view/full/48174>

A Iniciativa Nacional pela Suspensão do Florestamento, foi acertada em 14 e 15 de abril de 2007, em Paso Severino, departamento de Florida, onde delegados de organizações de pequenos produtores agropecuários e de outras organizações sociais provenientes dos quatro pontos cardeais do Uruguai, concordaram que a ausência de estudos de impactos sociais e ambientais prévios à aplicação da lei florestal e os impactos já constatados das plantações significavam desalojamento de população rural, escassas oportunidades de emprego, condições de trabalho inadequadas, concentração da terra nas mãos de grandes empresas nacionais e estrangeiras, transferência de vultosos recursos econômicos de toda a população para o setor florestal através de subsídios diretos e indiretos, esgotamento e contaminação dos recursos hídricos, degradação de solos, contaminação de água e solos pelo uso massivo de agrotóxicos, impactos graves na flora, em particular sobre o ecossistema de pradarias, impactos graves

sobre a fauna e aparecimento de pragas que afetam outras produções agropecuárias, além de impactos sobre a paisagem típica uruguaia.

Por isso decidiram constituir um movimento nacional para exigir “a imediata suspensão de todas as plantações florestais de pinus e eucaliptos, salvo aquelas de pequena escala para abrigo, sombra, lenha ou insumos de autoabastecimento da propriedade rural”.

Também exigem uma avaliação “séria e completa dos impactos sociais, econômicos e ambientais do florestamento, com a mais ampla participação de setores da sociedade civil, especialmente os mais prejudicados. Que no plano de ordenamento territorial do país não se incluam os monocultivos florestais, em função da experiência de seus impactos econômicos, sociais e ambientais negativos para o país. Que se reveja a atual legislação florestal com a mais ampla participação de setores da sociedade civil, especialmente os mais prejudicados. Que se aplique o artigo 47 da Constituição – que restabeleceu a soberania do país sobre a gestão dos recursos hídricos – em particular ao setor florestal. Que se adote uma legislação que impeça a concentração da terra nas mãos de grandes empresas nacionais e estrangeiras. Que se discutam as estratégias de desenvolvimento local com a mais ampla participação de setores da sociedade civil, especialmente os mais marginalizados. Que se adotem instrumentos legais para garantir a permanência e melhora de qualidade de vida das famílias do campo”. Isso significa que a iniciativa diz: Sim à diversidade produtiva e não aos monocultivos florestais. Sim à distribuição equitativa da terra – terra para quem quer trabalhá-la – e não à sua concentração nas mãos de grandes empresas nacionais e estrangeiras. Sim à defesa e preservação dos recursos naturais e não à exploração destrutiva do rico patrimônio do país e sua entrega a interesses empresariais. Sim ao bem-estar de todos os uruguaios em harmonia com a natureza e com a preservação do planeta.” *Com informação do Boletim 118, WRM, maio de 2007*

“O povo se sente afetado... os rios estão secando, as árvores, a natureza se acaba, os animais se afugentam, com isso que plantam derrubam tudo, já não há as espécies que havia antes... As pessoas iam caçar a *guanta* (roedor), o coelho, tudo isso, e já não podem ir porque já não há montanha aonde se possa ir para caçar. Tudo o que é natureza está se afugentando, eles [os animais] pelo menos tinham árvores onde podiam viver e fazer suas casas, agora já não há nada disso, porque cortaram. Agora é tudo eucalipto”.

No caso de Tortuga, o antigo rio que atravessa o povoado é agora apenas um fio de água parada e as pessoas se viram obrigadas a fazer um poço no próprio leito do rio para poderem abastecer-se de água. Tal situação é consequência direta da plantação de amplas áreas de eucaliptos na região. A respeito, um morador local diz: “Este é o rio Tortuga, e veja, está seco. Quanto tempo faz que terminou o inverno? Quase nada, e veja como está. Mais adiante já não haverá água. Eu não sabia, e nos fizemos “sentir na pele”. Se desde o princípio nós soubéssemos que isso nos prejudicava, não plantávamos, os impedíamos disso...”

A empresa foi acusada de infringir a lei ao ter derubado áreas de floresta tropical para substituí-la por plantações de eucalipto. Um habitante de Tortuga conta que “botaram tudo abaixo e só plantaram essa planta [o eucalipto]. A empresa cortou mata primária, porque aqui dentro, na minha área, tinha uma mata que havia preservado”.

Com esses e muitos outros antecedentes, mais de 400 jovens de ambos os sexos participaram, em 13 de maio de 2006, de uma ação contra as plantações da empresa japonesa Eucapacific na localidade de Tortuga, no distrito Muisne, província de Esmeraldas. A Eucapacific também violou as normas legais ao plantar a menos de 30 metros do rio Tortuga. A ação levada a cabo pelos jovens consistiu em cortar – com facões, machados e motosserra – umas duas mil árvores da faixa plantada ilegalmente pela empresa próximo ao curso de água. Cada vez que uma nova árvore caía, os aplausos e palavras de ordem dos jovens acompanhavam a queda.

José Bautista, um habitante da região, disse que o corte das árvores foi a última opção que tiveram para que a empresa madeireira leve a sério o tema ambiental. A respeito, conta: “Falamos com a ministra do Ambiente, ela veio aqui e disse que ia suspender as autorizações para o plantio das árvores. Depois nos convocaram para uma reunião com a Eucapacific, e eles disseram que não existem tais plantios, e acreditaram neles”.

Quer dizer que a ação nem sequer pode ser considerada ilegal, uma vez que – de acordo com a empresa – essas árvores “não existem”. Apesar disso, os facões e motosserras mostravam que efetivamente existiam e que, se fosse aplicada a justiça, a Eucapacific não só deveria pagar as multas correspondentes, mas também as diárias dos jovens que eliminaram as árvores que a própria empresa deveria ter cortado. No entanto, a empresa ameaçou com o ingresso de ações legais contra as pessoas e organizações envolvidas. *Patricia Granda, “Monocultivos de árboles en Ecuador”, Boletim número 106, WRM, maio de 2006*

A indústria florestal é uma das atividades simbólicas do ultra-neoliberalismo do Estado chileno, aplicado e expandido desde a ditadura militar de Pinochet e assumido e submetido pelos governos da Concertação. Os donos das empresas de reflorestamento são dos mais ricos da América Latina, enriquecidos à custa do saque de bens públicos e coletivos. No presente, são mais de 3 milhões de hectares de plantações em monocultivo de espécies exóticas como o pinus e o eucalipto. O governo da presidente Bachelet deu sinal verde para uma expansão radical que leva ao abismo as populações e comunidades locais, com severos impactos sociais, culturais e econômicos.

Dois grupos econômicos, Matte (CMPC) e Angelini (Copec-Arauco-Celco), que entre ambos controlam no Chile uns 70% do solo utilizado para plantações e com expansão no Peru, Equador, Uruguai, Argentina e Brasil, obtiveram sua consolidação durante a ditadura militar. Receberam terras gratuitas, benefícios e até empresas estatais a baixo custo, como a companhia petrolífera do Chile (Copec), que praticamente vinha de presente com a Florestal Arauco e celulose Celco.

Esses grupos econômicos continuam controlando o aparato público estatal para seu benefício. Muitas de suas imposições vêm acompanhadas de políticas repressivas, com criminalização do protesto social, que inclusive provocaram até mortes, como o assassinato do jovem mapuche Alex Lemún em novembro de 2002, no meio de uma reivindicação de terras de uma área florestal de Mininco (CMPC).

Com o decreto-lei 701, da ditadura, as empresas se beneficiaram por décadas para cobrir os custos dos processos de plantações e produção. No presente, diante das dificuldades de continuar obtendo mais terras pelos conflitos sociais, impuseram a política de Estado de introduzir espécies exóticas entre os camponeses chilenos e as comunidades mapuches por cima das economias locais, em terras agrícolas ou de criação de gado e inclusive matas nativas, agravando os conflitos e a perda de água. *Alfredo Seguel, “Empresas forestales y su poder fáctico en el Estado chileno”, www.mapuexpress.net*

Dizer que “sofreram um processo violento de expulsão” não reflete todo o horror das ações levadas a cabo por grupos de assassinos paramilitares com o apoio das Forças Armadas colombianas. Através de bombardeios, destruição e queima de casas, assassinatos, torturas e desaparecimentos, a repressão atingiu seu objetivo: a expulsão de todas as comunidades (em particular afrocolombianas e mestiças) da região. Dez anos depois, em uma demonstração



de valentia – em meio a ameaças permanentes – as pessoas começam lentamente a retornar a seus lares destruídos e descobrem que suas terras e matas, nas quais habitaram por mais de 120 anos, estão agora ocupadas por milhares de hectares de monocultivos de dendê, e que seus “proprietários” são os mesmos paramilitares responsáveis pelos massacres que os forçaram à migração. “Quando voltamos, estava tudo plantado de dendê”, comenta indignado um morador.

A indignação consegue superar o medo e os legítimos proprietários se lançam a recuperar seu território ocupado por palmeiras fazendo a única coisa que se pode fazer: eliminá-las. “Tem que derrubar o dendê, que é o que está nos incomodando”, diz um retornador. Em alguns casos os cortam com motosserras, em outros os arrancam pela raiz e, na maioria, cortam todas as suas folhas e o broto terminal (os “desmocham”). O trabalho é esgotante, uma vez que as palmeiras já têm troncos muito grossos e suas folhas escondem perigosos espinhos que provocam inflamações e infecções. A isso se soma o perigo das cobras venenosas e as vespas que atacam quando menos se espera. Umas vinte pessoas conseguem eliminar apenas dois hectares de dendê por dia. No

momento da visita se calculava que haviam uns 40 hectares recuperados, que já estavam começando a ser plantados com cultivos alimentícios.

No Curvaradó não se vê o dendê como vida ou como possibilidade de vida. “De que vida se fala, quando se fala de biocombustíveis derivados do dendê? Aqui o dendê é desolação verde, é destruição humana, é morte de toda a vida”. Nesta região, a maioria dos 50 mil hectares do Território Coletivo eram mata virgem, com mais de 25 banhados. Os moradores dizem: “nos exploraram as madeiras que tínhamos, os banhados foram canalizados e secos, os animais não têm alimento, as aves se foram por falta de frutas”. *Ricardo Carrere, “Colômbia: comunidades eliminan plantaciones de palma de aceite para recuperar su territorio”, Boletim número 121, WRM, agosto de 2007*

Entre 1992 e 1994 a Associação Ecologista Costarriquenha-Amigos da Terra Costa Rica (AECO), com organizações locais da península de Osa no Sul do país, desenvolveu uma forte campanha de denúncia e oposição ao projeto que a companhia transnacional Stone Container pretendia levar a cabo nessa região. Tal empresa propunha plantar uns 20 mil

hectares de monocultivo da árvore *Gmelina arborea* como matéria-prima que abasteceria um complexo industrial de produção de lascas, que por sua vez seriam exportadas para os Estados Unidos em navios de até 70 mil toneladas. Propunham estabelecer esse complexo industrial e porto no coração do Golfo Dulce, em uma das zonas costeiras melhor conservadas e de maior diversidade biológica do país.

A campanha teve dois grandes êxitos. Conseguiu evitar que se estabelecesse esse enclave, já que evidenciou que estava pouco planejado, era alheio à realidade e às perspectivas sociais da região, e seus impactos sócio-ambientais eram enormes. Não tinha nenhum caráter de sustentabilidade. O segundo êxito foi que a campanha chamou a atenção de uma diversidade de setores sociais do país e facilitou que começassem uma reflexão nacional sobre os modelos de desenvolvimento, a sustentabilidade e o direito das comunidades locais a planejar, controlar seus recursos e definir seu futuro.

Antes da campanha, o setor ambientalista costarriquenho se limitava a uma série de trabalhos ligados à conservação de áreas protegidas e à proteção da vida silvestre. Em raras ocasiões, chamava a atenção sobre a produção e o manejo de resíduos sólidos. Era um setor pequeno, tímido e até certo ponto isolado, já que não estava ligado a outros movimentos populares de forma permanente. Em poucas ocasiões levou a cabo lutas socioambientais. Com a campanha, o setor ambientalista começou a se definir como movimento popular e tomou um rumo novo, nutrindo-se dos conceitos da ecologia social e da economia ecológica enquanto construiu alianças com outros setores populares e emitiu opiniões e propostas sobre a realidade nacional, consolidando-se como um movimento popular que começou a denominar-se ecologista. Esse jovem movimento é agora caracterizado como uma força social que considera a crise ambiental a partir de uma perspectiva social, econômica, cultural e política, realizando propostas sobre o modelo de desenvolvimento.

Desde seu início, a campanha se dedicou a coletar a opinião das comunidades diante do projeto de desenvolvimento imposto e a fortalecer a capacidade organizativa das comunidades mediante três ações: facilitar espaços de discussão e reflexão sobre o uso dos recursos naturais situados nesse território e as expectativas de desenvolvimento das comunidades locais; facilitar a busca e interpretação da informação disponível sobre os modelos de desenvolvimento em que se enquadrava o projeto Stone (e sobre o próprio projeto e seus alcances) e facilitar a aná-

lise sobre possíveis impactos e sua relação com os modos de vida propostos pelas comunidades. *Javier Baltodano e Isaac Rojas, “Soñando y empujando: diez años de luchas y propuestas en Costa Rica”, COECOCEIBA-Amigos da Terra Costa Rica.*

A partir de 1967 começaram a se instalar monocultivos de eucaliptos no norte do estado do Espírito Santo, na região sudeste do Brasil, com a chegada da empresa Aracruz Celulose S/A, fundada pelo empresário norueguês Erlin Lorentzen. Ele ergueu a maior empresa exportadora de celulose de eucalipto do mundo, monopolizando quase meio milhão de hectares de terras no Brasil, com plantações de eucaliptos em cinco estados brasileiros.

Quando a empresa chegou ao Espírito Santo, invadiu primeiro as terras dos povos tupinikim e guaranis e, nos anos setenta, as terras das comunidades quilombolas, descendentes de africanos que foram trazidos para realizar o trabalho escravo nas plantações durante a época colonial. Depois de destruir a mata virgem e os rios dessas comunidades e após expulsar os indígenas e os quilombolas, a Aracruz construiu suas três fábricas de celulose no atual município de Aracruz, antiga aldeia Macacos, um dos mais de trinta povoados indígenas extintos pelos eucaliptos da Aracruz.

Mas três povoados conseguiram resistir à invasão da Aracruz, e com isso os indígenas criaram força para empreender a luta pela recuperação de suas terras. Foi em 1981 que conseguiram uma primeira demarcação de 4.492 hectares de suas terras, área que aumentou em 2.571 hectares em 1998. Por fim, em 2007, e depois de uma intensa luta, os tupinikim e os guaranis recuperaram uma demarcação de 18.070 hectares.

Desde 2003, quando o governo federal regulamentou o artigo constitucional que garante às comunidades quilombolas o reconhecimento e a demarcação de suas terras, as 34 comunidades do norte do Espírito Santo iniciaram também uma luta para recuperar suas terras. Desde 2007 se delimitou uma área (Linhariño) com 9.500 hectares, quase todos ocupados pelos eucaliptos da Aracruz. Entretanto, a Aracruz conseguiu suspender o processo de demarcação e o judicial. Outras quatro áreas estão em estudo e aguardam sua delimitação oficial.

O MST realizou também várias ocupações de terras em Aracruz, a última em 2005, em uma área de 8.500 hectares, dos quais, conforme o movimento, 3 mil hectares eram terras públicas que deveriam ter sido destinadas à reforma agrária e à produção de alimentos, e não a uma empresa privada que produz celulose para exportação.

Toda essa luta de resistência tem como chave importante a articulação e a solidariedade mútua entre as comunidades tradicionais, os movimentos sociais do campo – como o MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) - e algumas entidades de apoio, acadêmicos, religiosos, estudantes, etcétera. Tudo isso criou, em 1999, uma rede de alerta contra os desertos verdes: uma rede informal e horizontal, sem coordenadores nem presidentes, com o objetivo de enfrentar (com apoio internacional) o poder da empresa Aracruz e, ao mesmo tempo, questionar o modelo de desenvolvimento que essa empresa, junto com os governos federal, estadual e municipal,

A resistência contra a monocultura de eucalipto no Espírito Santo, Brasil

No Espírito Santo, umas 1.300 mulheres da Via Campesina chegaram em 14 ônibus ao porto de Portocel, em Barra do Riacho, norte do Estado. O porto é de propriedade da Aracruz Celulose (junto com a empresa japonesa Cenibra, outra produtora de celulose) e é o único porto do Brasil especializado no embarque de celulose, com uma capacidade de embarque anual de 7,5 milhões de toneladas. O ato, que durou cerca de meia hora, deteve por quase cinco horas as atividades de uns 50 caminhões pre-

41



Floresta de Chiapas. Foto: Juan Ignacio Domínguez

veio impondo ao povo do Espírito Santo. O monocultivo de eucalipto e a produção de celulose são um exemplo paradigmático da violência, injustiça e exclusão que esse modelo provoca em termos sociais, ambientais, econômicos e culturais. Ao mesmo tempo, a rede procura construir outro tipo de desenvolvimento local, baseado na demarcação das terras das comunidades tradicionais, na reforma agrária, na produção agroecológica de alimentos, e na transformação do padrão de consumo exorbitante, imoral e insustentável, que se põe a serviço das empresas do grande capital, como é a Aracruz.

parados para embarcar celulose. Também jogaram tinta sobre fardos de celulose, estragando aproximadamente duas toneladas.

A medida teve o objetivo de denunciar ante a sociedade a concentração de terras da Aracruz Celulose. Cerca de 300 mil hectares de terras estão ocupados por plantações de eucaliptos para produzir celulose de exportação, e parte desses milhares de hectares são terras de comunidades indígenas, quilombolas, pescadoras e ribeirinhas. A Aracruz Celulose também concentra a água: consome diariamente 248 mil metros cúbicos de água, o que equivale ao con-



sumo de uma cidade de 2,5 milhões de habitantes, para o que desviou parte do rio Doce, prejudicando assim várias comunidades locais (ver *Boletim número 72*, WRM).

Outra das medidas de luta contra o avanço das plantações florestais foi levada a cabo no Maranhão, onde há mais de dez municípios afetados pelos monocultivos de eucaliptos. Na fazenda da Vale do Rio Doce, em Açailândia, mulheres da Via Campesina incendiaram vários amarrados de troncos de eucalipto. Nessa zona o eucalipto plantado abastece uma carvoaria industrial que é responsável por uma grande contaminação do ar que afeta as vidas de mais de 1.800 habitantes do vizinho Assentamento Califórnia. A empresa tem outros 200 mil hectares que serão destinados à plantação de eucaliptos para abastecer a empresa Suzano Papel e Celulose, que se instalará na região.

A ação foi tomada em reivindicação de políticas públicas que garantam a soberania alimentar e energética da população brasileira, em lugar do financiamento de grandes projetos do capital internacional que destroem os recursos naturais e não geram empregos.

Por outro lado, no estado do Rio Grande do Sul, umas 700 camponesas ocuparam a estância Ana Paula, pertencente à empresa Votorantim Celulose e Papel (VCP), em Candiota. A ocupação iniciou com o corte de eucaliptos do estabelecimento e formou parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres da Via Campesina, com a finalidade de denunciar as consequências do monocultivo de eucalipto na região: falta de água para consumo humano e produção, desertificação e acidez do solo, perda de biodiversidade com graves consequências para o ecossistema de pradarias. Muitos vizinhos da VCP já sentem os impactos dos monocultivos, que secaram seus poços e alteraram a fauna, provocando invasões de animais que afetam seus cultivos. No entanto, o dinheiro público, que sai dos bolsos da população na forma de impostos, continua sendo destinado a bancos e empresas do agronegócio que degradam o ambiente, expulsam os camponeses do campo e não geram emprego. *Brasil: no Dia da Mulher, camponesas em luta contra as plantações florestais*, Boletim número 141 da WRM, abril de 2009

A Acción Ecológica publicou os resultados de uma pesquisa na qual se documentam os graves impactos sociais e ambientais provocados pelos monocultivos de pinus e eucalipto, tanto na zona andina como em Esmeraldas. Os resultados dessa pesquisa denunciam a inconveniência de promover pinus e eucaliptos, pois deslocam populações camponesas, terminam com recursos vitais para as populações locais, ocupam terras produtoras de alimentos, aumentam a pobreza nas zonas onde se instalam, geram menos postos de trabalho do que existia antes, destroem as economias locais, esgotam os recursos hídricos, afetam gravemente a biodiversidade de flora e fauna, degradam ecossistemas de florestas e *páramos*, contaminam as fontes de água com químicos e agrotóxicos.

Com base em tais conclusões a Acción Ecológica tornou públicas as seguintes propostas em relação a plantações florestais:

- Demandamos que o Estado tome todas as medidas para que cesse a expansão dos monocultivos florestais.
- O Estado não deve conceder incentivos, nem diretos, nem indiretos, para o fomento de plantações, nem entregar em concessão terras para esse fim.
- Toda plantação futura deverá ser submetida a avaliação prévia de impacto ambiental, a outros mecanismos de gestão ambiental (auditorias), e deverá cumprir com todas as normas ambientais vigentes, como o respeito a consulta prévia informada às comunidades, que inclua o direito de dizer “NÃO”.

- O Estado deve obrigar as empresas florestais a retirar as árvores de todas aquelas áreas plantadas que estão afetando os recursos naturais e as economias das populações locais, e a realizar uma reparação ambiental e social às populações afetadas.
- O Estado deve obrigar as empresas a retirar todas as árvores plantadas ilegalmente, como por exemplo as plantadas a menos de 30 metros dos cursos de água.

Em resumo, o que a Acción Ecológica pede é que se reconheça que esses monocultivos têm graves impactos sobre as pessoas e o ambiente, e que o Estado tem portanto a obrigação de controlar os existentes e impedir que continuem se expandindo. *Acción Ecológica, Propuesta sobre Plantaciones Forestales, 17 de maio*, Boletim número 106 da WRM, maio de 2006

As comunidades que temos vivido e convivido com os páramos por muito tempo, conhecemos suas lagoas, porque nelas nos refrescamos; são ecossistemas de habitat de muitos animais e plantas que nos ajudam a nos manter em harmonia com a natureza, com nós mesmos e com os demais, por isso nos interessa sua preservação, porque igualmente pensamos em nossos filhos e em seu futuro.

A sobrevivência dos páramos é a permanência da natureza, ela pode continuar nos dando o alimento espiritual e material de que necessitamos, ou pode nos tirar tudo e nos deixar morrer de fome e sede, se não a escutamos e não a respeitamos. A natureza não é uma parte, é um todo, e os páramos fazem parte desse todo como o lugar mais frágil, por isso são espaços de muito respeito, de segredos inestimáveis, de água; é ali onde se reúne toda uma gama de elementos que por nada no mundo podem ser mudados, pois são a vida.

Cuidamos e continuaremos cuidando dos páramos, vivemos como parte deles, conhecemos e reconhecemos que para uns são ecossistemas e para outros são território, que ainda se conservam em bom grau; que “sua importância está na grande biodiversidade, no intercâmbio de genes e em ser refúgio de espécies emblemáticas como o condor, o puma, o urso e a anta”, e ainda mais na sua função hidrológica, que presta como o maior regulador da alta montanha. É o que não dizer de suas paisagens, que expressam esse caráter solene e sagrado que vem de nossos antepassados.

Opomo-nos a que declarem nossos páramos como reservas em territórios ancestrais indígenas, à sua militarização e ao deslocamento das comunidades. Sabemos que o avanço da fronteira agrícola é

uma realidade à qual devemos fazer frente, contudo, para isso, é necessário e urgente que o Estado cumpra com os compromissos da aquisição e entrega das terras necessárias para as comunidades, fazendo uma verdadeira reforma agrária; pois é a carência de terras produtivas e a falta de políticas que empurram o avanço da fronteira agrícola. “*Por la defensa y soberanía territorial y ambiental de los páramos de Colombia*”, *Red Nacional de Páramos, 29 de maio de 2009*

De repente a biomassa é a resposta universal a nossos problemas climáticos e de energia. Seus promotores alegam que será a fonte primordial do combustível para aquecimento, eletricidade e transporte. Pouca gente pára para se perguntar como o planeta vai fazer para acomodar todas essas demandas e ainda assim produzir comida e conservar espaços silvestres. Mas agora há um uso ainda mais insensato para as lascas de madeira. O grande milagre verde funciona assim: é preciso transformar a superfície do planeta em carvão. Perdão, não é carvão. Já não o chamamos assim. Agora dizemos *biochar*. A idéia é que os restos dos cultivos e da madeira sejam cozidos para liberar os componentes voláteis (que podem ser usados como combustível) e que depois o resíduo – o carvão – seja enterrado no solo. De acordo com magos que o promovem, esse novo milagrinho freia o colapso climático, substitui o gás e o petróleo, melhora a fertilidade dos solos, reduz o desmatamento, poupa mão de obra, cria empregos, evita doenças respiratórias.

Para começar, a Carbonscape, uma companhia que acredita ser das primeiras a comercializar essa técnica, fala em plantar 930 milhões de hectares. Peter Read propõe novas plantações de árvores de biomassa e cultivos de açúcar que cubram 1,4 bilhões de hectares. Mas a superfície arável no Reino Unido é de 5,7 milhões de hectares, ou seja, apenas 0,4% da cifra proposta por Read. A China conta com 104 milhões de hectares de terras de cultivo. Os Estados Unidos têm 174 milhões. A cifra global é de 1,36 bilhões de hectares. Se seguíssemos o plano de Read, teríamos que substituir os cultivos do mundo com plantações de biomassa, o que causaria uma fome mundial instantânea, ou teríamos que duplicar a área cultivada do planeta, o que destruiria os habitats naturais que restam. Read é um dos promotores da primeira geração de biocombustíveis líquidos, que teve um papel importante no aumento do preço dos alimentos no último ano, condenando milhões à desnutrição. Essa gente não aprendeu nada? *George Monbiot “Woodchips with everything”, The Guardian, 24 de março de 2009*

Peru

Depois da ampla mobilização amazônica são revogados os decretos de lei 1090 e 1064

No início de junho, depois que uma ampla mobilização pacífica de comunidades de povos e nacionalidades da Amazônia peruana mostrou as intenções governamentais de parcelar a selva e instaurar decretos para promover o tratado de livre comércio com os Estados Unidos, o governo de Alan García declarou um Estado de Emergência que significou, na prática, uma sangrenta repressão que percorreu os meios de comunicação de todo o planeta.

As forças especiais do governo peruano investiram contra a manifestação pacífica, e a repressão produziu um altíssimo saldo de assassinatos, feridos e desaparecidos.

Múltiplas cartas de adesão e manifestações em muitos outros países exigiram do governo peruano que (atendendo às legislações internacionais) respeitasse o direito à liberdade de expressão e associação e que cessasse a perseguição e criminalização daqueles que se manifestaram. Essas adesões rechaçaram de forma contundente os decretos legislativos promovidos pelo governo de García em sua intenção de firmar acordos de livre comércio que abrirão a Amazônia a todo tipo de interesses empresariais. Com tais acordos, as empresas poderiam apoderar-se “legalmente” da água, dos hidrocarbonetos, da biodiversidade, dos minerais, das madeiras, dos saberes e, em conjunto, dos territórios ancestrais dos povos e nacionalidades da Amazônia.

Por isso, em 18 de junho, o Tecido de Comunicação (ACIN), da Colômbia, escrevia: “De um lado, estão aqueles que promovem o ‘livre comércio’, em guerra aberta contra os povos. Tomaram a decisão de parcelar o último pulmão do mundo: a



Atziri Carranza

Amazônia, para que avance o ‘progresso’, quer dizer, para que se explorem as florestas, biodiversidade, água, hidrocarbonetos e minerais. Ou seja, tudo!... Do outro lado, com a guerra contra si, estão os povos em resistência. Por impedirem que parcelam a floresta, os denominam selvagens e terroristas e os massacram. Mas, ao final, a farsa fica evidente. No dia 15 de junho, às 2 horas da tarde, na selva do Peru, os líderes indígenas e o governo indigno assinaram um termo. Jazem mortos, mártires indígenas, nos dois lados. Os da Amazônia e os que obedeceram, com uniformes do governo, a ordem de massacrar seus

irmãos. O governo revogou alguns dos decretos que parcelam a selva. Os indígenas levantarão o bloqueio quando isso se cumprir. Cambaleia o governo ilegítimo de Alan García. Caem ministros. Tinham razão os indígenas. Não se pode parcelar a Amazônia, nem se podem tolerar os decretos que ordenam sua destruição e a de seus povos. É preciso dizer com clareza, agora que está à vista do mundo: os selvagens, os assassinos, os terroristas, os atrasados, são o presidente do Peru, seu governo e suas contrapartes dos EUA, Canadá, e UE, a serviço das transnacionais que ordenaram o TLC para acabar com a vida”.

Depois de uma luta de 71 dias, em 18 de junho, o movimento indígena amazônico registrou um contundente triunfo ao conseguir que o Congresso da República revogasse os decretos legislativos 1090 e 1064, como informou pontualmente a agência noticiosa Servindi.

Daysi Zapata Fasabi, vice-presidente da Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (Aidesep) e líder do povo yine, afirmou: “A luta e a vida de nossos irmãos indígenas não foram em vão. Hoje se demonstrou que nossa luta é justa e que não foi manipulada por ninguém”.

“Dayse lidera atualmente a Aidesep, depois que seu presidente Alberto Pizango obteve asilo político na Nicarágua devido à perseguição desencadeada pelo governo contra ele”, diz o informe da Servindi. Não deixa de ser revelador que “o parlamentar aprista Mauricio Mulder afirmasse que sua bancada oficialista votou pela revogação ‘não porque os decretos eram inconstitucionais, nem por afetarem os direitos de propriedade das comunidades amazônicas’, mas sim ‘por estritas razões de Estado’. Para a Servindi, “diversos observadores qualificaram de sério o revés político sofrido pelo governo que, até há uns dias, acusou o movimento indígena de complô e o culpou por promover a desestabilização do país e de estar manipulado por interesses estrangeiros. O presidente Alan García reconheceu uma “sucessão de erros” no manejo da proposta amazônica e a falta de consulta aos povos indígenas, e respaldou o pedido do premier Yehude Simon para revogar ambos os decretos. ‘É melhor uma retificação corajosa do que uma obstinação errada’, sustentou em uma mensagem televisiva à nação”.

De acordo com diversas fontes locais e internacionais, o número de mortos é muito maior do que foi informado, e “um elevado número não

determinado de mortos indígenas teriam sido ocultados pelas forças de segurança, que isolaram o local dos enfrentamentos e impediram o registro das vítimas”.

Prossegue o informe da Servindi: “povos ashaninkas, yaneshas, nomatiguengas, caquintes e asheninka da selva central agrupados na Associação Regional de Povos Indígenas da Selva Central (ARPISC), base regional da Aidesep, iniciaram o bloqueio de vias e ameaçavam tomar as estradas que abastecem de alimentos a capital”.

Os relatos afirmam que o premier peruano Yehude Simon viajou para se reunir com a marcha e “manteve um diálogo com os porta-vozes da selva central, com os quais subscreveu um acordo de onze pontos. Entre os acordos estava o pedido de revogar os dois decretos em questão e revisar os demais decretos em um espaço de diálogo de alto nível”.

A nota da Servindi afirma que Lidia Rengifo Lázaro, líder do povo yanasha e coordenadora da ARPISC, “saudou o afã de retificação do governo, mas expressou seu desejo de ver primeiro a revogação para levantar o bloqueio. Rengifo, que estava acompanhada de uma comitiva de líderes comunitários da selva central, reiterou que os povos indígenas querem participar na construção do desenvolvimento do país, e que não somos nenhum obstáculo a isso. E afirmou: ‘Não deve haver mais derramamento de sangue, e devemos olhar para a frente’”.

Na hora de celebrar a vitória, que os obriga a prestar atenção nos próximos meses, a Aidesep agradeceu a solidariedade nacional e internacional e lembrou a mobilização completa.

Foi a partir de abril que a Aidesep empreendeu uma jornada nacional de luta contra um pacote de decretos legislativos considerados lesivos aos interesses coletivos dos povos indígenas e da Amazônia. Já no ano passa-

do, havia-se conseguido, com outra mobilização, que se revogasse o decreto legislativo 1015 – que viola os direitos constitucionais de participação e consulta das comunidades ao permitir que uma maioria simples em assembléia privatize as terras comunais protegidas por legislações nacionais e internacionais colocando, nem mais nem menos, que “para a aquisição da propriedade por parte de membros da comunidade que não têm a posse ou de terceiros, assim como para penhorar, arrendar ou exercer qualquer outro ato de disposição sobre as terras comunais, será exigido o voto a favor de pelo menos cinquenta por cento dos comunheiros que tem a posse há mais de um ano”. A luta foi suspensa quando o Congresso “comprometeu-se a revisar, através de uma comissão multipartidária, outros decretos legislativos questionados”.

A Servindi continua: “Apesar do relatório dessa comissão - que recomenda revogar outros cinco decretos legislativos – ter sido aprovado pelo Congresso, não houve tramitação, porque a comissão não tinha poderes para decidir. Depois de reiterados pedidos ao Congresso, a Aidesep decidiu reiniciar sua mobilização nacional em 9 de abril de 2009, colocando o país em suspenso ao paralisar numerosas cidades da Amazônia peruana. Muitos dos decretos legislativos foram qualificados de inconstitucionais por renomados juristas ou instituições imparciais como a Defensoria do Povo. Os citados decretos não foram promulgados pelo Congresso, mas sim pelo Poder Executivo aproveitando poderes concedidos pelo parlamento para adequar a legislação peruana à implementação do tratado de livre comércio (TLC) com os Estados Unidos”. 🌿

Equador

O “socialismo do século XXI” e a lei de soberania alimentar

Fernanda Vallejo. Para superar sua crise, o capitalismo tem fórmulas recorrentes que, a cada repetição, tornam-se mais eficazes. Cada vez que o livre mercado espreme ao limite as capacidades de produção de seres humanos e da natureza – quando é impossível continuar sem rebeliões sociais ou naturais, e quando se detêm provisoriamente a capacidade de acumulação e os lucros – os grupos hegemônicos recorrem ao Estado para que se encarregue de arrumar o desastre.

De certa forma, hoje estamos vivendo algo parecido em alguns países da América Latina, sob a imagem de uma onda de governos “mais democráticos”. Estados que colocam “a casa em ordem” estabelecendo novas regras de jogo, novos pactos sociais (novas Constituições) e novas institucionalidades que lhes devolvam sua capacidade de mediação, de uma distribuição um pouco menos injusta da riqueza.

Esses governos progressistas, em alguns países autodefinidos como “socialistas do século XXI”, constroem um discurso em torno do cidadão (individual) como sujeito de direitos, reivindicam a soberania e restituem a autoridade estatal; recolhem reivindicações surgidas das organizações sociais, como o direito à plena participação, à democracia participativa e à soberania alimentar, e apropriam-se de conceitos como revolução, bem viver e equidade de gênero. Com esses aspectos anteriores esvaziados de muito de seu conteúdo transformador, ainda se alcança certa adesão de setores populares e camponeses a um projeto de reforma, sem envolver mudanças de fundo.

Vários movimentos camponeses e indígenas, que tiveram um papel fundamental na luta contra o neoliberalismo, acham nesses Estados remochados a possibilidade de conquistar espaços e canalizar demandas amplamente reprimidas.

Por sua parte, os Estados definem ações que tendem a atenuar níveis extremos de exclusão, recuperam o investimento em educação e saúde e mantêm ou aumentam subsídios dirigidos ou diretos a energia, combustíveis, investimento em insumos agrários, etc.

Assim é o Equador, onde se acaba de aprovar uma lei denominada de Soberania Alimentar, apesar de seu conteúdo legitimar formas de exploração próprias do neoliberalismo, que, em seu momento, encontraram resistência nas lutas contra a ALCA e o TLC. Para incorporar essas formas, recorreu-se ao uso de uma linguagem cheia de termos que evocam antigas demandas de movimentos e organizações sociais: “sustentabilidade, equilíbrio ecológico, participa-

ção, inclusão, equidade de gênero”, entre outros. Como por arte de magia e jogos de palavras, os conteúdos se esvaziam e a produção de agrocombustíveis se transforma em uma alternativa de futuro para o país diante da dependência do petróleo e sua devastação ecológica. O sistema que encadeia a produção agropecuária aos circuitos agroindustriais transforma-se no “mecanismo de inclusão”, os camponeses livres são sujeitados ao mercado, e isso é visto como “opção de vida” para o campo.

Através da lei se pretende exercer um férreo controle da semente, ilegalizando as sementes nativas ou “crioulas”. Realizam-se as medidas sanitárias e fitossanitárias promovidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – que via leis encontram menos resistência, da mesma forma que os conceitos de inocuidade, as melhores práticas agrícolas, o manejo pós-colheita, o processamento, enfim, todo o controle tecnológico do produto intermediário e final.

Diante da dificuldade dos camponeses para cumprir as novas normas, os novos empresários do setor agroalimentar se apressam a lhes dar ajuda. Dizem-lhes que se associem (que se encadeiem), que lhes será dada a tecnologia, e que seu produto será comprado: é a imagem de cadeia onde todos se beneficiam, mas eles controlam todo o circuito, da produção ao consumo.

Sobre a terra, a lei leva em conta a reforma agrária de mercado proposta há muitos anos pelo BM e expressa tudo o que combatemos no tratado de livre comércio com os Estados Unidos, que conseguimos parar. Incorpora como razão de expropriação a de uma área não cumprir sua função ambiental. Permite criar novamente um mercado de terras que exclui os camponeses de seu acesso, exceto se se endividarem (fragilizando sua posse), e equipara latifúndios improdutivos com terras comunais e territórios indígenas.

Ainda que os elementos desenvolvidos já tenham sido adotados na legislação de outros países, o particular do Equador é que conjuga todos os elementos promovidos pela OMC e o BM: uma fusão acabada do esquema completo e com linguagem progressista. Com isso, o Estado cumpre as condições requeridas para qualquer tratado de livre comércio ou convênio comercial.

Essa lei diretriz, na qual se traçam as linhas gerais, deixa vários temas fundamentais para ser discutidos mais adiante, ao elaborar, longe dos olhos públicos, leis específicas que com certeza conterão elementos apresentados em outros rascunhos.

A Lei de Soberania Alimentar e a Lei de Mineração são as melhores evidências do verdadeiro caráter do projeto autodenominado “socialismo do século XXI”. Essas e

mais as declarações públicas do presidente Correa designando os indígenas, ecologistas e esquerdistas “infantis” como os piores inimigos de tal projeto político. Mas (para além da estrutura jurídica, com ou sem essa), é nesses setores onde se multiplicam e se compartilham as sementes, as tecnologias, os saberes, os alimentos. É evidente que o movimento indígena experimenta um desgaste depois de décadas de luta.

Além disso, é certo que as crises provocadas pelo capital também supõem processos de construção no interior dos setores populares. Por sofisticadas que se tornem as formas de exploração, a soberania mais básica, a do alimento, provoca novas respostas no cotidiano. Tecidos comunitá-

rios rurais e urbanos experimentam ativas dinâmicas de encontro e de aliança. São cada vez mais visíveis os circuitos de economia solidária que se tecem entre o campo e a cidade. É mais do que uma utopia desejada: é a única via possível de existência. Dia após dia, os camponeses encontram, em seus próprios saberes, o caminho para recuperar autonomias, territórios, meios próprios de produção.

As tecnologias do capital não são uma amarra inevitável. Produzir alimentos são e soberanos é uma tarefa que não se detém. Configuram-se novos coletivos urbanos, são cada vez mais frequentes as feiras onde se compartilham produtos, mas também relações, confiança, dignidade e autonomia. ✨



Atziri Carranza

“Nenhum projeto de morte”

Ojarasca, com informação da Conaie, Equador.

No início de maio, o Ministério de Minas e Petróleo e a Petroecuador, do governo equatoriano, se dispuseram a retomar “as operações determinadas nos contratos de participação para a sondagem e exploração de hidrocarbonetos nos blocos 23 e 24 da Região Amazônica”.

Para os povos indígenas que habitam seus territórios ancestrais na Amazônia isso é um chamado para declarar-se em “alerta máximo” na defesa de sua vida, seu território e da biodiversidade, como o declararam o Conselho de governo de Sarayaku

(lendária comunidade que resistiu vários anos à petroleira CGC) e os governos da nação achuar e shuar (FIPSEFISCH), que resistem há muitos anos à Burlington, condenada pelo Tribunal Constitucional em 1998 por violar direitos coletivos dos povos do Bloco 24. A Corte Interamericana de Direitos Humanos também promulgou Medidas Provisórias a favor dos povos afetados do Bloco 23.

Assim, os kichwa, shuar e achuar rechaçam completamente a resolução do Ministério de Minas, exigem o cumprimento das medidas provisórias promulgadas pelas instâncias internacionais e pelo Tribunal Constitucional equatoriano e denunciam a “atitude arbitrária do governo”. Esta

contradiz os avanços no diálogo com os diferentes ministérios e o cumprimento das medidas provisórias, particularmente a retirada da pentolita do território de Sarayaku, propriedade da empresa CGC. A comunidade é mantida sob grave risco, pois a pentolita é um poderoso explosivo que a empresa “abandonou” ali há anos, ao ver-se obrigada a se retirar devido à resistência de Sarayaku.

Por isso declaram: “Não aceitaremos nenhum projeto de morte em nosso território, que pretenda romper a continuidade de vida do presente e das futuras gerações, às quais protegemos e defendemos com grandes esforços, sacrifício sobre-humano e com o custo de muitas vidas”. ✨

O mito do pinhão-mansô

Elizabeth Bravo, Acción Ecológica, Equador. Nos últimos anos, todos os países da América Latina adotaram políticas para promover, de maneira acelerada, cultivos para produzir agrocombustíveis com justificativas ligadas a garantir a soberania energética e/ou enfrentar as mudanças climáticas, e como resposta à crise do agro que vivem muitos países do Terceiro Mundo.

A crise alimentar mundial, que se evidenciou com mais força em 2007, obrigou a revisar esses argumentos, pois é impossível não associar as variações no preço dos alimentos com o uso de grãos na produção de etanol e de agrodiesel.

Em vários círculos se começaram a promover as chamadas “terras marginais”, onde aparentemente não há agricultura, para produzir agrocombustíveis. O argumento é que se estaria “reativando a economia local sem afetar a produção de alimentos, porque essas zonas são improdutivas”.

Entre as espécies propostas destaca-se o pinhão-mansô. Muitos mitos foram levantados em torno dessa planta: que não requer solos férteis para crescer, nem grandes quantidades de água, que não existem pragas conhecidas que a ataquem. Chegou-se a dizer que é uma árvore com vocação terceiromundista, porque abrirá fontes de trabalho para os camponeses e mercado para seus produtos. O planeta será beneficiado, porque o aquecimento global será freado; as plantações de pinhão-mansô melhorarão as qualidades do solo, dizem. Antes de mais nada, cabe nos perguntarmos se essas chamadas “terras marginais” são na realidade improdutivas, ou se são zonas que não se inseriram na agricultura industrial. Vejamos o que ocorre em duas províncias equatorianas vítimas desse modelo: Manabí e Loja.

Essas são zonas onde se conserva uma biodiversidade agrícola muito bem adaptada às condições áridas, onde prevalecem variedades endêmicas, e onde as populações desenvolveram sistemas produtivos harmônicos com as florestas secas, como a extração de produtos florestais (por exemplo, a pluma de corticeira, plantas medicinais e frutas silvestres) e a criação de cabritos. As comunidades do sul de Manabí são descendentes dos povos onde se registraram os mais antigos indícios de agricultura na América do Sul e, até os nossos dias, mantêm sistemas ancestrais de manejo de água, como as “taipas”.

É dito que o pinhão-mansô é ideal para zonas semiáridas, mas, nas plantações que várias empresas promoveram nessas províncias, observa-se que, quando as chuvas

faltam, o fruto produz só uma semente ao invés de três, que é a média. Por isso, é necessário usar água proveniente de caminhões-pipa quando a chuva é escassa, o que coloca as plantações de pinhão-mansô em concorrência com os humanos nessa zona onde o acesso à água potável é crítico.

Apesar das empresas não ocuparem diretamente a terra das comunas, firmaram contratos por 20 e 25 anos com seus habitantes para que plantem pinhão-mansô e lhes vendam a produção. Além disso, as empresas recebem créditos de carbono pela captação de CO₂ a partir das terras e do trabalho de umas comunidades que não têm responsabilidade no aquecimento global nem relação com o negócio dos créditos de carbono. Esses contratos de longo prazo, com critérios completamente alheios às comunidades, significam na prática a perda do controle sobre seu território.

Dado que o pinhão-mansô não é um cultivo como tal, mas sim uma planta que está em processo de domesticação, a produção do óleo é bastante irregular e depende muito das condições climáticas, que são muito variáveis na região. Os contratos estabelecem que a produção variável e as perdas serão responsabilidade dos habitantes das comunidades, o que pode levá-los a se endividar com a empresa e, inclusive, perder seu território. São desconhecidos os efeitos dessas plantações em grande escala sobre os solos, que por definição são pobres. Os habitantes das comunidades necessitarão acrescentar fertilizantes e agrotóxicos, porque as pragas e doenças aparecerão, como ocorre com qualquer monocultivo.

O modelo pinhão-mansô, que se generaliza, aponta para uma mudança radical na forma de vida dominante na região. Ainda que no início se gere maior renda monetária, se esses projetos prosperarem se estará colocando em perigo a sobrevivência das comunidades que tiveram a mais longa presença contínua no Equador

A nova Constituição do Equador incorpora como um eixo do modelo econômico o “bem viver”, que é um conceito que vem da cosmovisão andina (em kichwa, *sumak kawsay*), que estabelece um novo modelo de “relacionalidade” das comunidades entre si, e dessas com a natureza, com base nos eixos da racionalidade andina: a “relacionalidade”, a correspondência, a complementação, a reciprocidade. O modelo pinhão-mansô tem algo em comum com o *sumak kawsay* ou o bem viver? Acreditamos que a resposta é NÃO. ♣

<http://www.jornada.unam.mx/2009/06/18/mito.html>



Começa o furor por terras africanas

De acordo com muitos indícios procedentes de muitas partes do mundo, uma das tendências agrárias atuais é que governos e investidores privados, com frequência associados, estão literalmente se atropelando para comprar, arrendar ou ficar com terras no estrangeiro para plantar e produzir alimentos que regressam como importações aos países promotores, ou simplesmente para fazer dinheiro com esses negócios. Desde que essa tendência começou, com a crise alimentar mundial de 2008, não diminui, só piora. O estranho é que os países que oferecem terras ou aceitam os ajustes propostos de venda ou arrendamento colocam à disposição dos novos invasores toda a classe de privilégios e mecanismos legais para que isso ocorra.

Isso foi documentado desde 2008* por GRAIN, que mantém um *site* na Internet [<http://farmlandgrab.org>] para sistematizar um arquivo de pesquisa que já está com mais de 800 artigos, relatórios e entrevistas sobre apropriações de terra em todo o mundo.

Entre as informações mais recentes, sabe-se que investidores sauditas pediram à Tanzânia que lhes arrende 500 mil hectares de terras de cultivo para plantar arroz e trigo como parte de um plano que garanta o abastecimento alimentar para o reino. A resposta dos funcionários da Tanzânia é direta: há 40,5 milhões de hectares de terra para cultivo, e a Tanzânia está pronta para fazer negócios e para arrendar parcelas de até dez mil hectares por períodos de 99 anos. Também se sabe que várias empresas sauditas começaram a investir em projetos agrícolas da Indonésia à Etiópia. A Indonésia disse, em agosto, que o Grupo Saudita Bin Ladin investirá 4,3 bilhões de dólares em 500 mil hectares para cultivar arroz.



Também se sabe que a República do Congo ofereceu a agricultores sul-africanos 10 milhões de hectares de terras de cultivo para plantar milho e soja, além de granjas leiteiras e de frangos. De acordo com a agência Reuters, que tem acompanhado de perto os casos de apropriação de terras, esse seria um dos maiores acordos agrários no continente africano. Theo de Jager, presidente adjunto da Agriculture SouthAfrica (AgriSA), disse que o acordo será fechado em breve na África do Sul e será um contrato por 99 anos sem custo algum, além de lhes outorgar alguns benefícios fiscais adicionais: “isenções fiscais nos primeiros 5 anos e, depois, isenção de impostos de importação de todo o equipamento e insumos agrícolas”. De acordo com De Jager, uns 1.300 sul-africanos desejam plantar na República do Congo. “Há dois grupos de agricultores interessados”, disse De Jager à Reuters, “um que quer abandonar a África do Sul e

se reacomodar por completo no Congo para cultivar, e outro que só quer diversificar suas operações de cultivo ao Congo”.

Enquanto isso, tais operações não passam despercebidas para os ativistas, as organizações não governamentais e as organizações sociais, que já denunciavam essa monopolização de terras no Egito, Sudão, Camarões, Senegal, Moçambique e outros países africanos. Uwe Hoering, por exemplo, um pesquisador alemão em políticas de desenvolvimento para várias ONGs européias, chama esses investimentos de “uma nova forma de colonialismo agrário”. Hoering disse que essas monopolizações tornaram-se evidentes na África em 2008, como consequência da escalada atrás de agrocombustíveis, da inflação de preços e da suposta escassez de comida. Apesar dos investimentos buscarem terra fértil em outras partes do mundo, a África subsaariana é o destino principal. As razões são múltiplas: “A África possui enormes reservas de terra. De acordo com a FAO, somente 14% da terra de propriedade está cultivada. Os governos africanos desejam permitir que essas monopolizações ocorram em seus territórios”. Entre os candidatos a ficar com terra para deslocar suas produções na África, e depois exportá-las de volta a seus países, estão vários países industrializados, como Japão, Suécia, China, Índia. E os Estados do Golfo, ricos em petróleo, têm interesse em adquirir grandes propriedades na África. 🌿

Com informação de <http://www.commondreams.org/headline/2009/04/20-3>, “Huge Congo land deal for South Africa’s farmers” y “Saudi Investors Eye Leasing Tanzanian Farmland”, Reuters, 15 e 16 de abril, respectivamente

* (ver “¡Se adueñan de la tierra! El proceso de acaparamiento agrario por seguridad alimentaria y de negocios en 2008, <http://www.grain.org/briefings/?id=214>),

Declaração do Monte Kenya

A crise global e a responsabilidade da África

De 23 a 31 de maio de 2009, a Rede Africana pela Biodiversidade [African Biodiversity Network-ABN] reuniu, próximo ao Monte Kenya, 25 organizações, de dez países, que trabalham com camponeses e comunidades locais em biodiversidade, soberania alimentar, modos de vida, mudanças climáticas, saberes tradicionais, cultura e direitos comunitários na África.

Estamos profundamente conscientes de que o planeta enfrenta múltiplas crises interconectadas, que terão um impacto ainda maior na África, apesar da África não ser responsável por essas crises.

O agudo e devastador impacto das crises financeira e alimentar será somado ao impacto das mudanças climáticas, e nos preocupam os efeitos que essa combinação está tendo sobre os povos da África e seu entorno. As pessoas perdem seus modos de vida, suas casas e seus empregos em um ritmo alarmante, enquanto os camponeses, os pastores e as comunidades locais têm que enfrentar mudanças imprevisíveis em seu ambiente. Concordamos com os povos indígenas que, na declaração de Ancharage, de abril de 2009, afirmam que a Terra já não está em um período de mudanças climáticas, mas sim de crise climática.

Estamos ultrajados com a crise financeira que foi provocada pelas instituições financeiras globais devido à sua inimaginável acumulação de riqueza especulando com as poupanças duramente feitas pelas pessoas comuns. Esse desabamento econômico deixa agora muitos países em condições deploráveis e acrescenta outros 104 milhões de pessoas aos 1 bilhão de famintos permanentes no mundo.

Estamos também conscientes de que a crise de alimentos e as fomes recorrentes na África não são algo novo. São ocasionadas por injustiças estruturais básicas, incrustadas há décadas e que agora provocam novos níveis de privação devido ao comércio especulativo com os alimentos nos mercados internacionais.

Para nós, é intolerável a escala atual do “capitalismo de crise”. Repudiamos taxativamente o cinismo das corporações que têm como alvo explorar ainda mais a África – aproveitando as oportunidades econômicas que as crises climática e alimentar provocam, ao invés de procurar resolver essas crises.

É claro que a causa subjacente das crises é a globalização do sistema industrial, que inevitavelmente resulta na concentração de capital e de poder nas mãos de alguns, o que gera uma pobreza crescente e uma devastação ecoló-

gica que têm como efeito as mudanças climáticas globais. Agora, esse mesmo pensamento que produziu essas numerosas dívidas tóxicas promove muitas “falsas soluções”, que só exacerbam as crises. Há uma intensa corrida pela terra e pela riqueza ecológica da África, facilitada pelos governos – que continuam dominados pelos interesses corporativos. Repudiamos, então, essas falsas soluções, entre as quais:

- **Os organismos geneticamente modificados (OGM)**, que nos vendem dizendo que vão aliviar a fome e as mudanças climáticas. Os OGM provocaram uma contaminação dos cultivos agrícolas e de nossos alimentos, que está amplamente difundida, e aumentam o uso de agrotóxicos destruidores da biodiversidade e da saúde. O objetivo maior das companhias produtoras de OGM é controlar nossas sementes e o sistema alimentar através do patenteamento de todas as formas de vida. Esses cultivos requerem condições de cultivo muito industrializadas, o que libera enormes quantidades de carbono na atmosfera, e são um dos fatores importantes que contribuem com as mudanças climáticas. Em que pese isso, os proponentes dos OGM alegam que podem encontrar



soluções geneticamente modificadas para as mudanças climáticas e para a crise de alimentos.

- **A AGRA (como é conhecida a nova Revolução Verde na África)** é um projeto que nos está sendo imposto pelo esforço de colaboração entre a Fundação Bill e Melinda Gates e a Fundação Rockefeller, o Banco Mundial e as agroindústrias, entre outros atores, que buscam substituir as sementes, os cultivos e os saberes da África por híbridos, OGMs, fertilizantes e agrotóxicos. Como o sistema industrial requer grandes extensões de terra, a AGRA também financia a pressão para mudar os sistemas de posse da terra: busca privatizar a terra, alterando o que foi uma terra sob custódia comunal para convertê-la em terra que é mercadoria para encher os bolsos dos investidores. As incisivas somas de dinheiro e influência política, que estão por trás e dão asas à Revolução Verde, dominam agora o debate relativo à agricultura e promovem direitos mais restritos de propriedade intelectual sobre as sementes, bem como uma débil legislação de biossegurança. Isso reduz as opções que a África tem para conseguir uma soberania alimentar em nível local e em nível de suas nações.
- **Os agrocombustíveis (ou biocombustíveis)** são promovidos pelos países do norte como a solução às mudanças climáticas, como se fossem uma alternativa aos combustíveis fósseis. Mas isso está desencadeando uma monopolização sem precedentes por toda a África, o que leva a expulsões forçadas, desmatamento e aumento nos preços dos alimentos. Contestamos o mito, difundido pelas corporações e os governos corruptos, de que há muita terra livre, disponível, na África. Nós, em nosso continente, sabemos dos desafios e conflitos que devemos enfrentar ao ter que competir pela terra e a água. Outras tantas supostas soluções às mudanças climáticas só criam mais oportunidades para fazer negócios, incluídos o biochar, o comércio de carbono e a geoengenharia.

Está claro que essas soluções propostas pelas corporações baseiam-se em adquirir enormes extensões de terra e em mão de obra barata para sua produção em escala industrial, o que serve tão somente para manter os excessivos modos de vida das sociedades de consumo, exacerbando as crises tanto no Norte como no Sul. Todos esses projetos alegam ser portadores de progresso para a África. Mas, não apenas não conseguirão responder com soluções para a fome e as mudanças climáticas, como as tornarão piores. Essas falsas soluções refletem a cínica in-

tenção das corporações de atingir novos mercados e de fazer das crises um negócio.

A posição da ABN. A ABN considera que as soluções para as mudanças climáticas e para a fome são a mesma: comunidades saudáveis e resilientes que dependam de uma biodiversidade em ecossistemas resilientes.

Estamos seguros de que é crucial que os ecossistemas sejam saudáveis e biodiversos, que mantenham um clima estável, algo que com frequência não é mencionado na maioria das previsões e discussões a respeito das mudanças climáticas. Quando lidamos com as mudanças climáticas, devemos reduzir nossas emissões de carbono, mas é igualmente importante que também aumentemos a biodiversidade. Somente se obtêm solos saudáveis com uma agricultura ecológica e com sistemas de vida que sequestram carbono e, ao mesmo tempo, tenham maior capacidade de reter água em períodos de seca ou inundação.

A soberania alimentar em nível local e nacional requer cultivos localmente adaptados, uma diversidade de animais e sistemas de posse da terra que permitam que as comunidades produzam e comercializem os alimentos de formas que realmente alimentem as pessoas, que promovam a equidade e, ao mesmo tempo, minimizem a instabilidade climática.

Consideramos também que devemos reavivar e fortalecer urgentemente todos os sistemas de governança e saberes ecológicos locais e indígenas se pretendemos maximizar a capacidade da África para ler, antecipar e adaptar-se às mudanças climáticas.

Chegou o momento de os governos nacionais priorizarem a regeneração dos ecossistemas, a autogestão das comunidades e a diversificação das economias locais, ao invés de promoverem políticas orientadas à exportação, acordos de livre comércio e a atual onda de expansão do sistema alimentar.

A África deve ter a coragem de liberar a si mesma de seu legado colonial e construir a partir de sua rica herança, revivendo a sabedoria de sua gente. Essa é sua responsabilidade com as gerações passadas e futuras. Caso baseie sua ação nessa riqueza, terá a capacidade de buscar soluções reais e poderá se livrar do modo de pensar que provocou as crises.

Aqui, no lugar do nascimento da espécie humana, as comunidades africanas se adaptaram e evoluíram por mais de mil anos sem destruir o sistema que promoveu sua vida. A África necessita reivindicar sua responsabilidade e sua herança e promover, a partir destas, um futuro viável para todos. 🌿

Biochar: colocar gasolina no fogo

Em 6 de abril de 2009, foi lançada uma declaração internacional assinada por 147 organizações, de 44 países, se opondo à crescente tendência e apoio político que está sendo dado ao carvão vegetal, hoje chamado 'biochar' (acrônimo de "biological charcoal", carvão biológico). "Os grupos signatários da declaração", diz um boletim de imprensa da Econexus, Grupo de Reflexão Rural e Biofuelwatch, "se opõem firmemente à inclusão dos solos no comércio de carbono e em mecanismos de compensação, incluindo o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Os grupos afirmam ainda que 'a proposta do biochar não leva em conta as verdadeiras causas que estão na base das mudanças climáticas'". Os signatários são desde comunidades de camponeses até organizações "que trabalham pela proteção das florestas, redes ambientais internacionais e defensores de direitos humanos", e a declaração continua aberta para que mais organizações se unam com sua assinatura.



A declaração tem por título *Biochar, una nueva amenaza para los pueblos, la tierra y los ecosistemas* e foi lançada para que coincidissem com uma reunião em Bonn, entre delegados da ONU e governos, para discutir um acordo pós-2012 sobre as mudanças climáticas. "Uma das propostas que se discutiram é a possibilidade de que se concedam créditos de carbono para o uso de carvão vegetal como aditivo de solos, com o argumento de que isso criará um sumidouro de carbono permanente que contribuiria para reduzir o aquecimento global e para a recuperação de solos degradados. Também se analisou a possibilidade geral de incluir os solos agrícolas no mercado de carbono. (Os governos de Belize, Gâmbia, Gana, Lesoto, Micronésia, Moçambique, Nigéria, Senegal, Suazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue solicitaram a inclusão do biochar no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, quer dizer, no comércio de carbono. A Convenção das Nações Unidas de Luta contra a Desertificação também apóia o pedido.)"

Na realidade, muitos grupos da sociedade civil fazem um apelo à prudência quanto ao biochar pela grande incerteza científica que ele significa, e que seus promotores disfarçam de vários modos. Há muita gente preocupada, porque "essa tecnologia poderia ter como consequência a conversão de amplos territórios em novas plantações, repetindo a série de desastres provocados pelos agrocombustíveis. Destacam que grandes incentivos financeiros para o biochar poderiam resultar na reconversão dos usos da terra em grande escala e no deslocamento de pessoas.

Helena Paul, da EcoNexus, afirma que: "A inclusão do biochar e dos solos agrícolas nos mercados faria dos solos uma mercadoria que poderia ser vendida para compensar a contaminação em outros lugares. Os pequenos agricultores e os povos indígenas seriam colocados em perigo, pois não podem competir com governos nem com grandes empresas, e correriam o risco de ser deslocados de seus territórios se estes fossem literalmente vendidos de baixo de seus pés".

Stella Semino, do Grupo de Reflexão Rural da Argentina, agrega: "A idéia de que o carvão vegetal resgatará o planeta em chamas é absurda. Alguns defensores do biochar falam de quantidades de carvão vegetal que requeriam mais de 500 milhões de hectares de cultivos industriais de árvores e plantações. Já sabemos que a agricultura industrial e as plantações de árvores são uma importante causa das mudanças climáticas e do deslocamento de populações e [perda de] biodiversidade. O que temos que fazer é proteger os ecossistemas, e não plantar novos enormes monocultivos para depois queimá-los! É uma farsa".

Afinal, o famoso biochar, que supõe desenvolver extensas plantações de árvores para depois queimar sua biomassa até convertê-la em carvão, e depois enterrá-lo – o que supostamente "sequestra carbono no solo e incrementa a sua fertilidade", é uma extrapolação bastante aventureira das práticas ancestrais de certos povos amazônicos, que durante milênios promoveram o aumento da fertilidade de seus solos com carvão (a chamada "terra preta" ou "terra escura"). Mas, o processo para eles levou milênios. Por outro lado, o que agora se propõe, com grande ignorância e irresponsabilidade, é extremar a intensidade do processo (e sua escala) para torná-lo "viável" em poucos meses, ou semanas, ou de forma instantânea. Ou seja, o biochar acaba sendo mais um dos experimentos industriais, nesse caso muito violento e extremamente nocivo, que promove o monocultivo, os fertilizantes, a homogeneização da biodiversidade e a expulsão de camponeses de suas terras para supostamente mitigar as mudanças climáticas com mais calor. É como colocar gasolina no fogo. 🌿



Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). As organizações populares, as ONGs e as instituições da América Latina podem recebê-la gratuitamente. Por favor, enviem seus dados com a maior precisão possível para simplificar a tarefa de distribuição da revista.

Os dados necessários são:

País, organização, nome e sobrenome, endereço: rua, bairro, código postal, cidade e estado.

(Correio eletrônico, telefone e/ou fax, se existentes.)

Por favor, enviem sua solicitação a BIODIVERSIDAD, REDES-AT Uruguai, San José 1423, 11200, Montevideu, Uruguai. Telefones (598 2) 902 23 55/908 2730. biodiv@redes.org.uy / <http://www.grain.org/suscribe>

Este número de Biodiversidade Sustento e Culturas é uma publicação conjunta com o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) e Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC)



Acción Ecológica



red de coordinación en
biodiversidad



Desmascarando alguns engodos sobre os monocultivos de árvores

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Os monocultivos de árvores em grande escala têm graves impactos sociais e ambientais. E isso as empresas plantadoras sabem muito bem. Por isso fazem grandes esforços publicitários para convencer as pessoas do contrário. É muito importante, então, conhecer a falsidade dos argumentos manejados pelas empresas e nos opor à instalação de tais plantações.



II

É comum que essas plantações se instalem em terras destinadas à agricultura de subsistência, pelo que chegam inclusive a diminuir as fontes de ocupação: são gerados menos empregos do que os que se perdem. Quando sua instalação implica a destruição prévia da floresta, os habitantes locais se veem privados das ocupações e das fontes de renda que dependem dos recursos providos pela floresta

DIZEM QUE “as plantações são florestas”. Esse é o ponto de partida da propaganda a favor das plantações. Querem nos convencer de que, se as florestas são social e ambientalmente necessárias, então as plantações também o serão. Mas uma plantação não é uma floresta e a única coisa que têm em comum é que em ambas predominam árvores.

Uma floresta contém numerosas espécies de árvores e de arbustos de todas as idades, além de muitas outras espécies vegetais – no solo e sobre as próprias árvores e arbustos (trepadeiras, epífitas, parasitas, etc.) – e uma enorme variedade de espécies de fauna, que nela encontram abrigo, alimentos e possibilidades de reprodução.

Ao contrário, uma plantação compõe-se de uma ou poucas espécies de árvores de rápido crescimento (geralmente exóticas), plantadas em blocos homogêneos da mesma idade, onde a vegetação local não consegue se desenvolver, e a fauna não encontra nenhum alimento.

As florestas estão habitadas por comunidades humanas que delas asseguram sua sobrevivência. As plantações não alojam comunidade alguma. Ao contrário: as expulsam, privando-as de seus meios de vida.

Nas regiões afetadas pelas plantações, as comunidades locais têm tudo isso muito claro e, a partir de sua própria experiência, descrevem as plantações como “desertos verdes”, “florestas mortas que matam tudo”, “florestas do silêncio”, “soldados plantados”, “árvores egoístas”, definições muito mais ajustadas à realidade.

Toda a luta contra o avanço desses monocultivos parte do fato de que “as plantações não são florestas”.

DIZEM QUE “as plantações geram emprego”. Esse argumento é muito utilizado para conquistar as populações locais. Mas é uma afirmação totalmente falsa.

As grandes plantações geram muito poucos empregos, em geral de muito baixa qualidade, quase todos de caráter temporário, com baixos salários e em condições de trabalho onde prima a má alimentação, o alojamento inadequado e o descumprimento da legislação trabalhista vigente. São frequentes os acidentes e as doenças ocupacionais.

Além disso, em muitos países, as plantações tendem a privar os prévios ocupantes da terra de suas fontes anteriores de trabalho. É comum que essas plantações se instalem em terras destinadas à agricultura de subsistência, pelo que chegam inclusive a diminuir as fontes de ocupação ao invés de aumentá-las, já que são gerados menos empregos do que os que se perdem. Quando sua instalação implica a destruição prévia da floresta, os habitantes locais se veem privados das ocupações e das fontes de renda que dependem dos recursos providos pela floresta. Em quase todos os casos, com as plantações se expulsa a população local especialmente para os cinturões de miséria das cidades.

Cadernos de Biodiversidade é um folheto colecionável de Biodiversidade sustento e culturas, julho de 2009. Desmascarando alguns engodos sobre os monocultivos de árvores foi elaborado pelo Movimento Mundial pelas Floresta Tropicais (WRM), com base em suas pesquisas e documentação de muitos anos. Agradecemos a contribuição da Fundação Siemenpuu para a elaboração deste trabalho conjunto. Os desenhos que o acompanham foram elaborados especialmente para este trabalho pela artista mexicana Atziri Carranza.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica notransgenicos@accioneologica.org | Acción por la Biodiversidad agenciabiodla@gmail.com | Campaña de la Semilla de la Vía Campesina – Anamuri internacional@anamuri.cl | Centro Ecológico revbiodiversidade@centroecologico.org.br | GRAIN carlos@grain.org | Grupo ETC etcmexico@etcgroup.org | Grupo Semillas semillas@semillas.org.co | Red de Coordinación en Biodiversidad rcbcostarica@gmail.com | REDES-AT Uruguay biodiv@redes.org.uy

Comité Editorial Carlos Vicente, Argentina / Ma. Eugenia Jeria, Argentina / Ciro Correa, Brasil / Maria José Guazzelli, Brasil / Germán Vélez, Colômbia / Alejandra Porras (Coeco-AT), Costa Rica / Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica / Camila Montecinos, Chile / Francisca Rodríguez, Chile / Elizabeth Bravo, Equador / Ma. Fernanda Vallejo, Equador / Silvia Ribeiro, México / Magda Lanuza, Nicarágua / Martin Drago, Uruguai / Carlos Santos, Uruguai / **Administração** Ingrid Kossmann ingridbiodiversidad@gmail.com / **Edição** Ramón Vera Herrera constelacion@aneta.apc.org / **Design e diagramação** Daniel Passarge, Claudio Araujo danielpassarge@gmail.com / Amanda Borghetti (Brasil)

Em qualquer dos países, de todas as atividades capazes de gerar emprego em nível rural, a atividade plantadora é geralmente a pior opção – na quantidade e na qualidade dos empregos. Em que pese isso, as empresas plantadoras e os governos continuam difundindo o engodo de que as plantações geram emprego. A título de exemplo, no Plano Nacional de Florestamento do Peru (cujo objetivo é promover as plantações) se afirma que as plantações geram um emprego direto a cada 4 hectares. Para demonstrar o absurdo de tal número, basta dizer que a Sociedade de Produtores Florestais do Uruguai (que também sustenta que o florestamento gera empregos) afirma que ele gera um emprego direto a cada 70 hectares.

DIZEM QUE “as plantações são muito mais produtivas do que as florestas”. O argumento pode parecer convincente devido ao rápido crescimento das árvores numa plantação de pinus ou de eucaliptos. Mas depende do que se entende por “produtivo”, e de quem essa produção beneficia.

Uma plantação comercial produz por hectare, por ano, um grande volume de madeira para indústria. Mas isso é tudo: o beneficiário direto do que é produzido é a empresa proprietária da plantação.

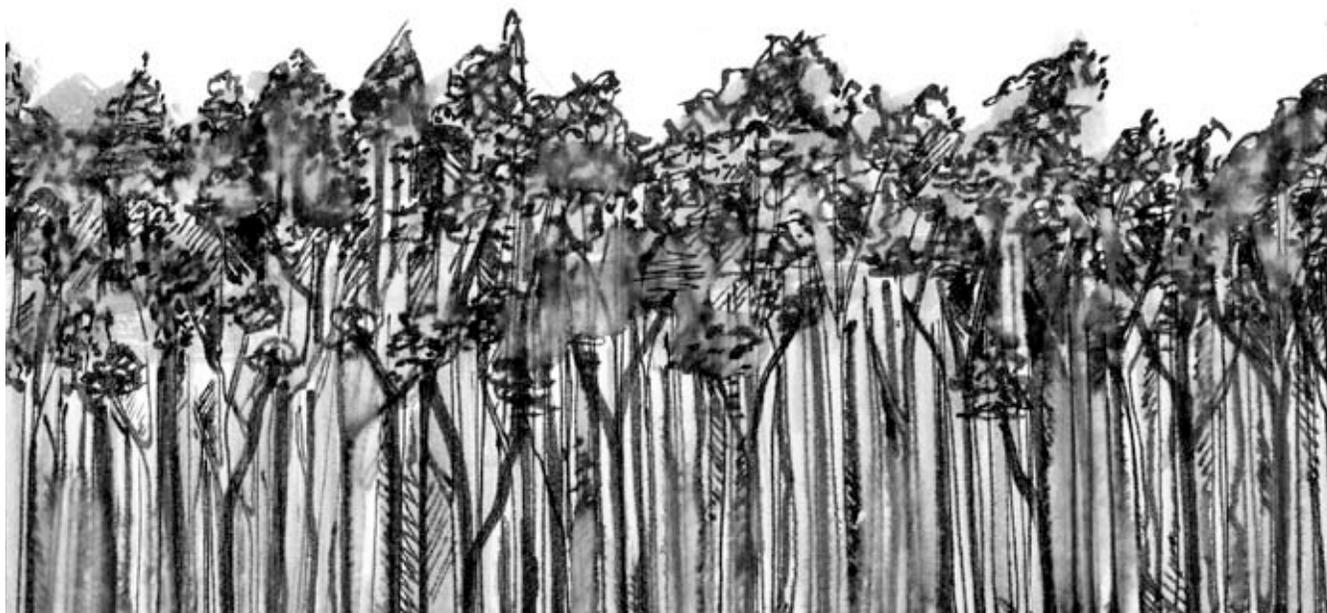
Uma floresta, ao contrário, não produz só madeira para o mercado. Sua produção engloba outros tipos de árvores, vegetais, animais, frutas, cogumelos, mel, forragem, adubo, lenha, madeiras para usos locais, fibras vegetais e remédios, gerando ainda serviços de conservação de solos, biodiversidade, recursos hídricos e microclima.

Quando se afirma que as plantações são muito mais produtivas do que as florestas, se está comparando unicamente o volume de madeira para indústria que se pode extrair de ambas, e, nessa comparação, a plantação parece superior. Mas, se for comparada a totalidade de bens e serviços providos pela plantação e pela floresta, é evidente que esta última é muito mais produtiva do que a plantação. Ainda mais, em muitos aspectos a produção da plantação é nula (por exemplo, em alimentos, remédios ou forragem) e, inclusive, pode ser negativa quando afeta outros recursos como a água, a biodiversidade e o solo.

Isso se torna muito claro para aquelas populações locais que sofrem os efeitos da implantação de extensos monocultivos florestais, pois sofrem a perda da maior parte dos recursos que até então asseguravam sua sobrevivência. Para elas, a produtividade dessas plantações é negativa.

Quando se afirma que as plantações são muito mais produtivas do que as florestas, se está comparando unicamente o volume de madeira para indústria que se pode extrair de ambas, e, nessa comparação, a plantação parece superior. Mas, se forem comparados os bens e serviços providos pela plantação e pela floresta, é evidente que esta última é muito mais produtiva do que a plantação. A plantação não produz alimentos, remédios ou forragem e afeta a água, a biodiversidade, o solo

III



IV



Tratam-se de grandes plantações crescendo em um ritmo muito rápido.

Os impactos sobre a água são cada vez mais graves e chegam a levar ao desaparecimento de banhados, mananciais, poços e até cursos de água. A qualidade da água se vê afetada pela erosão e pelos agroquímicos que a contaminam

pradarias, páramos) são destruídos e substituídos por plantações de uma só espécie, normalmente exótica (pinus, eucaliptos, gmelina, teca). As poucas espécies de vegetais que conseguem sobreviver são eliminadas com herbicidas. Para a maior parte das espécies da fauna local, as plantações são desertos alimentícios, pelo que também desaparecem. As poucas espécies que conseguem se adaptar são exterminadas (no caso de afetarem a plantação) ou se convertem em pragas que afetam as produções agropecuárias nas imediações.

DIZEM QUE “as plantações servem para aliviar a pressão sobre as florestas”.

Alegam que o fato de haver mais madeira disponível oriunda de plantações se traduzirá em uma menor extração de madeira das florestas nativas. Isso pode parecer lógico, mas se tem constatado que as plantações são, em geral, mais um fator de desmatamento, porque:

- Em muitos países, as plantações se instalam eliminando antes a floresta existente.
- Em muitos casos, substituir a floresta com a plantação determina a migração (voluntária ou forçada) dos povoadores da região, que se veem obrigados a ingressar em outras áreas florestadas, onde iniciam um processo de desmatamento para poder atender suas necessidades básicas. Nesses casos, o desmatamento gerado pela plantação é dobrado.

DIZEM QUE “as plantações florestais melhoram o meio ambiente”. Ao serem disfarçadas como “florestas”, se diz que cumprem as mesmas funções que estas: que protegem e melhoram os solos, regulam o ciclo da água e conservam as plantas e animais locais. Nada disso é correto.

Em matéria de solos, as plantações provocam erosão, perda de nutrientes, mudanças na estrutura física e composição química do solo, e compactação. Ou seja: os solos acabam empobrecidos, em muitos casos de forma irreversível.

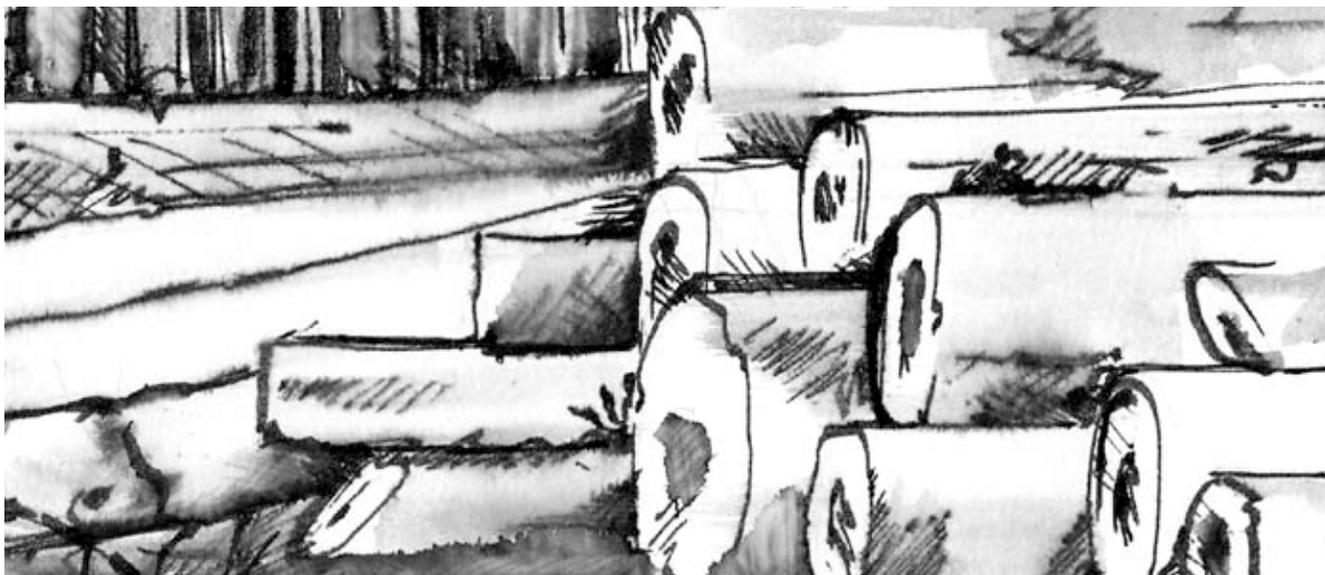
A água, elemento vital, é afetada em quantidade e qualidade. Em nível de bacia, o volume de água disponível diminui drasticamente depois da instalação de plantações. Isso se deve a vários fatores, mas o principal é o elevado consumo de água dessas espécies. Para crescer, as árvores carregam os nutrientes do solo até as folhas, onde ocorre a fotossíntese. O veículo para levar os nutrientes até a folha é a água. Para crescer mais, necessitam mais nutrientes, o que implica maior uso de água para transportá-los até as folhas. Como se tratam de grandes plantações crescendo em um ritmo muito rápido, os impactos sobre a água se tornam cada vez mais graves e chegam a levar ao desaparecimento de banhados, mananciais, poços e até cursos de água. A qualidade da água também se vê afetada pela erosão e pelo uso generalizado de agroquímicos que a contaminam.

Os impactos das plantações sobre a flora (plantas, arbustos, árvores) e fauna (animais, aves, insetos) são muito graves. Os ecossistemas locais (florestas,

- A madeira produzida nas plantações de forma nenhuma substitui as valiosas espécies da floresta tropical: ambas têm mercados distintos. Tanto que a maior parte da madeira de plantações destina-se à produção de papel e produtos de madeira de baixa qualidade, enquanto a madeira extraída das florestas (tropicais, em particular) é transformada em produtos de alta qualidade.
- Não é mencionado que a extração madeireira não é a única causa do desmatamento. Numerosas áreas de florestas são eliminadas para destinar o solo a cultivos de exportação (como a soja) e à criação extensiva de gado; outras desaparecem debaixo de gigantescas represas hidrelétricas; os manguezais são eliminados para destinar a área para a produção industrial de camarão. A exploração petrolífera e a mineração também destroem amplas áreas de florestas. Nenhum desses processos destrutivos tem qualquer relação com a maior ou menor área destinada a monocultivos florestais, tornando evidente ser falso que consigam “aliviar a pressão” sobre as florestas.

A área de florestas do continente continua diminuindo, apesar do avanço das plantações florestais em muitos países da região, o que demonstra que o pretense alívio da pressão sobre as florestas não é mais do que publicidade de interesse das empresas.

V



DIZEM QUE “as plantações são necessária para que todos nós possamos usar papel”. O uso de papel vinculado à alfabetização, ao ensino e ao acesso à informação escrita é utilizado pelas empresas para justificar suas extensas plantações de pinus e eucaliptos destinadas à produção de celulose e de papel. Entretanto, grande parte da madeira e celulose produzidas na América Latina não são destinadas a produzir papel para abastecer a população da região, mas sim à produção e consumo de papel e papelão na Europa, América do Norte e Ásia.

Da América Latina, exportam-se troncos, lascas e celulose para sua industrialização nesses destinos. Lá, em torno de 50% do papel e papelão produzidos destinam-se a embalagens e pacotes, e só uma terça parte se destina a papéis para escrever e para impressão. Desse um terço, grande parte é destinada à produção de impressos publicitários, e só uma pequena porcentagem acaba em materiais de educação ou difusão.

A isso se soma o uso excessivo de papel e papelão nos países com altos níveis de consumo. Enquanto os Estados Unidos, Finlândia e Japão têm um consumo anual de papel *per capita* de mais de 300, 330 e 250 quilos respectivamente, países exportadores de celulose como Chile, Brasil e Uruguai mostram um consumo per capita de 64, 39 e 36 quilos, respectivamente.

Os governos e as empresas definem algumas áreas como “degradadas” (ou simplesmente “ociosas” ou “subutilizadas”) para justificar sua apropriação e destiná-las a plantações.

VI

Não é por acaso que em tais áreas as árvores cresçam muito bem, e que sua localização geográfica permita tornar o investimento rentável. Para os habitantes locais, essas terras não estão degradadas e tampouco são “ociosas” ou “subutilizadas”. Dependem total ou parcialmente delas para assegurar sua sobrevivência. Ali estabelecem seus cultivos, criam animais e se abastecem de frutos, fibras, plantas medicinais, caça, pesca e muitos outros produtos que satisfazem grande parte de suas necessidades.

Em resumo, as plantações não só não proporcionam mais papel para a América Latina, mas também servem, em grande parte, para alimentar um consumo de papel excessivo e socialmente desnecessário.

DIZEM QUE “as plantações permitem aproveitar e melhorar terras degradadas”.

Esse argumento é absolutamente falso, já que as plantações comerciais em grande escala nunca se instalam em terras degradadas. A razão é muito simples: em tais tipos de solos, as árvores não crescem bem, e plantar ali não resulta rentável. Se o objetivo fosse realmente restaurar ecossistemas degradados, o pior que se poderia fazer seria plantar árvores como essas, que impactam negativamente solos, água, flora e fauna.

A realidade é que os governos – em aliança com as empresas – definem determinadas áreas como “degradadas” (e às vezes simplesmente como “ociosas” ou “subutilizadas”) para justificar sua apropriação e destiná-las a plantações. Não é por acaso que precisamente em tais áreas as árvores cresçam muito bem, e que sua localização geográfica permita tornar o investimento rentável (fácil acesso, proximidade de portos e centros industriais).

Para os habitantes locais, é claro que essas terras não estão degradadas e tampouco são “ociosas” ou “subutilizadas”. Dependem total ou parcialmente delas para assegurar sua sobrevivência. Ali estabelecem seus cultivos, criam animais e se abastecem de frutos, fibras, plantas medicinais, caça, pesca e muitos outros produtos que satisfazem grande parte de suas necessidades.

DIZEM QUE “as plantações de árvores oferecem oportunidades para as mulheres”.

A experiência mostra que, longe de oferecer oportunidades, as plantações impactam de forma diferenciada as mulheres, e, em muitos casos, os impactos são inclusive mais graves que os sofridos pelos homens.

Em geral, as mulheres são encarregadas das tarefas vinculadas à provisão de alimentos, água, lenha, e de cuidar da saúde das famílias. Com a chegada das plantações, o ecossistema que as provia de todos esses elementos é destruído para dar lugar aos monocultivos. As mulheres enfrentam grandes dificuldades para continuar com essas tarefas. Em certos casos, já não dispõem de terras para produzir alimentos. Agora a água escasseia pelo grande consumo das plantações e está contaminada pelo uso intensivo de agrotóxicos. A destruição da floresta implica que já não conseguem lenha nem plantas medicinais para atender sua saúde e a de suas famílias. Tudo isso aumenta a carga de trabalho das mulheres, já que têm que destinar mais tempo e esforço para conseguir alimentos, água, lenha e plantas medicinais. A tudo isso se soma o aumento da violência contra a mulher – outro fator fortemente associado à chegada das plantações de árvores às comunidades. As razões desse aumento são diversas, como, por exemplo, o aumento do alcoolismo ou a chegada de pessoas estranhas à comunidade, em sua quase totalidade homens, para trabalhar nas plantações.

A maior quantidade dos empregos gerados pelas empresas é destinada aos homens. Nos poucos casos em que as mulheres conseguem empregos, elas são contratadas para realizar tarefas vinculadas à aplicação de agrotóxicos ou em viveiros florestais, onde têm que cumprir longas jornadas de trabalho com baixos salários e expostas continuamente a substâncias altamente perigosas.

Em resumo, as plantações pioram a situação das mulheres.

Mentiras sobre o dendê. Os monocultivos de dendê têm impactos muito similares aos de eucaliptos e pinus, portanto, quase tudo o que foi dito também se aplica às grandes plantações de dendê.

Os empresários do dendê (e os governos que os apóiam) também contam com um discurso publicitário infestado de falsidades sobre “as benesses” que tais plantações trazem.

A seguir, algumas das pérolas desse colar, incluídas nos planos do governo mexicano para promover essa atividade, mas que se repetem em todos os países onde a querem implementar*.

- Que o dendê é estimulado em zonas devastadas por atividades improdutivas e que causaram dano ao meio ambiente - como a criação de gado.
- Que é importante a reconversão produtiva, tornar mais competitivo o campo e seus produtores.
- Que aumenta o reflorestamento.
- Que gera empregos.
- Que gera um cordão para proteger a biodiversidade das florestas.
- Que são “florestas protetoras dos ecossistemas”.
- Que previnem a erosão.
- Que recupera os solos e as bacias hidrográficas para reter a umidade.
- Que não causa dano ao meio ambiente.
- Que produz mais oxigênio.
- Que pode ser inserido no mercado para vender serviços ambientais.
- Que gera combustível ecológico.

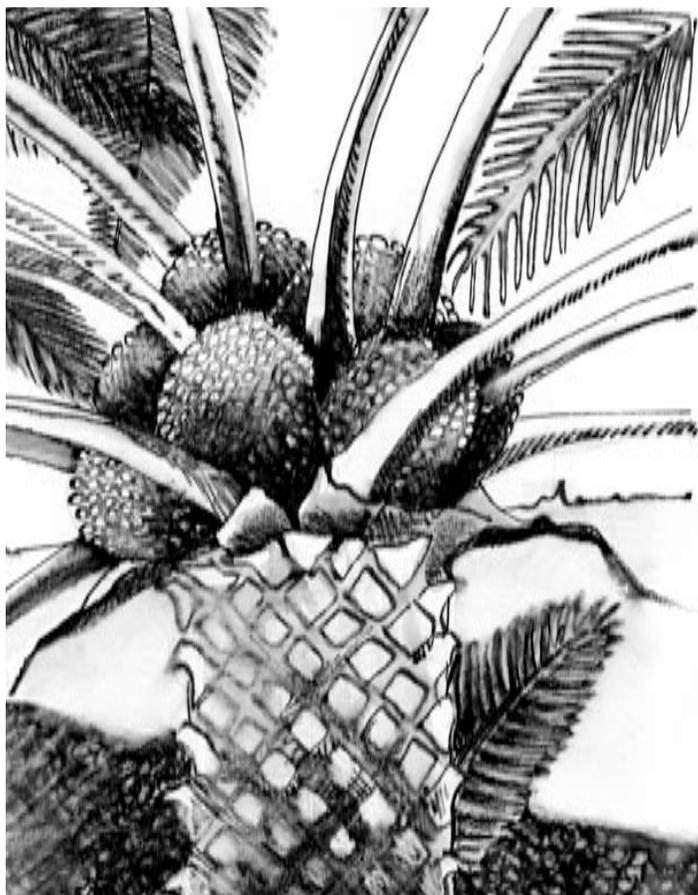
Mas, em todas as regiões onde já existem monocultivos de dendê, constatou-se:

- Que destroem florestas e outros ecossistemas locais.
- Que afetam gravemente a biodiversidade, pela destruição de ecossistemas e pelo uso indiscriminado de agrotóxicos.
- Que destroem e contaminam os recursos hídricos.
- Que os plantadores se apropriam de amplas áreas de terras, expulsando - com frequência pela força - as populações locais.
- Que os empregos que geram são poucos, mal pagos, com más e (com frequência) perigosas condições de trabalho.
- Que os agrotóxicos utilizados afetam a saúde dos trabalhadores e dos moradores locais.

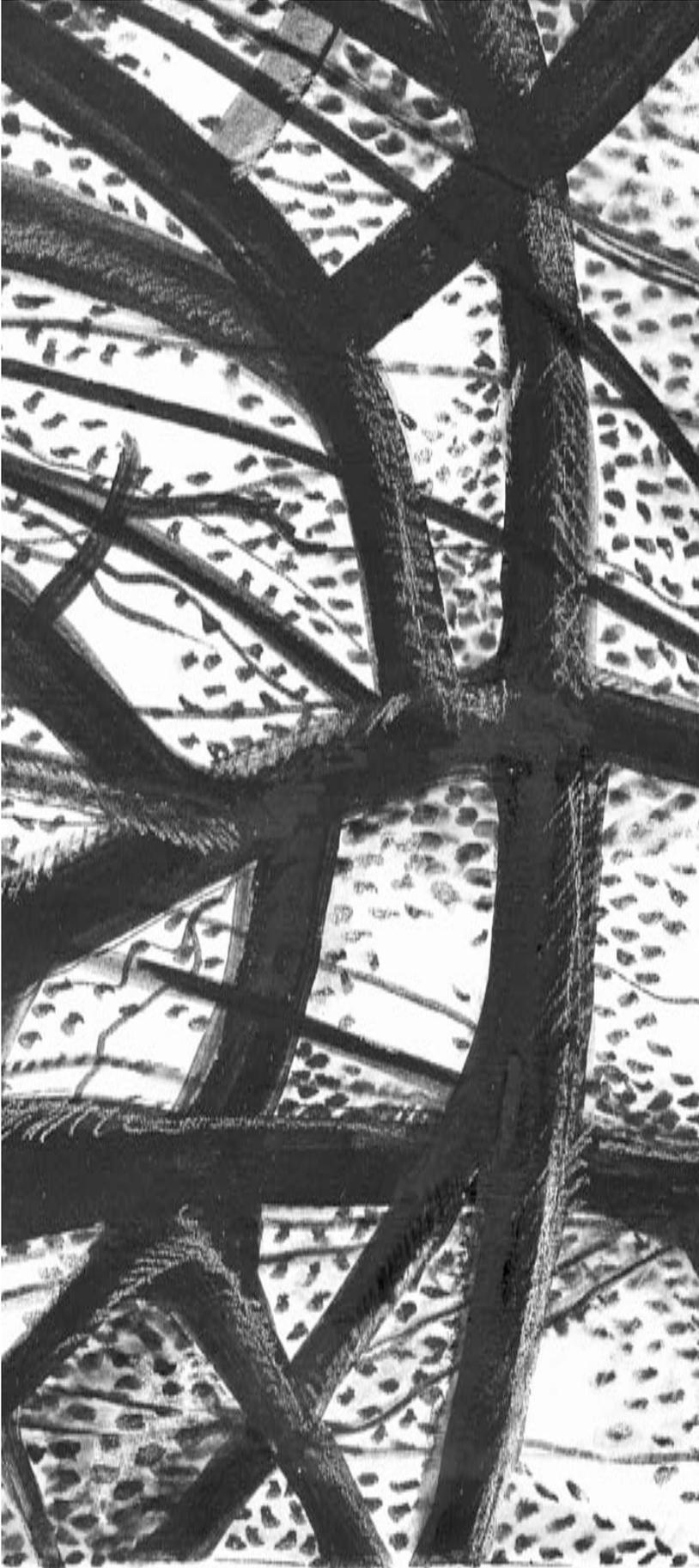
Pelo que foi visto, de todos os argumentos usados pelo setor do dendê, o único que pode gerar confusão é o que se refere à produção de um tipo de combustível “ecológico”, pelo que vale a pena analisá-lo.

Com efeito, os combustíveis fósseis são uma das principais causas das mudanças climáticas, razão pela qual substituí-los por outras fontes de energia pareceria ser parte da solução. Entre essas novas fontes, uma das mais promovidas é o dendê, com cujo óleo já se está produzindo biodiesel. Isso significa novos estímulos à expansão de plantações, agora sob um manto “ecológico”.

Entretanto, essa é uma das piores opções possíveis. Com os atuais níveis de consumo de combustível por parte dos países industrializados, promover os chamados “biocombustíveis” (que vão do dendê à cana-de-açúcar e os eucaliptos)



* Gustavo Castro Soto, *La palma africana en México. Los monocultivos desastrosos (primera parte)*, junho de 2009



significará substituir a produção de alimentos por cultivos destinados a produzir energia. No caso do dendê, seriam milhões de hectares nos países tropicais, porque é só ali que pode crescer. Nessas regiões, já há escassez de alimentos, e, portanto, a “solução” para os países do Norte significaria mais fome nos países do Sul.

Plantar dendê nem sequer tem sentido do ponto de vista climático. As zonas onde se desenvolve são ecossistemas de florestas que, do ponto de vista estritamente climático, constituem enormes reservatórios de carbono. A ocupação dessas áreas pelas empresas plantadoras de dendê implica destruir a floresta, com a consequente emissão de enormes quantidades de gases de efeito estufa, que agravam as mudanças climáticas.

O discurso “ecológico” tenta esconder o verdadeiro problema: o encarecimento dos combustíveis fósseis e a busca de alternativas mais baratas. O dendê é um dos candidatos favoritos, uma vez que sua produção por hectare é muito alta e seus custos de produção muito baixos, pelo que se espera que possa competir com o petróleo. Mas esses “baixos” custos são na realidade altíssimos em nível local, já que se baseiam em expulsar a população rural, explorar trabalho, reprimir as comunidades locais, promover destruição ambiental e corrupção nas concessões de posse de terras.

O discurso do combustível “ecológico” é mais uma mentira do longo colar de falsidades do empresariado do dendê.

DIZEM muitas outras coisas, frequentemente apoiadas por supostos “especialistas” privados ou governamentais, mas, o certo é que, país a país, se comprova a falsidade de todos os argumentos empregados para promover as plantações, sejam de árvores ou de dendê. Por mais argumentos que inventem, os monocultivos de árvores em grande escala já demonstraram ser social e ambientalmente nefastos em todas as regiões do mundo onde se instalaram. Basta escutar os verdadeiros especialistas – as populações locais afetadas pelas plantações – para entender isso.